



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 05 | Maio 2014



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia

GPEARI

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: Maio de 2014

Elaborado com informação disponível até ao dia 28 de maio.

Editores:

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia

Rua da Prata, 8

1149-057 Lisboa

Telefone: +351 217 921 372

Fax: +351 217 921 398

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Av. Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9072



(Esta publicação respeita as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)

Índice

<hr/>	
Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	11
2. Conjuntura Nacional	15
3. Comércio Internacional	27
<hr/>	
Destaques	33
Previsões Macroeconómicas da CE, FMI e OCDE - Primavera de 2014	35
<hr/>	
Artigos	39
Em Análise	41
Comércio Internacional de Têxteis –Janeiro-dezembro 2013 e 1.º Trimestre 2014	41
<hr/>	
Iniciativas e Medidas Legislativas	55
<hr/>	
Abreviaturas Utilizadas	65

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * No primeiro trimestre de 2014, a produção industrial mundial acelerou para 3,6% em termos homólogos (3,5% no quarto trimestre de 2013) devido à melhoria das economias avançadas. Pelo contrário, a produção industrial dos países emergentes e em desenvolvimento abrandou causado sobretudo pela desaceleração dos países asiáticos. Neste período, o comércio mundial de mercadorias desacelerou, em resultado do abrandamento quer das importações quer das exportações mundiais.
- * O PIB da OCDE acelerou para 2,1% em termos homólogos reais no 1.º trimestre de 2014, (2,0% no 4.º trimestre de 2013) influenciado por um reforço do crescimento do Japão e da União Europeia (especialmente do Reino Unido); enquanto o dos EUA desacelerou em virtude de condições meteorológicas particularmente adversas no início do ano. Em março de 2014, a taxa de inflação homóloga da OCDE subiu para 1,6% (1,4% em fevereiro) em consequência da aceleração dos preços de energia e a taxa de desemprego manteve-se em 7,5%.
- * Nos EUA, o PIB desacelerou para 2% em termos homólogos reais no 1.º trimestre de 2014 (2,6% no 4.º trimestre de 2013) influenciado por um forte retrocesso do investimento privado no segmento residencial. Pelo contrário, o consumo privado fortaleceu-se, tendo aumentado 2,5% em termos homólogos reais (2,3% no 4.º trimestre de 2013). Os indicadores disponíveis para o início do 2.º trimestre de 2014 indicam a manutenção de um forte dinamismo da atividade económica. Em abril de 2014, a taxa de desemprego desceu para 6,3% (nível mais baixo desde setembro de 2008) e a taxa de inflação homóloga aumentou para 2,0%.
- * No 1.º trimestre de 2014, o PIB da União Europeia (UE) e o da área do euro (AE) continuou a progredir, tendo aumentado 1,4% e 0,9% em termos homólogos reais, respetivamente (1,0% e 0,5%, no 4.º trimestre de 2013) tendência que se estendeu à generalidade dos países. De acordo com o indicador previsional do Banco de Itália de abril, o PIB trimestral em cadeia da AE deve continuar a aumentar no 2.º trimestre de 2014 (+0,2% no 1.º trimestre). Em abril de 2014, o indicador de sentimento económico continuou a aumentar para a UE; enquanto diminuiu para a AE devido sobretudo a alguma deterioração dos indicadores de confiança dos empresários de construção e dos serviços. No 1.º trimestre de 2014, a taxa de desemprego desceu ligeiramente tanto na UE como na AE, para se situar em 10,5% e em 11,8%, respetivamente. Em abril de 2014, a taxa de inflação homóloga da área do euro subiu para 0,7% (0,5% em março) e manteve-se em 1,0% em termos de variação dos últimos 12 meses.
- * Em maio de 2014 e, até ao dia 27, o preço spot do petróleo Brent subiu para se situar, em média, em 109 USD/bbl (79€/bbl).
- * As taxas de juro de curto prazo desceram muito ligeiramente ao longo do mês de maio tanto para a área do euro como para os EUA, situando-se, em média, até ao dia 27, em 0,33% e em 0,23%, respetivamente.
- * A taxa de câmbio de euro face ao dólar apresentou uma elevada oscilação em maio de 2014, situando-se, em 1,36, no dia 27, representando uma depreciação de 1,5% face ao final do mês de abril (1,39).

Conjuntura Nacional

- * A estimativa rápida das Contas Nacionais Trimestrais do INE para o 1.º trimestre de 2014 aponta para uma variação homóloga de 1,2% do PIB (1,5% no 4.º trimestre);

- * O indicador de FBCF publicado pelo INE apresentou uma variação homóloga de -1,9% (+0,6 p.p. face ao 4.º trimestre de 2013) associada a uma melhoria de 2.7 p.p. das componentes de máquinas e equipamentos;
- * Até março de 2014, o défice acumulado da balança corrente foi de 652 milhões de euros, o que representa um aumento de 498 milhões de euros em termos homólogos;
- * A taxa de desemprego no primeiro trimestre fixou-se nos 15,1% e a população empregada aumentou 1,7% em termos homólogos;
- * A variação homóloga do IPC, em abril, fixou-se em -0,1%, 0,3 p.p. acima de valor de março. A variação homóloga do IPPI foi de -0,6%. O IHPC registou uma variação homóloga idêntica à do IPC.
- * Nos primeiros quatro meses de 2014, o défice global provisório das administrações públicas (AP), na ótica da contabilidade pública, foi de 2257,6M€, diminuindo 286,9M€ face ao período homólogo. O défice relevante para efeitos de aferição do cumprimento do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro ascendeu a 2217,5M€, que compara com 2411,3M€ observado no mesmo período do ano anterior.
- * Para este comportamento contribuíram a diminuição do défice do Estado (em 286,9M€), a passagem de défice a excedente do saldo da administração local (em 170,7M€) e a melhoria do excedente dos Fundos e Serviços Autónomos (em 26,7M€). Em sentido contrário, a administração regional e a Segurança Social contribuíram para o agravamento do saldo das administrações públicas, a primeira a apresentar um défice de 110,4M€, que compara com um excedente de 70,3M€ no período homólogo e a segunda a diminuir o seu excedente em 8,2M€.
- * A execução financeira consolidada¹ provisória do SNS até março revela um défice de 104M€, agravando-se 28,4M€ face ao período homólogo.
- * De acordo com os dados publicados pelo Banco de Portugal, em março de 2014, a dívida pública das administrações públicas manteve-se praticamente inalterada (220,7 mil M€), mais 93M€ que no final de fevereiro.

Comércio Internacional

- * Os **resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional** recentemente divulgados² apontam para um crescimento homólogo das exportações de mercadorias de 1,7% no primeiro trimestre de 2014. Neste mesmo período, as importações cresceram 6%, o que levou a um agravamento do défice da balança comercial (fob-cif) de 31,4%, correspondendo a 622 milhões de euros. A taxa de cobertura das importações pelas exportações foi de 81,9%, menos 3,5 p.p. que em igual período de 2013.
- * No primeiro trimestre de 2014, o crescimento homólogo das exportações de mercadorias, excluindo os produtos energéticos, foi superior ao crescimento das exportações totais (5,0%). As importações registaram uma variação homóloga positiva e superior ao crescimento das exportações (8,1%), o que levou a um agravamento significativo do saldo negativo da respetiva balança comercial em 72,6%.
- * No último ano a terminar em março de 2014, as exportações de mercadorias cresceram 5,1% em termos homólogos, sendo que a maioria dos grupos contribuiu positivamente para este comportamento. Destaca-se o contributo dos “Energéticos” (+1,5 p.p.), dos “Químicos”, dos “Agroalimen-

¹ Considerando a despesa efetivamente realizada e os compromissos assumidos, em consonância com o princípio de registo em base de compromissos.

² Resultados mensais preliminares de janeiro a março de 2014.

tares” e dos “Produtos Acabados Diversos” (todos com +0,9 p.p.). Nos primeiros três meses de 2014, destaca-se o contributo positivo do “Vestuário e Calçado” (+1,2 p.p.), seguido do contributo dos “Químicos” (+1,0 p.p.).

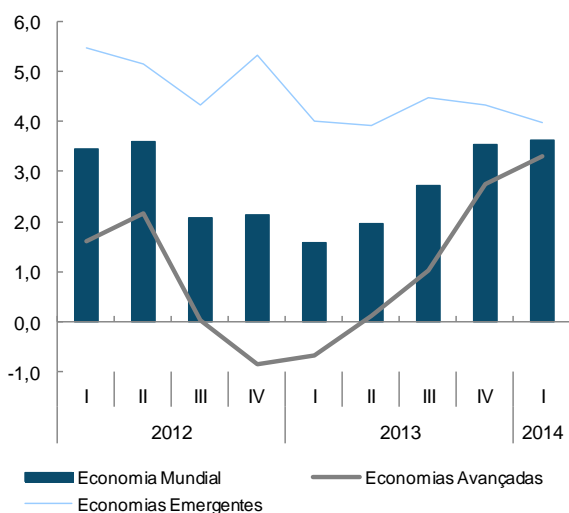
- * De janeiro a março de 2014, as exportações para o mercado comunitário cresceram, em termos homólogos, 3 % e contribuíram em 2,1 p.p. para o crescimento das exportações totais de mercadorias. As exportações para os países da UE-15 registaram uma variação homóloga positiva de 2,8 % e as exportações para os países do Alargamento cresceram 7,6 %, sendo os respetivos contributos para o crescimento do total das exportações de 1,9 p.p. e 0,2 p.p.. As exportações para Espanha, o principal mercado de destino das exportações portuguesas de mercadorias (24,1% do total no primeiro trimestre de 2014), registaram o maior contributo Intra UE-15 (+1,2 p.p.) para o crescimento das exportações totais, seguidas das exportações para o Reino Unido e França (ambos com +0,8 p.p.).
- * Nos primeiros três meses de 2014, as exportações para os Países Terceiros registaram uma quebra de 1,7%, passando a representar 27,4 % do total das exportações nacionais (-0,9 p.p. face ao período homólogo). Destaca-se o comportamento positivo das exportações para a China (+49,3%) e Angola (+8,7%).
- * De janeiro a março de 2014, as exportações de produtos industriais transformados registaram uma variação homóloga positiva de 1,3%. As exportações de produtos de baixa intensidade tecnológica são as que mais contribuem para o crescimento das exportações deste tipo de produtos (+2,5 p.p.).
- * De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para o mês de fevereiro de 2014, as Exportações de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 5,3% nos primeiros dois meses de 2014. A componente de Serviços registou uma melhor performance de crescimento relativamente à dos Bens (9,2% e 4,0%, respetivamente) no entanto a componente de Bens foi a que mais contribuiu para o crescimento do total das exportações (2,9 p.p.).

1. Enquadramento Internacional

Atividade Económica Mundial

No 1.º trimestre de 2014, a produção industrial mundial acelerou ligeiramente para 3,6% em termos homólogos (3,5% no 4.º trimestre de 2013) devido à melhoria das economias avançadas. Pelo contrário, a produção industrial dos países emergentes e em desenvolvimento abrandou causado sobretudo pela desaceleração dos países asiáticos.

Figura 1.1. Produção Industrial
(VH, em %)



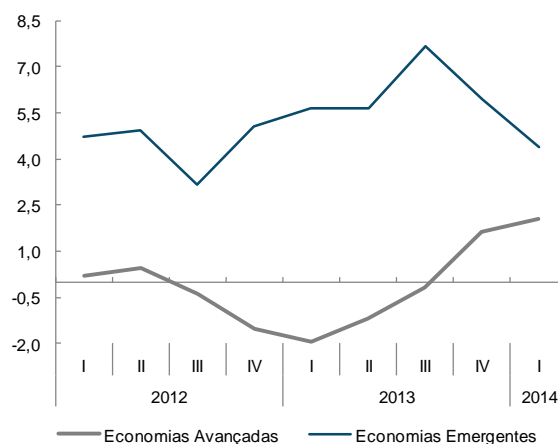
Fonte: CPB.

O comércio mundial de mercadorias desacelerou neste trimestre em resultado do abrandamento quer das importações quer das exportações mundiais; embora de forma mais acentuada para o último indicador.

De facto, no 1.º trimestre de 2014 e, em termos homólogos reais:

- o comércio mundial desacelerou para 2,4% (4,1%, no 4.º trimestre de 2013);
- as importações e exportações mundiais abrandaram para 3,2% e 1,7% (3,8% e 4,4%, respetivamente, no 4.º trimestre de 2013).

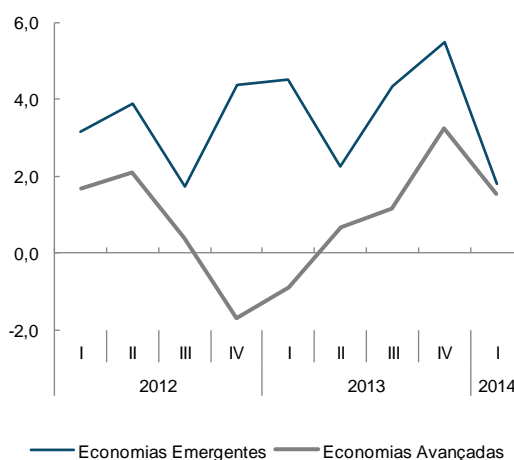
Figura 1.2. Importações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

A deterioração das trocas comerciais mundiais no 1.º trimestre deu-se sobretudo devido ao pior desempenho das exportações mundiais, tendo sido particularmente significativo para os países emergentes e em desenvolvimento, especialmente da Ásia. Para as economias avançadas, apesar do menor crescimento das exportações, as importações aceleraram, em linha com a melhoria da procura interna.

Figura 1.3. Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

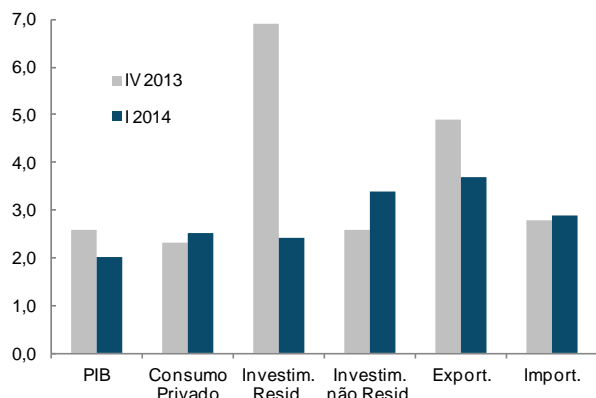
Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial

Indicador	Unidade	Fonte	2013	2013				2014		2014			
				1T	2T	3T	4T	4T	dez	jan	fev	mar	
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	CPB	2,5	1,6	2,0	2,7	3,5	3,6	3,5	3,6	3,6	3,8	3,5
Economias Avançadas	VH	CPB	0,8	-0,7	0,1	1,0	2,7	3,3	2,7	3,4	3,3	3,2	
Economias Emergentes	VH	CPB	4,2	4,0	3,9	4,5	4,3	4,0	4,3	3,8	4,2	3,9	
Comércio Mundial de Mercadorias	VH	CPB	2,7	1,7	1,8	3,1	4,1	2,4	4,3	2,6	2,9	1,8	
Importações Mundiais	VH	CPB	2,8	1,7	2,1	3,6	3,8	3,2	4,8	2,9	3,2	3,5	
Economias Avançadas	VH	CPB	-0,4	-2,0	-1,2	-0,2	1,6	2,1	2,1	1,1	1,4	3,7	
Economias Emergentes	VH	CPB	6,2	5,6	5,7	7,7	5,9	4,4	7,6	4,8	5,2	3,2	
Exportações Mundiais	VH	CPB	2,6	1,7	1,4	2,7	4,4	1,7	3,8	2,2	2,5	0,3	
Economias Avançadas	VH	CPB	1,0	-0,9	0,7	1,1	3,2	1,5	2,9	1,9	2,8	-0,1	
Economias Emergentes	VH	CPB	4,2	4,5	2,3	4,3	5,5	1,8	4,7	2,6	2,2	0,6	

Atividade Económica Extra-UE

Nos **EUA**, o PIB desacelerou para 2% em termos homólogos reais no 1.º trimestre de 2014 (2,6% no 4.º trimestre de 2013) influenciado por um forte retrocesso do investimento privado residencial, refletindo as condições meteorológicas particularmente adversas do início do ano. Pelo contrário, o consumo privado fortaleceu-se, tendo aumentado 2,5% em termos homólogos reais (2,3% no 4.º trimestre de 2013).

Figura 1.4. PIB e Componentes da Despesa em Volume nos EUA (VH, em %)

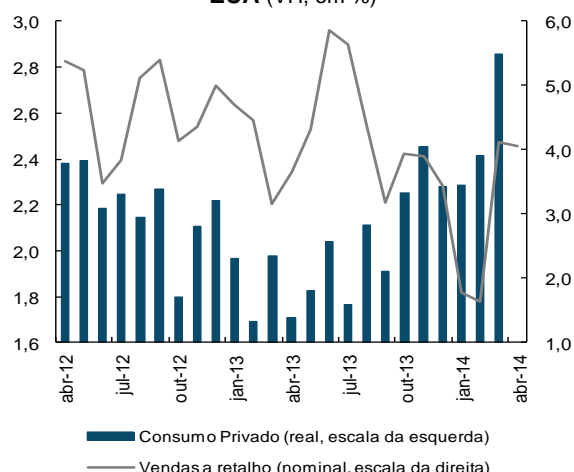


Fonte: Bureau of Economic Analysis.

Os indicadores disponíveis para o início do 2.º trimestre de 2014 indicam a manutenção de um forte dinamismo da atividade económica. Assim, em abril de 2014 e, em termos homólogos:

- a produção industrial abrandou para 3,4%, (3,8% em março 2013); enquanto os indicadores de confiança registaram um fortalecimento;
- as vendas a retalho aumentaram 4,0% em termos nominais (4,1% em março) e o indicador de confiança dos consumidores reforçou-se;
- a taxa de desemprego desceu para 6,3% (nível mais baixo desde setembro de 2008) e a taxa de inflação aumentou para 2,0% (1,5% em março).

Figura 1.5. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)

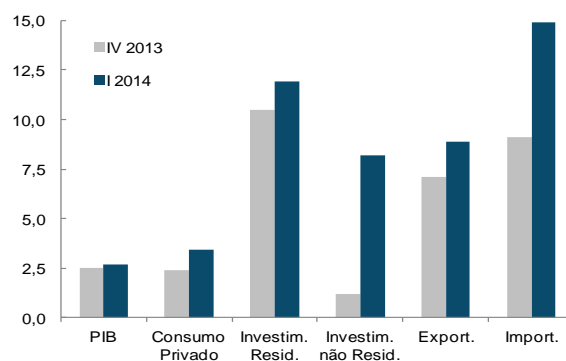


Fonte: Bureau of Economic Analysis.

No 1.º trimestre de 2014, o PIB do **Japão** aumentou 2,7% em termos homólogos reais (2,5%, no 4.º trimestre de 2013). A melhoria da economia resultou do fortalecimento da generalidade dos indicadores, tendo a aceleração do consumo privado sido motivada pela antecipação da procura proveniente da subida da taxa do IVA, para 8%, a partir de abril (5%, anteriormente).

Em abril de 2014, a taxa de inflação homóloga, em termos preliminares, subiu para 2,9% (1,5% no 1.º trimestre) devido à recente subida da taxa do IVA e à depreciação do iene no início do ano.

Figura 1.6. PIB e Componentes da Despesa em Volume no Japão (VH, em %)



Fonte: Instituto de Estatística do Japão.

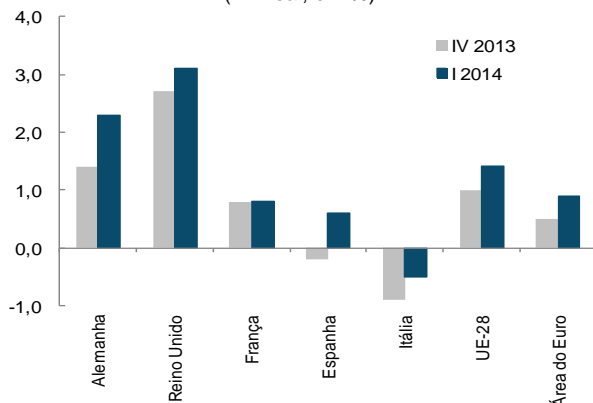
Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-UE

Indicador	Unidade	Fonte	2013	2013				2014	2014			
				1T	2T	3T	4T	1T	jan	fev	mar	abr
EUA – PIB real	VH	BEA	1,9	1,3	1,6	2,0	2,6	2,0	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	2,9	3,0	2,5	2,7	3,3	3,4	2,9	3,4	3,8	3,4
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	53,9	52,3	50,8	55,7	56,7	52,7	51,3	53,2	53,7	54,9
Índice ISM dos Serviços	%	"	56,7	56,4	55,4	58,8	56,2	54,8	56,3	54,6	53,4	60,9
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	79,2	76,7	81,7	81,6	76,9	80,9	81,2	81,6	80,0	84,1
Taxa de Desemprego	%	BLS	7,4	7,7	7,5	7,2	7,0	6,7	6,6	6,7	6,7	6,3
China – PIB real	VH	NBSC	7,7	7,7	7,5	7,8	7,7	7,4	-	-	-	-
Exportações	VH	MC	7,8	18,9	4,1	4,0	7,5	-4,7	10,6	-18,1	-6,6	0,9
Japão – PIB real	VH	COGJ	1,6	-0,1	1,4	2,5	2,5	2,7	-	-	-	-

Atividade Económica da UE

No 1.º trimestre de 2014, o PIB da União Europeia (UE) e o da área do euro (AE) continuou a progredir, tendo aumentado 1,4% e 0,9% em termos homólogos reais, respetivamente (1,0% e 0,5%, no 4.º trimestre de 2013), tendência que se estendeu à generalidade dos países. De acordo com o indicador previewal do Banco de Itália de abril, o PIB trimestral em cadeia da AE deve continuar a aumentar no 2.º trimestre de 2014 (0,2% no 1.º trimestre).

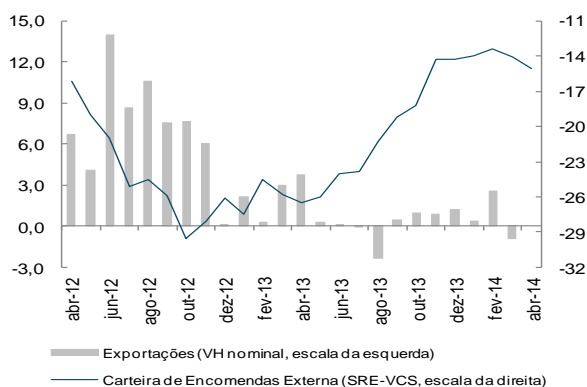
Figura 1.7. PIB da União Europeia
(VH real, em %)



Fonte: Eurostat.

Os indicadores quantitativos para a área do euro no decurso do 1.º trimestre de 2014 indicam uma melhoria das vendas a retalho e, uma ligeira desaceleração tanto da produção industrial como das exportações.

Figura 1.8. Exportações e Encomendas Externas da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE

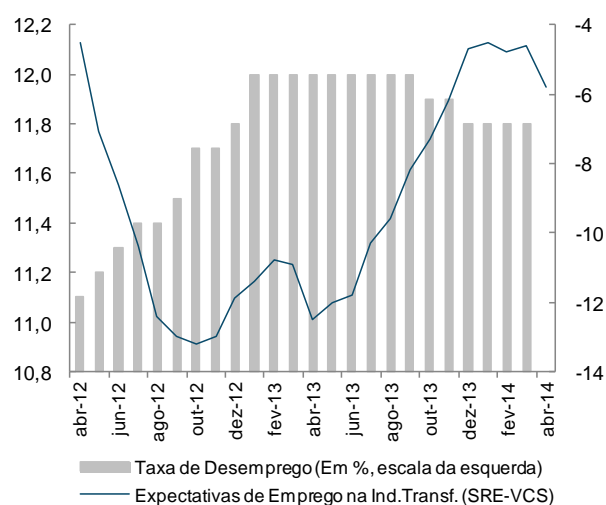
Indicador	Unidade	Fonte	2013	2013				2014	2014			
				1T	2T	3T	4T	1T	jan	fev	mar	abr
União Europeia (UE-28) – PIB real	VH	Eurostat	0,1	-0,7	-0,1	0,2	1,0	1,4	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	95,9	91,6	91,2	98,2	102,7	105,0	104,8	105,0	105,3	106,2
Área do Euro (AE-18) – PIB real	VH	Eurostat	-0,4	-1,1	-0,6	-0,3	0,5	0,9	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	93,8	90,5	90,2	95,3	99,1	101,6	101,0	101,2	102,5	102,0
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	-0,7	-2,2	-0,9	-1,1	1,5	1,4	1,8	1,7	0,5	:
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	-0,9	-2,2	-1,0	-0,5	0,3	0,9	0,5	0,9	1,3	:
Taxa de Desemprego	%	"	12,0	12,0	12,0	12,0	11,9	11,8	11,8	11,8	11,8	:
IHPC	VH	"	1,3	1,9	1,4	1,3	0,8	0,6	0,8	0,7	0,5	0,7

Em abril de 2014, o indicador de sentimento económico continuou a aumentar para a União Europeia; enquanto diminuiu para a área do euro devido sobretudo à deterioração dos indicadores de confiança dos empresários da construção e dos serviços.

No 1.º trimestre de 2014, a taxa de desemprego desceu ligeiramente tanto na UE como na AE para 10,5% e 11,8%, respetivamente (10,7% e 11,9%, no trimestre precedente).

Em abril de 2014, as expectativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego pioraram para a generalidade dos setores, sendo os casos da indústria transformadora, serviços e construção; enquanto melhoraram para o comércio a retalho.

Figura 1.9. Taxa de Desemprego e Expectativas de Emprego na Indústria da Área do Euro



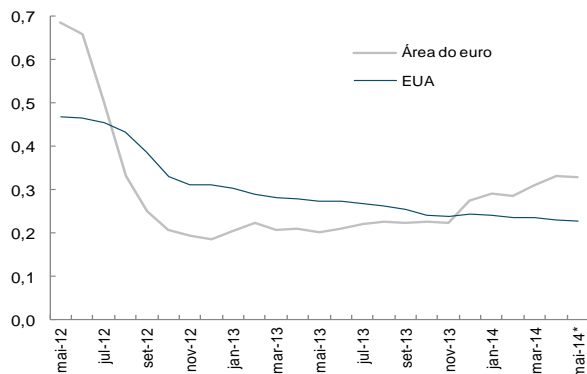
Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em abril de 2014, a taxa de inflação homóloga da área do euro subiu para 0,7% (0,5% em março) e manteve-se em 1,0% em termos de variação dos últimos 12 meses. Esta evolução resultou da aceleração dos preços de energia e dos serviços, refletindo o efeito de base da Páscoa ter sido celebrada este mês neste ano (comparado com a Páscoa de 2013 ter sido em março).

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

Em maio de 2014 e, até ao dia 27, as taxas de juro de curto prazo desceram muito ligeiramente tanto para a área do euro como para os EUA. Com efeito, a taxa Euribor a 3 meses situou-se em 0,33% e a dos EUA em 0,23%.

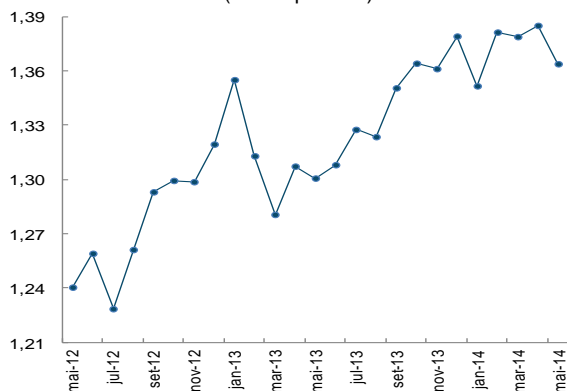
Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 meses do Mercado Monetário (Média mensal, em %)



Fonte: BCE; IGCP. * Média até ao dia 27.

Em abril de 2014, as taxas de juro de longo prazo diminuíram quer para a área do euro quer para os EUA refletindo, a continuação de preocupações existentes em torno da crise da Ucrânia. Neste período, também se destacou uma descida acentuada do diferencial de rendibilidade das taxas de juro de longo prazo dos países mais periféricos da área do euro face à Alemanha.

Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)

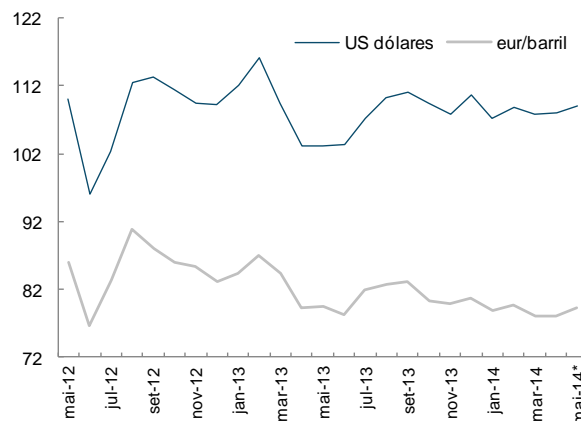


Fonte: Banco de Portugal. Para maio, o valor é do dia 27.

Em maio de 2014, assistiu-se a uma forte flutuação cambial do euro, traduzindo, em parte, as expectativas quanto à futura utilização dos diferentes instrumentos de política monetária do Banco Central Europeu. De facto, a taxa de câmbio do euro face ao dólar situou-se no dia 8 deste mês em 1,40, o valor mais alto desde finais de outubro de 2011; tendo, a partir daí, descido para 1,36 no dia 27, representando uma depreciação de 1,5% face a final de abril (1,39).

Em abril de 2014, o índice de preços relativo do preço do petróleo importado desceu para 75,9 (por memória atingiu o valor 100 durante a crise petrolífera de 1979). Em maio, e até dia 27, o preço do petróleo *Brent* subiu, para se situar, em média, em 109 USD/bbl (79€/bbl), resultando, em parte, da diminuição da produção da OPEP.

Figura 1.12. Preço médio Spot do Petróleo Brent (Em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média dos dias 1 a 27.

Em abril de 2014, o preço das matérias-primas não energéticas acelerou, tendo aumentado 1,3% em termos homólogos (-1,4% em março), devido sobretudo à aceleração dos preços dos metais e dos produtos alimentares, os quais se relacionam com as condições meteorológicas particularmente adversas no Brasil e nos EUA.

Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

Indicador	Unidade	Fonte	2013	2013				2014	2014			
				1T	2T	3T	4T	1T	jan	fev	mar	abr
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	0,29	0,21	0,23	0,23	0,29	0,31	0,30	0,29	0,31	0,34
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	2,35	1,95	2,00	2,71	2,75	2,76	2,86	2,71	2,72	2,71
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	3,00	3,06	2,82	3,15	2,97	2,66	2,84	2,65	2,49	2,36
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,379	1,281	1,31	1,351	1,379	1,379	1,352	1,381	1,379	1,385
Dow Jones*	VC	Yahoo	26,5	11,3	2,3	1,5	9,6	-0,7	-5,3	4,0	0,8	0,7
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	17,9	-0,5	-0,8	11,2	7,5	1,7	-3,1	4,5	0,4	1,2
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	108,63	112,56	103,17	109,50	109,28	107,95	107,23	108,84	107,77	107,95
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	-2,6	-4,8	-5,2	0,2	-0,7	-4,1	-4,3	-6,3	-1,5	4,6
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	-5,8	-5,4	-6,8	-5,4	-5,3	-7,5	-6,6	-8,3	-7,7	-1,3
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	80,0	83,4	77,7	80,4	78,0	78,4	81,3	77,5	76,4	75,9

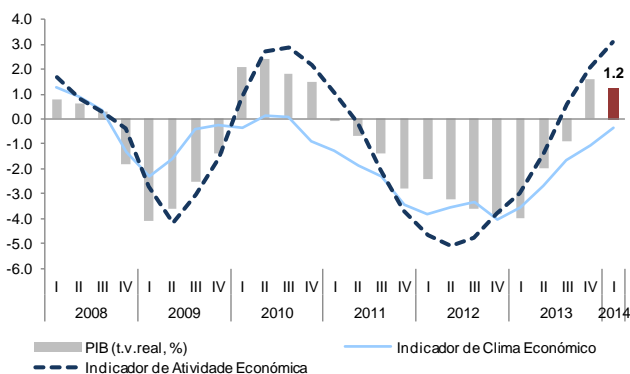
* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramas de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal (sempre que não haja deflador, utiliza-se o último deflador conhecido). Nota: O preço do Petróleo Brent de 2009 a 2014 corresponde à média diária do IGCP.

2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

A estimativa rápida das Contas Nacionais Trimestrais do INE para o 1.º trimestre de 2014 aponta para uma variação homóloga de 1,2% do PIB (1,5% no 4.º trimestre). Segundo o INE, este movimento deveu-se a um contributo negativo expressivo da procura externa líquida, resultante do efeito conjugado do abrandamento das Exportações de Bens e Serviços e da aceleração das Importações, para a qual terá contribuído uma evolução mais positiva da procura interna. Esta última reflete sobretudo a evolução do Investimento.

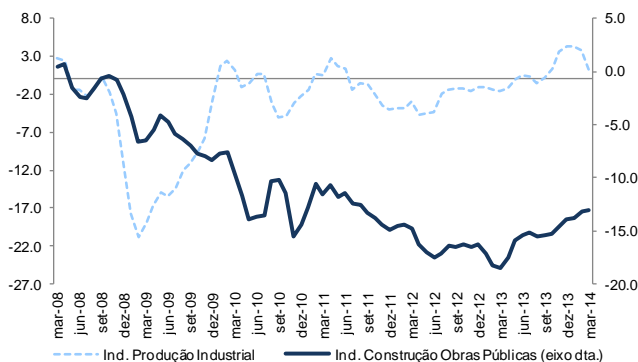
Figura 2.1. Indicador de Clima Económico



Fonte: INE.

No trimestre terminado em março se registou uma aceleração do Indicador de Atividade Económica do INE que se fixou no valor mais alto desde maio de 2011 e registou uma variação 1 p.p. superior ao do trimestre anterior. Também, o Indicador Coincidente do Banco de Portugal aponta no mesmo sentido.

Figura 2.2. Índices de Produção (VH, MM3)



Fonte: INE.

Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	Fonte	2013	2013				2014	2014				
				1T	2T	3T	4T	1T*	dez	jan	fev	mar	abr
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	-1,4	-4,0	-2,0	-0,9	1,6	1,2	:	:	:	:	:
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	"	-2,2	-3,6	-2,7	-1,6	-1,1	-0,3	-1,1	-0,8	-0,6	-0,3	-0,2
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	"	-14,7	-17,6	-16,8	-13,7	-10,6	-6,8	-8,2	-6,2	-8,1	-6,0	-6,8
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	-11,1	-16,8	-14,1	-10,1	-3,5	-0,8	-1,6	-3,0	0,6	0,0	-1,2
Indicador de Confiança dos Serviços	"	"	-22,2	-30,1	-27,1	-20,3	-11,4	-5,8	-8,3	-5,9	-7,8	-3,6	-5,9
Indicador de Confiança da Construção	"	"	-58,4	-65,9	-62,4	-55,6	-49,7	-47,1	-50,5	-46,7	-45,8	-48,7	-50,6
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	0,8	-1,7	0,6	0,1	4,2	1,0	4,7	2,7	3,9	-3,6	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	0,3	-4,9	1,5	1,5	3,0	-12,2	2,5	-1,6	-12,3	-22,3	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	-4,4	-7,3	-4,8	-2,9	-2,3	-2,2	-0,6	-1,4	-1,1	-4,2	:

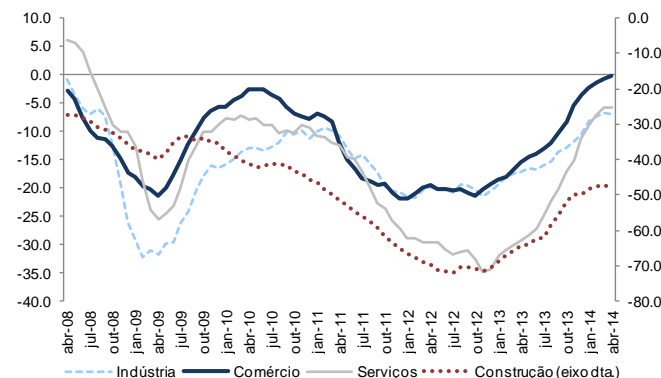
* Primeira Estimativa.

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao 1.º trimestre, mostram que, em termos médios homólogos:

- na indústria transformadora, o índice de produção registou um crescimento de 1% e o índice de volume de negócios uma quebra de 12,2% (4,2% e 3,0% no 4.º trimestre de 2013, respetivamente);
- o índice de produção na construção e obras públicas apresentou uma quebra menos acentuada (-13,1% quando no trimestre anterior apresentava uma variação homóloga de -14%);
- o índice de volume de negócios nos serviços apresentou uma quebra face ao período homólogo de 2,2% (+0.1 p.p. face ao 4.º trimestre do ano precedente);
- o índice de volume de negócios no comércio a retalho registou um crescimento de 1,7%, um valor idêntico ao observado no trimestre terminado em dezembro.

No trimestre terminado em abril assistiu-se a uma deterioração do indicador de confiança da indústria e construção com exceção dos indicadores para o comércio e serviços.

Figura 2.3. Indicadores de Confiança (SRE, MM3)

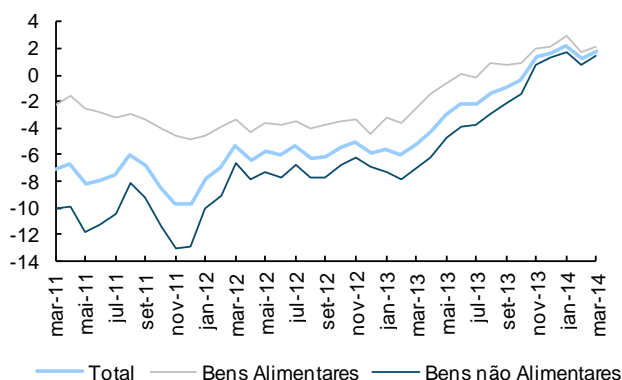


Fonte: INE.

Consumo Privado

No primeiro trimestre de 2014, o Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho registou uma subida de 1,8% face ao primeiro trimestre de 2013. Este valor é 0,3 p.p. superior ao registado no trimestre anterior. A componente alimentar registou uma subida de 2,2%, enquanto a subida da componente não alimentar se fixou nos 1,5%, ambos superiores aos registados no quarto trimestre de 2013.

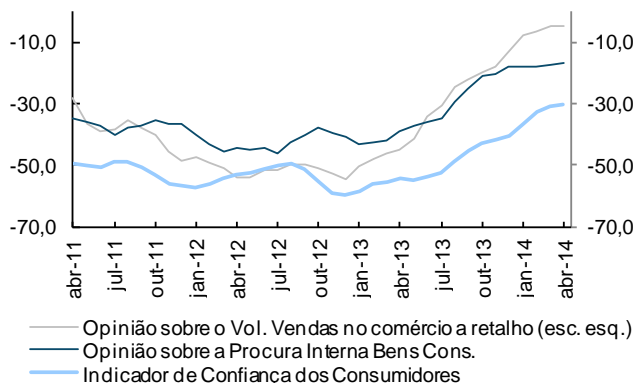
Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho
(MM3,VH)



Fonte: INE.

No trimestre terminado em abril, tanto o Indicador de Confiança dos Consumidores como as opiniões dos empresários relativas à procura interna de bens de consumo registam uma melhoria. Já as opiniões dos empresários relativas ao volume de Vendas no Comércio a Retalho registaram uma quebra ligeira face ao primeiro trimestre.

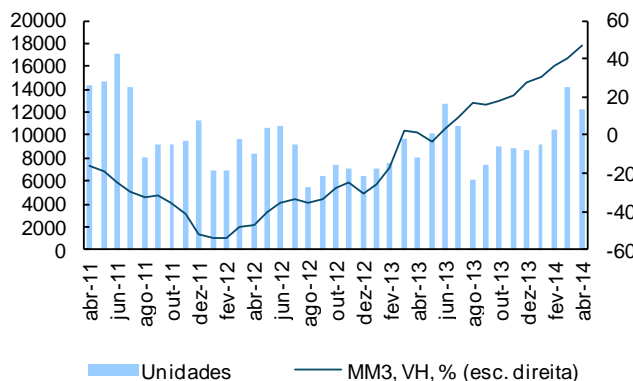
Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores
(SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

Em abril de 2014 foram vendidos 12 314 automóveis. Este valor representa um recuo de 1 835 unidades face ao mês anterior, mas um crescimento de 53,1% face ao mês homólogo.

Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	Fonte	2013	2013				2014	2013	2014			
				I	II	III	IV	I	dez	jan	fev	mar	abr
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	-1,7	-4,0	-2,3	-0,9	0,6	:	-	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SER-VE	"	-48,7	-55,3	-53,9	-45,3	-40,4	-30,7	-36,8	-32,3	-28,7	-31,3	-30,9
Confiança Comércio Retalho: Vendas últimos 3 meses	SER-VE	"	-29,1	-46,4	-34,3	-22,5	-13,2	-4,9	-6,0	-3,0	-10,2	-1,5	-3,4
Índice de Vol. De Negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	-1,7	-5,1	-2,2	-0,9	1,7	1,7	-0,2	2,1	1,7	1,3	:
Bens Alimentares	VH	"	0,1	-2,5	0,0	0,8	2,1	2,1	-0,1	3,5	1,9	0,8	:
Bens não alimentares	VH	"	-3,0	-7,0	-3,9	-2,2	1,3	1,4	-0,2	1,0	1,6	1,7	:
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	11,1	2,8	3,3	15,7	27,1	40,5	35,8	31,9	40,3	47,0	53,1
Importação de Bens de Consumo***	VH	INE	3,5	-2,0	2,8	6,9	6,1	6,6	13,2	5,3	6,5	8,0	:

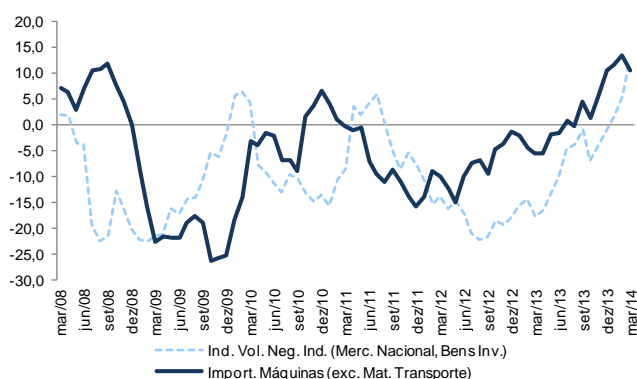
* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300 Kg; *** Exclui material de transporte.

Investimento

Os dados disponíveis para o investimento no mês de abril, mostram que:

- as vendas de veículos comerciais ligeiros subiram 65,5% (-0,8 p.p. face ao 1.º trimestre) acompanhadas pela variação de 22,6% na venda de veículos comerciais pesados (uma redução de 15,1 p.p. face ao período precedente);
- as vendas de cimento registaram uma quebra de 13,7% (-11,3% no 3.º trimestre);
- as opiniões dos empresários sobre o volume de vendas de bens de investimento no comércio por grosso evoluíram de forma negativa.

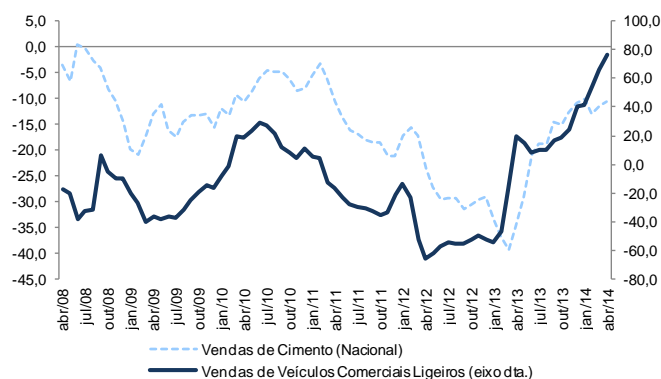
Figura 2.7. Bens de Equipamento
(VH, MM3)



Fonte: INE.

- O indicador de FBCF publicado pelo INE apresentou uma variação homóloga de -1,9% (+0,6 p.p. face ao 4.º trimestre de 2013) associada a uma melhoria de 2,7 p.p. das componentes de máquinas e equipamentos.

Figura 2.8. Vendas de Cimento e de Veículos Comerciais Ligeiros
(VH, MM3)

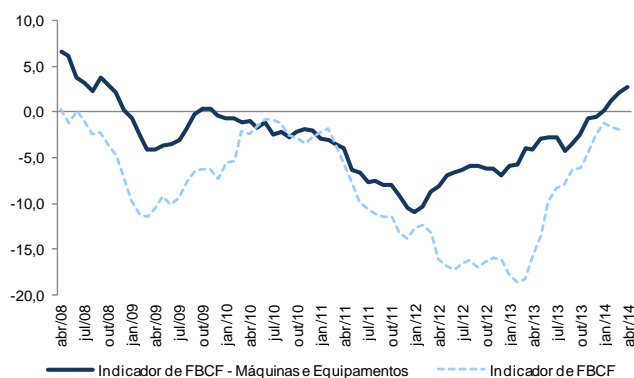


Fonte: INE.

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao 1.º trimestre de 2014, mostram que, em termos médios homólogos:

- o índice de volume de negócios da indústria de bens de investimento para o mercado nacional registou um crescimento expressivo, situando-se nos 12,6% (-1,2% no trimestre terminado em dezembro);
- a importação máquinas e outros de bens de capital exceto material de transporte cresceu 10,6% (+0,1 p.p. face ao trimestre anterior);
- as licenças de construção de fogos desceram 16,7% (-31,4% no 4.º trimestre de 2014).

Figura 2.9. Indicador de FBCF e Componentes
(VH, MM3)



Fonte: INE.

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

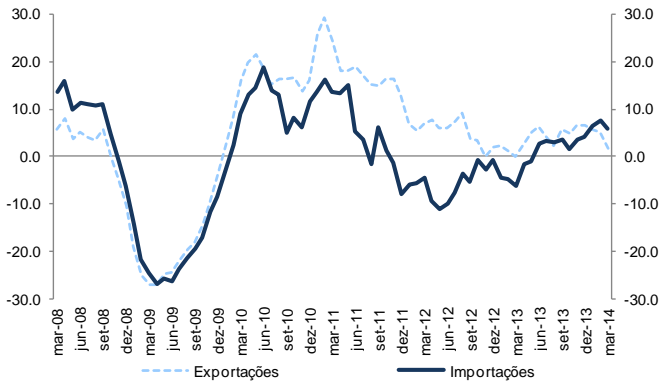
Indicador	Unidade	Fonte	2013	2013				2014	2014				
				1T	2T	3T	4T	1T	dez	jan	fev	mar	abr
FBC – CN Trimestrais	VH Real	INE	-7,3	-16,1	-6,2	-4,4	-1,8	:	:	:	:	:	
da qual, FBCF	VH Real	INE	-6,6	-16,2	-6,2	-5,1	2,7	:	:	:	:	:	
Indicador de FBCF	VH/mm3	"	-9,2	-18,3	-9,8	-6,2	-2,5	-1,9	-2,5	-1,2	-1,7	-1,9	0,0
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	-22,8	-39,2	-20,9	-14,7	-10,9	-11,3	-1,5	-15,6	-20,3	2,9	-13,7
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	13,7	-16,9	8,5	16,7	40,4	66,4	54,6	29,4	75,9	86,9	65,5
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	"	16,7	-11,2	-13,4	-2,0	87,8	37,7	258,6	40,9	19,2	50,6	22,6
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-21,2	-30,3	-26,8	-18,3	-9,5	1,5	-1,3	4,0	2,0	-1,4	-11,1
Licenças de Construção de fogos	VH	"	-33,3	-43,0	-32,0	-24,0	-31,4	-16,7	-9,1	-24,5	-21,1	-2,4	:
Importações de Bens de Capital**	VH	"	2,1	-5,5	-1,6	4,5	10,5	10,6	21,4	3,8	14,3	13,9	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	"	-7,6	-17,7	-10,2	-0,8	-1,2	12,6	2,2	1,9	14,5	20,4	:

* no Comércio por Grosso; ** excepto Material de Transporte; *** para o Mercado nacional.

Contas Externas

Em termos médios homólogos nominais, os dados relativos ao comércio internacional de bens, divulgados pelo INE para o 1.º trimestre, apontam para uma aceleração das importações para os 6% e um aumento das exportações em 1,7% (4,2% e 6,7% no 4.º trimestre de 2013, respetivamente).

Figura 2.10. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)



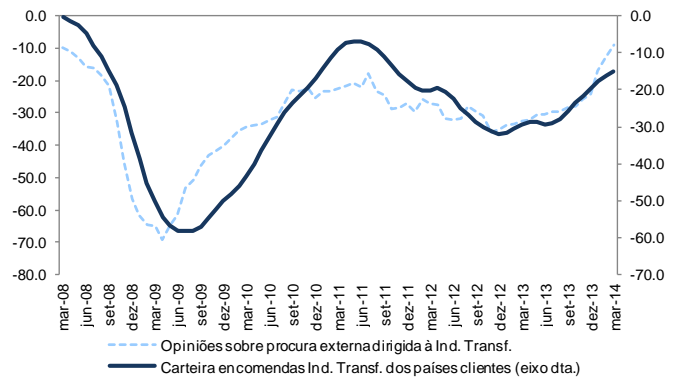
Fonte: INE.

Também trimestre terminado em março, e em termos médios homólogos nominais:

- a componente extracomunitária das exportações registou uma queda de 1,7%, um valor 8.4 p.p. abaixo dos registados no 4.º trimestre. Já as exportações para o mercado intracomunitário aumentaram 3% (6,7% no trimestre precedente);
- nas importações de bens, o mercado intracomunitário subiu 13,5%, enquanto que o mercado extracomunitário decresceu 12% em termos homólogos (6,7% e -3,1% no 4.º trimestre de 2013 respetivamente). Estes resultados permitem que a taxa de cobertura do comércio internacional de bens se situe atualmente em 81,9% (85,4% em igual período de 2013).

Por seu lado, em abril, as opiniões sobre a procura externa na indústria foram mais negativas quando comparadas com o 1.º trimestre do ano.

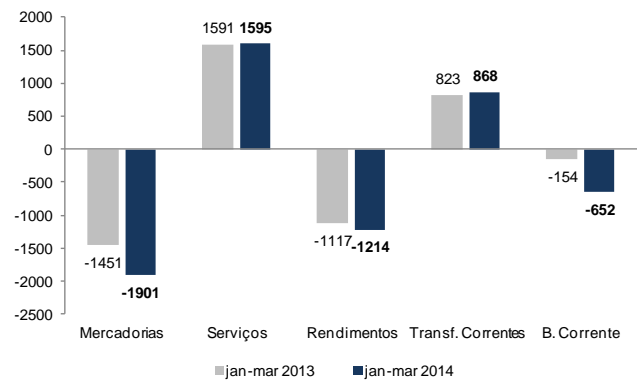
Figura 2.11. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

Até março de 2014, o défice acumulado da balança corrente foi de 652 milhões de euros, o que representa um aumento de 498 milhões de euros em termos homólogos. Este resultado traduz uma degradação em todos os saldos à exceção da balança de transferências correntes. É de destacar o comportamento da balança de bens que se agravou em 450 milhões de euros face a igual período do ano anterior.

Figura 2.12. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



Fonte: BdP

No mesmo período, a balança corrente e de capital apresentou uma necessidade de financiamento da economia portuguesa de 82 milhões de euros (que compara com a capacidade de financiamento de 562 milhões de euros no período homólogo).

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

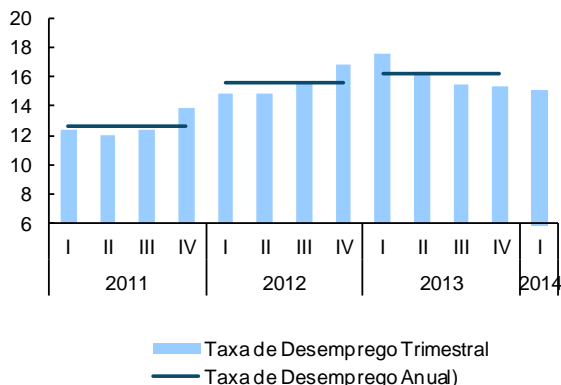
Indicador	Unidade	Fonte	2013	2012					2013		2014		
				4T	1T	2T	3T	4T	nov	dez	jan	fev	mar
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	5,4	0,2	0,7	7,4	7,2	9,4	:	:	:	:	:
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	0,9	-16	-4,4	5,2	5,5	5,2	:	:	:	:	:
Saldo de bens e serviços	% PIB	"	1,1	-0,6	1,1	16	0,6	12	:	:	:	:	:
Capacidade de financiamento da economia	% PIB	"	2,0	3,5	0,5	3,0	0,3	4,3	:	:	:	:	:
Saídas de mercadorias	VH nom	"	4,7	0,1	6,2	5,8	6,7	1,7	6,3	9,9	2,1	4,4	-1,3
Entradas de mercadorias	VH nom	"	1,0	-6,2	2,8	3,6	4,2	6,0	2,6	6,3	10,3	5,9	2,1

Indicador	Unidade	Fonte	2013	2012				2013		2014			Diferença
				4T	1T	2T	3T	4T	janeiro-março	janeiro-março	janeiro-março		
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	BdP	4 293	14,1	5618	1172,2	1864,9	694,5	5618		-82,3		-644,1
Saldo Balança de Bens	"	"	-7 080	-2321,5	-1451,4	-1494,5	-2142,4	-1991,6	-1451,4		-1901,4		-450,0
Saldo Balança de Serviços	"	"	9 925	1938,0	1591,5	2327,6	3626,6	2379,6	1591,5		1594,8		3,4
Saldo Balança de Rendimentos	"	"	-5 925	-1287,9	-1117,0	-1874,1	-1482,6	-1451,3	-1117,0		-1213,5		-96,5
Saldo Balança de Transf. Correntes	"	"	3 961	884,5	823,4	1148,9	1018,5	969,9	823,4		868,5		45,1

Mercado de Trabalho

Segundo os dados do INE, a taxa de desemprego no primeiro trimestre de 2014 foi de 15,1%, um valor inferior ao registado tanto no trimestre anterior (15,3%), como na média do ano 2013 (16,2%, após a revisão de dados realizada pelo INE). O Emprego registou uma subida 1,7%, 1 p.p. superior ao registado no último trimestre de 2013.

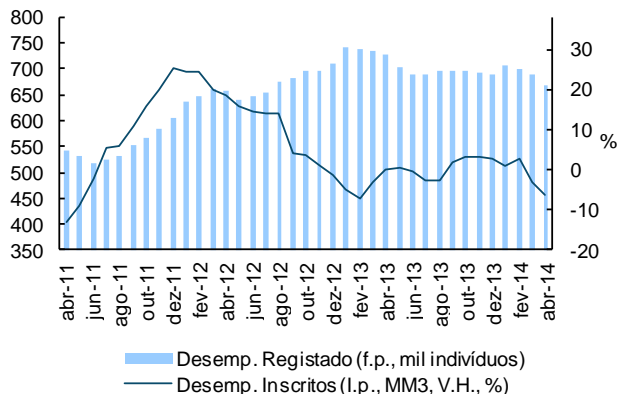
Figura 2.13. Taxa de Desemprego



Fonte: INE.

No final de abril de 2014, estavam registados aproximadamente 668 mil desempregados nos Centros de Emprego, o que representa uma descida de 8,3% face ao mês homólogo. Ainda segundo o IEFP, o número de desempregados inscritos no trimestre terminado em abril foi 6,2% inferior ao registado no trimestre homólogo. No primeiro trimestre de 2014, esta quebra havia-se fixado no 3,1%.

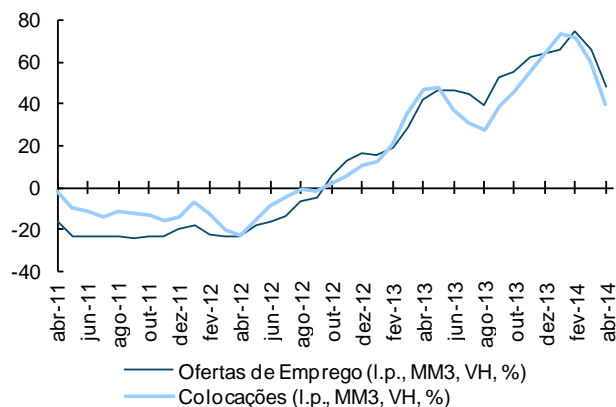
Figura 2.14. Desemprego



Fonte: IEFP.

Relativamente às ofertas de emprego e colocações, estas subiram 48% e 40,1% respetivamente, no trimestre terminado em abril. Estes valores são inferiores aos registados no primeiro trimestre de 2014. O rácio de ofertas por colocações foi de 59,7%, 0,7 p.p. acima do registado no primeiro trimestre.

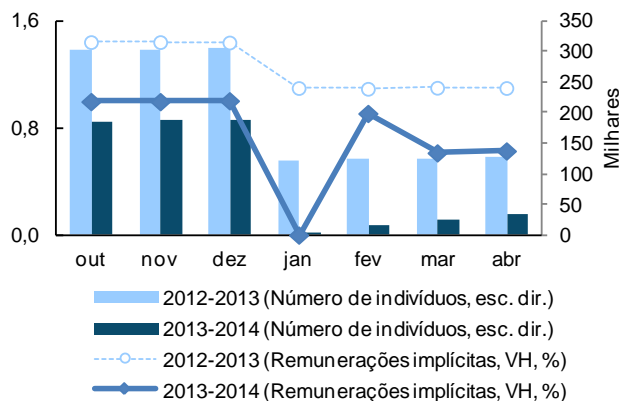
Figura 2.15. Ofertas de Emprego e Colocações (MM3, VH)



Fonte: IEFP.

O número de trabalhadores abrangidos por instrumentos de regulamentação coletiva (IRCTS) situou-se em 33 mil, um valor abaixo dos 126,3 mil registados um ano antes. A variação média anual da remuneração implícita convencional permaneceu nos 0,6%.

Figura 2.16. Contratação Coletiva



Fonte: MEE.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

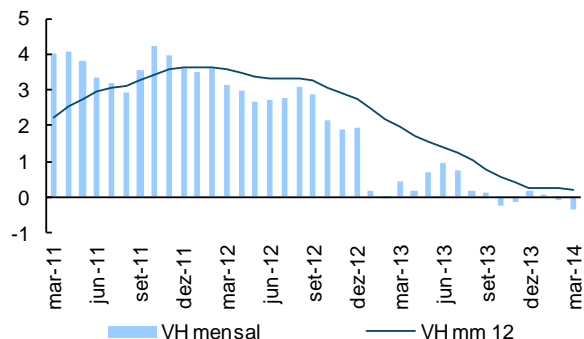
Indicador	Unidade	Fonte	2013	2013				2014	2013	2014			
				I	II	III	IV	I	dez	jan	fev	mar	abr
Taxa de Desemprego	%	INE	16,2	17,5	16,4	15,5	15,3	15,1	-	-	-	-	-
Emprego Total	VH	"	-2,6	-5,0	-3,9	-2,1	0,7	1,7	-	-	-	-	-
Desemprego Registrado (f.p.)	VH	IEFP	-2,8	11,0	6,8	2,0	-2,8	-6,1	-2,8	-4,7	-5,2	-6,1	-8,3
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	0,3	-3,2	-0,5	1,9	2,8	-3,1	6,7	-0,4	2,9	-11,7	-9,3
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	49,1	28,6	47,0	53,1	64,3	66,3	84,1	67,3	76,0	57,7	21,5
Contratação Coletiva	VHA	MSESS	1,0	1,1	1,0	1,0	1,0	0,6	1,0	0,0	0,9	0,6	0,6
Índice do Custo do Trabalho* - Portugal	VH	INE	0,3	-1,5	1,8	0,2	0,5	:	-	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho* - AE	VH	Eurostat	1,4	2,1	1,2	1,1	1,1	:	-	-	-	-	-

*Total, excluindo Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividade; f.p. - no fim do período; l.p. ao longo do período.

Preços

No mês de abril, a taxa de variação do IPC fixou-se nos -0,1%, 0,3 p.p. acima do registado um mês antes. Ao nível da análise em média móvel de 12 meses, o valor manteve-se inalterado nos 0,2%.

Figura 2.17. Taxa de Variação do IPC
(VH, %)



Fonte: INE.

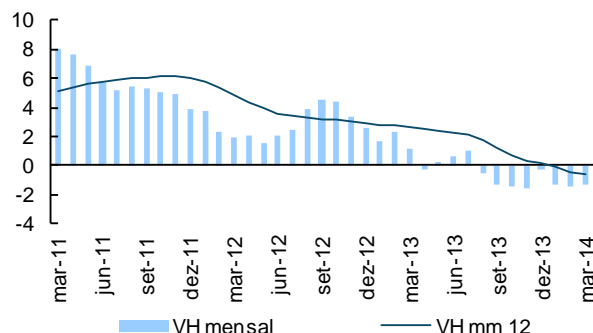
Os preços dos bens caíram 1% face a abril de 2013 (-0,8% em março), enquanto os serviços reforçaram a subida (1% e 0,2% em abril e março, respetivamente).

A variação do IPC subjacente, isto é, do IPC excluindo bens alimentares não transformados e energéticos, foi de 0,1% (0,3 p.p. acima do valor do mês anterior), uma variação 0,3 p.p. superior à do IPC total.

Olhando para as categorias do IPC, constata-se que as que registaram maiores quebras foram as classes do Vestuário e a do Lazer, Recreação e Cultura, com diminuições de 1,8% e 1,3%, respetivamente. Já as que tiveram maiores aumentos de preços foram as classes das Bebidas Alcoólicas e Tabaco (2,4%) e a da Habitação (2,1%).

O Índice de Preços na Produção Industrial (IPPI) apresentou, em abril, uma variação homóloga de -0,6% (0,9 p.p. acima do mês anterior).

Figura 2.18. Taxa de Variação do IPPI
(VH, %)



Fonte: INE.

Para a variação do IPPI contribuiu a quebra de 1,3% registada nas Indústrias Transformadoras (única quebra ao nível das secções). Dos grandes agrupamentos industriais, apenas os Bens de Consumo Duradouros e Energia registaram uma variação homóloga positiva (0,3% e 0,8% respetivamente).

A variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) em Portugal, no mês de abril de 2014, foi de -0,1%, um valor 0,3 p.p. acima do registado no mês anterior. Já a variação homóloga do IHPC na zona euro foi de 0,7%, pelo que o diferencial do IHPC de Portugal e do IHPC médio da zona euro se fixou nos -0,9 p.p., valor idêntico ao registado em março. Ao nível da análise em médias móveis de 12 meses, a diferença foi de -0,8 p.p..

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

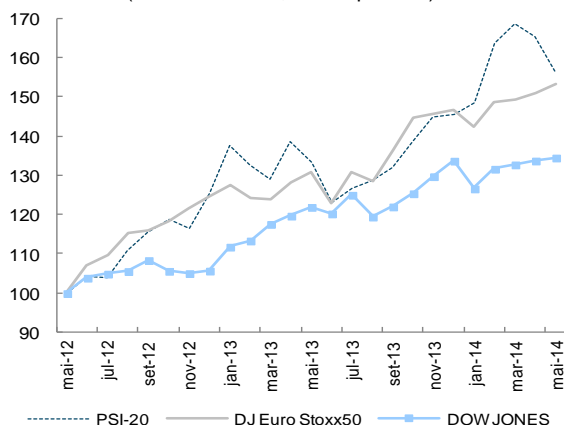
Indicador	Unidade	Fonte	2013	2013					2014			
				ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	-0,7	0,6	0,0	-0,2	0,4	-1,4	-0,3	1,4	0,2
Índice de Preços no Consumidor	VH	INE	0,3	0,2	0,1	-0,2	-0,2	0,2	0,1	-0,1	-0,4	-0,1
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	:	1,0	0,8	0,6	0,4	0,3	0,3	0,3	0,2	0,2
IPC - Bens	VH	"	0,0	-0,4	-0,1	-0,5	-0,2	0,0	-0,4	-0,8	-0,8	-1,0
IPC - Serviços	"	"	0,7	0,8	0,4	0,2	-0,1	0,4	0,8	0,9	0,2	1,0
IPC Subjacente*	"	"	0,2	0,0	0,3	0,2	0,0	0,2	0,1	0,1	-0,2	0,1
Índice de Preços na Produção industrial	VH	"	0,1	-0,6	-1,3	-1,4	-1,5	-0,3	-1,3	-1,5	-1,5	-0,6
IHPC	"	"	0,4	0,2	0,3	0,0	0,1	0,2	0,1	-0,1	-0,4	-0,1
Diferencial IHPC PT vs. AE (MM12, VH)	p.p.	Eurostat	-0,9	-1,2	-0,8	-0,7	-0,8	-0,7	-0,7	-0,8	-0,9	-0,8

* IPC subjacente exclui os bens alimentares não transformados e energéticos

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Os índices bolsistas internacionais tiveram uma evolução globalmente menos favorável nos últimos meses, associada, em parte, à manutenção de tensões existentes ligadas à crise política da Ucrânia. Porém, os índices bolsistas do setor bancário da área do euro tiveram uma evolução positiva, resultando da clarificação da metodologia a ser utilizada (EBA) para a realização dos testes de stress deste setor. Assim, no dia 27 de maio de 2014 e, face ao final do mês de abril, os índices *Euro Stoxx50* e *Dow Jones* subiram 1,4% e 0,6%, respetivamente.

Figura 2.19. Índices Bolsistas
(maio 2012=100, fim do período)

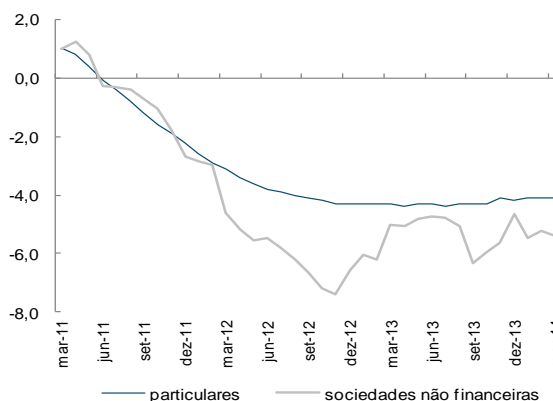


Fontes: CMVM; *Finance Yahoo*. Para maio, o valor é do dia 27.

O índice PSI-20 desvalorizou em maio, pelo 2.º mês consecutivo, dominado por uma evolução negativa dos títulos do setor bancário, em linha com a realização de várias operações de reforço de capitais por alguns bancos. De facto, no dia 27 de maio, o índice PSI-20 diminuiu cerca de 5% face ao final de abril.

Em março de 2014, a taxa de variação anual dos empréstimos ao sector privado não financeiro manteve-se em -4,6% em termos anuais devido à estabilização dos empréstimos às famílias (-4,1%). No entanto, assistiu-se a uma deterioração do crédito destinado às empresas não financeiras, cuja contração foi mais acentuada.

Figura 2.20. Empréstimos ao Setor Privado
(va, em %)

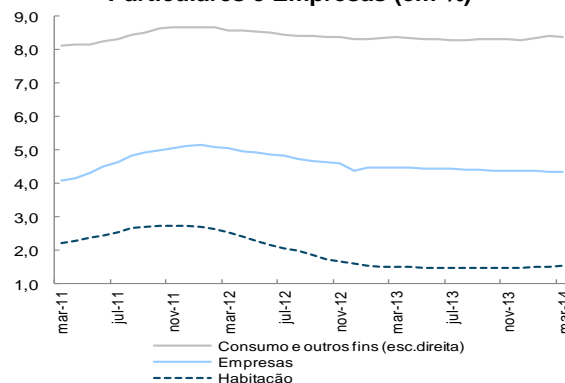


Fonte: Banco de Portugal.

Relativamente ao crédito destinado aos particulares, verificou-se uma variação mais negativa dos empréstimos concedidos à habitação (apresentando uma quebra mais pronunciada); enquanto o crédito ao consumo e para outros fins melhorou, resultando numa diminuição menos acentuada.

As taxas de juro das operações do crédito diminuíram para as empresas; enquanto aumentaram para os particulares devido à subida para os empréstimos à habitação, cuja taxa de juro se situou em 1,52% em março de 2014 (+5 p.b. face a dezembro de 2013).

Figura 2.21. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas (em %)



Fonte: Banco de Portugal.

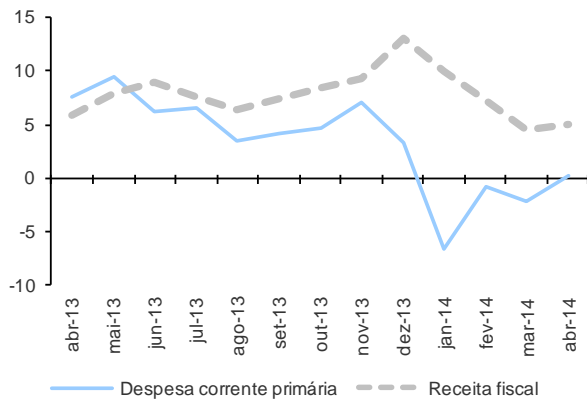
Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

Indicador	Unidade	Fonte	2013	2013					2014			
				ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	5,8	6,5	6,5	6,1	5,8	5,8	5,0	4,8	4,1	3,6
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	386	460	474	438	410	386	333	321	249	214
PSI 20*	VC	CMVM	16,0	1,5	2,5	4,9	4,7	0,3	2,1	10,2	3,1	-2,0
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	-3,8	-3,8	-3,9	-3,9	-3,8	-3,8	-3,8	-3,8	-3,9	:
- para consumo	va**	"	-7,2	-8,0	-7,8	-7,9	-7,3	-7,2	-6,4	-6,2	-5,7	:
Empréstimos a empresas	va**	"	-4,7	-5,1	-6,3	-5,9	-5,6	-4,7	-5,5	-5,2	-5,4	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação*	%	"	1,47	1,47	1,47	1,47	1,47	1,47	1,49	1,50	1,52	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas*	%	"	4,36	4,39	4,39	4,39	4,37	4,36	4,38	4,34	4,33	:

Finanças Públicas – Estado

Até abril, o valor provisório para o défice global do Estado, na ótica da contabilidade pública, foi de 2740,6M€, o que representa uma melhoria de 228,4M€ face ao período homólogo. O défice primário foi de 1095,5M€, menos 585,8M€ que no ano anterior.

Figura 2.22. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)



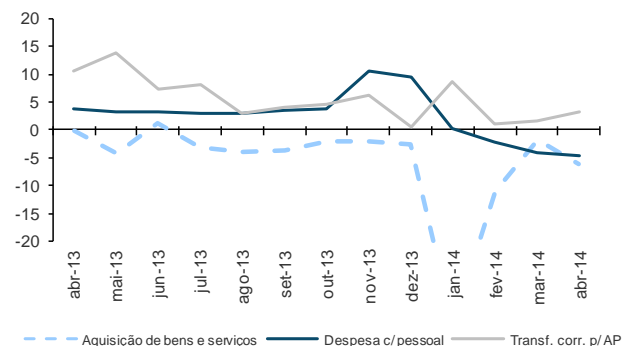
Fonte: DGO.

A execução orçamental do Estado, face a 2013, caracterizou-se por:

- um crescimento da receita fiscal, em 5%, justificado pela evolução do IRS (9,9%), do IVA (2,4%), do imposto sobre veículos (40,8%) e, com um menor contributo, o imposto sobre o tabaco (4,7%) e o imposto único de circulação (17,7%). Este comportamento é o reflexo da melhoria da situação económica e do aumento da eficácia em resultado da implementação das novas medidas de combate à fraude e evasão fiscal. Em sentido inverso, salienta-se a diminuição do IRC (-2,7%) justificada pelo impacto em 2013 da receita extraordinária que resultou da antecipação da distribuição de dividendos que se verificou em dezembro 2012, e do imposto de selo (-5,3%). A receita não fiscal diminuiu 0,8%, devido à diminuição das transferências de outros subsectores das administrações públicas, parcialmente compensada pelo aumento das outras receitas correntes e da venda de bens de investimento; e,

- um aumento da despesa total em 2,0% e uma diminuição da despesa primária em 0,5%. Este comportamento resulta, essencialmente, da evolução positiva dos juros e outros encargos da dívida pública (27,8%) e das transferências correntes para outros subsectores das administrações públicas (8,1%), nomeadamente para a Segurança Social e para a administração local, em resultado de um tratamento diferente da participação dos municípios na receita de IRS. Em sentido contrário, salienta-se a diminuição da despesa com pessoal (-4,7%), espelhando os efeitos originados pela redução remuneratória determinada pela Lei do OE para 2014 e a redução de efetivos, das outras despesas correntes (-44,3%) e das transferências de capital para os outros subsectores das administrações públicas (-30,6%).

Figura 2.23. Despesa do Estado – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

A despesa acumulada do Estado com ativos financeiros em abril atingiu 923M€, dos quais 860,2M€ dizem respeito a operações de dotação de capital (454,2M€ em empresas públicas reclassificadas e 401,5M€ no âmbito do Mecanismo Europeu de Estabilidade), 39M€ a empréstimos de médio e longo prazo e 20,6M€ a participações em organizações internacionais.

Quadro 2.8. Execução Orçamental do Estado

	2013		2014		2014			
	jan a abr		jan a abr		jan	fev	mar	abr
	10^6 euros		Exec. face OE corrig.* (%)		VHA (%)			
Receita Total	11621	12136	29,0	29,8	8,7	6,7	4,3	4,4
Receita corrente	11483	11989	29,2	29,9	10,0	7,1	4,4	4,4
Impostos diretos	4505	4881	27,3	28,5	19,7	14,7	7,8	8,4
Impostos indiretos	5998	6146	32,6	32,9	3,0	2,9	2,2	2,5
Despesa Total	14590	14876	29,8	30,8	-7,4	2,0	0,3	2,0
Despesa corrente	14057	14434	29,7	30,7	-6,9	2,6	0,8	2,7
Despesa com pessoal	2877	2742	31,5	32,8	0,3	-2,2	-4,2	-4,7
Aquisição bens e serviços	382	359	23,2	26,2	-34,9	-11,2	-1,9	-6,1
Subsídios	24	19	9,6	8,2	19572,6	261,5	-26,2	-20,3
Juros	1288	1645	18,9	22,7	-12,9	53,7	41,3	27,8
Transferências corr. p/ AP	8194	8465	31,6	33,0	8,6	1,2	1,7	3,3
Saldo Global	-2969	-2741	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	-1681	-1095	-	-	-	-	-	-

Nota: * Corresponde ao OE retificativo corrigido das alterações orçamentais da competência do Governo, nomeadamente, os montantes cativos utilizados, as autorizações de despesa, e os reforços de dotação provisional face à execução final do ano anterior.

Fonte: DGO.

Serviços e Fundos Autónomos, (SFA) incluindo as empresas públicas reclassificadas

Até abril, e na ótica da contabilidade pública, o excedente provisório dos Serviços e Fundos Autónomos (incluindo as empresas públicas reclassificadas) foi de 529,9M€, mais 76,7M€ que em idêntico período do ano anterior¹.

Assim, a execução orçamental, face ao período homólogo, caracterizou-se por:

- um acréscimo da receita em 5,1%, refletindo principalmente o aumento das outras receitas correntes (64,8%), das contribuições para a Segurança Social, CGA² e ADSE (11,2%), devido ao aumento da taxa da entidade empregadora, ao alargamento da base de incidência, à aplicação da Contribuição Extraordinária de Solidariedade e ao aumento da receita relativa a “Compensação por pagamento de pensões” explicado pelo aumento do número de pensionistas com pensões da responsabilidade de outras entidades, e das taxas, multas e outras penalidades (6,1%). Em sentido contrário, salienta-se o decréscimo das transferências do Estado (-2%) e da receita fiscal (-2,1%); e,
- um aumento da despesa (4,3%), explicada, essencialmente, pelo crescimento da despesa com das outras transferências correntes (2,9%), e dos subsídios (120,3%), justificado pelas medidas de política de emprego e de formação profissional. Em sentido oposto, salienta-se a diminuição dos juros (-24,5%), principalmente pelo comportamento das entidades do setor dos transportes, especialmente os juros pagos pelo Metropolitan de Lisboa, E.P.E, em resultado do efeito base de liquidação de encargos com *swaps* em 2013, do investimento (12,1%), em consequência da redução dos encargos suportados com as concessionárias pela Estradas de Portugal, S.A. em resultado da concretização de pagamentos de subconcessões, e das despesas com pessoal (-2,6%), reflexo da redução remuneratória determinada pela Lei do OE para 2014.

Serviço Nacional de Saúde (SNS)

Até abril, a execução financeira consolidada³ provisória do SNS revela um défice de 104M€, agravando-se 28,4M€ face ao período homólogo. A execução financeira, face ao mês homólogo, caracterizou-se por:

- um decréscimo da receita em 0,5%, justificado fundamentalmente pela redução da venda de bens e serviços correntes (-26%) e das transferências correntes (-0,3%); e
- um aumento da despesa em 0,6%, devido sobretudo à diminuição das responsabilidades com as entidades públicas empresariais (-1,5%), das outras aquisições de bens e serviços (-7,5%) e da despesa com pessoal (-1,7%). Em sentido contrário registaram-se aumentos da despesa dos produtos vendidos em farmácia (9,3%), com os encargos das Parcerias Público-Privadas (12,4%) e com os meios complementares de diagnóstico e terapêutica (1,0%). As despesas com pessoal diminuíram 1,7%, apesar pagamento das compensações no âmbito do programa de rescisões por mútuo acordo.

Quadro 2.9. Execução Financeira do Serviço Nacional de Saúde

	Serviço Nacional de Saúde					
	2013		2014		2014	
	jan a abr		jan a abr		jan a abr	
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig. (%)		VHA (%)	
Receita Total	2 549	2 536	30,5	31,5	-0,5	
Receita fiscal	21	20	24,2	25,1	-5,2	
Outra receita corrente	2 525	2 516	30,6	31,6	-0,4	
Receita de capital	2	:	30,2	:	-100,0	
Despesa Total	2 624	2 640	32	32,8	0,6	
Despesa com pessoal	329	323	35,5	36,1	-1,7	
Aquisição de bens e serviços	2 278	2 298	31	32,6	0,9	
Despesa de capital	3	4	12,6	7,1	42,3	
Saldo Global	- 76	- 104	-	-	-	

Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

Quadro 2.10. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos (incluindo Empresas Públicas Reclassificadas)					Empresas Públicas Reclassificadas				
	2013		2014		2014		2013		2014	
	jan a abr		jan a abr		jan a abr		jan a abr		jan a abr	
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig. (%)		VHA (%)		10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig. (%)	
Receita Total	8 062	8 470	29,7	31,4	5,1	749	816	24,8	27,1	9,0
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	1316	1464	28,8	30,0	11,2	-	-	-	-	-
Transferências correntes das Adm. Públicas	4 794	4 678	30,8	31,0	-2,4	144	113	24,9	30,8	-21,4
Despesa Total	7 609	7 940	27,	28,6	4,3	1070	1099	26,8	24,7	2,8
Despesa com pessoal	1064	1036	30,0	30,8	-2,6	235	223	30,6	31,8	-5,1
Aquisição de bens e serviços	2 482	2 559	25,8	28,8	3,1	205	216	23,5	22,5	5,2
Transferências correntes	3 172	3 281	29,1	29,9	3,4	27	11	68,2	34,0	-59,6
Saldo Global	453	530	-	-	-	-321	-283	-	-	-

Fonte: DGO.

¹ De referir que o não reporte de dados de algumas entidades e as alterações ao universo das entidades abrangidas não permite uma correta comparabilidade entre os dados, as quais se refletem nas taxas de variação apresentadas.

² Na ótica da contabilidade pública, a Caixa Geral de Aposentações, I.P. (CGA) pertence aos Fundos e Serviços Autónomos.

³ Considerando a despesa efetivamente realizada e os compromissos assumidos, em consonância com o princípio de registo em base de compromissos.

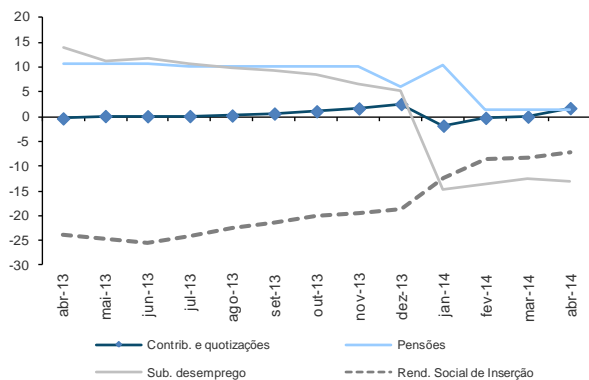
Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações

Até abril, o excedente da Segurança Social, na ótica da contabilidade pública, foi de 50,2M€, menos 8,2M€ que no mesmo período de 2013.

A execução orçamental da Segurança Social, em relação ao período homólogo, caracterizou-se por:

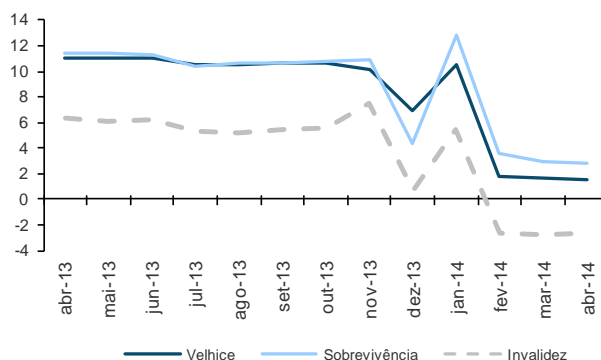
- uma diminuição da receita em 2,2%, em resultado do decréscimo das transferências do Fundo Social Europeu (-73,3%) e das outras receitas correntes (-16,4%). Em sentido contrário, registou-se um aumento das transferências do Orçamento do Estado (5,7%);
- uma diminuição da despesa em 2,1%, decorrente, sobretudo, da evolução da despesa com subsídio de desemprego e apoio ao emprego (-13,2%), das despesas com ações de formação profissional (-22,9%), das outras prestações (-12,5%), do complemento solidário para idosos (-13,7%), do subsídio familiar a crianças e jovens (-5,9%) e do rendimento social de inserção (-7,2%). Em sentido inverso, constata-se um aumento das outras despesas correntes (45,8%) e das pensões (1,3%). Relativamente ao número de beneficiários, verifica-se um acréscimo de 0,7% nas pensões de velhice, de 0,9% nas pensões de sobrevivência e de 3,6% no subsídio de doença. Em sentido inverso, registou-se uma diminuição nos beneficiários da pensão de invalidez, em 4,2% e de 14,7% nos subsídios de desemprego e social de desemprego.

Figura 2.24. Execução Orçamental da Seg. Social
(VHA, em %)



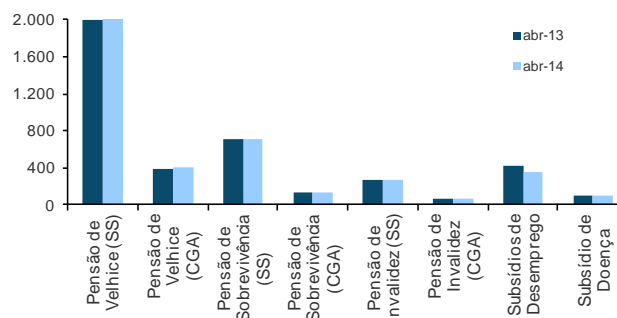
Fonte: DGO.

Figura 2.25. Despesa em Pensões da Seg. Social
(VHA, em %)



Fonte: DGO

Figura 2.26. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos
(milhares, em final do mês)



Fontes: MTSS e CGA.

Em abril, o saldo acumulado da Caixa Geral de Aposentações (CGA), em contabilidade pública, foi de 80M€, mais 59,8M€ que no período homólogo. A receita total aumentou 4,5%, refletindo, fundamentalmente, o acréscimo das contribuições para a CGA (11,2%), em consequência do aumento da taxa das entidades empregadoras, de 20% para 23,75% e pelo facto de a Contribuição Extraordinária de Solidariedade (CES) ter passado a incidir sobre a totalidade das pensões e prestações pecuniárias vitalícias. A comparticipação do Orçamento do Estado diminuiu 1% e as outras receitas apresentam um aumento de 34%. A despesa total aumentou 2,4%, justificada pelo acréscimo da despesa com pensões, em consequência do aumento do número de pensionistas. O número de beneficiários de pensões de velhice aumentou 2%, as de sobrevivência 1,6% e um ligeiro aumento de 0,1% nas pensões de invalidez.

Quadro 2.11. Execução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações

	Segurança Social				Caixa Geral de Aposentações					
	2013		2014		2013		2014			
	jan a abr		jan a abr		jan a abr		jan a abr			
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)		
Receita Total	8122	7945	-2,2	32,4	31,3	2868	2997	4,5	31,3	32,0
Contribuições e quotizações	4301	4375	1,7	32,3	32,8	1315	1463	11,2	28,8	30,0
Transferências correntes da Adm. Central *	2696	2849	5,7	31,2	32,8	1468	1450	-1,2	33,6	33,6
Despesa Total	8063	7895	-2,1	31,8	31,5	2848	2917	2,4	30,6	30,7
Pensões	4708	4768	1,3	30,7	31,1	2834	2869	1,2	30,6	30,4
Pensões de velhice do reg. subst. bancário	182	179	-1,8	35,9	35,6	-	-	-	-	-
Subsídio de desemp. e apoio ao emprego	972	844	-13,2	34,6	29,7	-	-	-	-	-
Prestações e ação social	517	538	4,0	33,0	32,7	-	-	-	-	-
Saldo Global	58	50	-	-	-	20	80	-	-	-

Fontes: DGO e GPEARI.

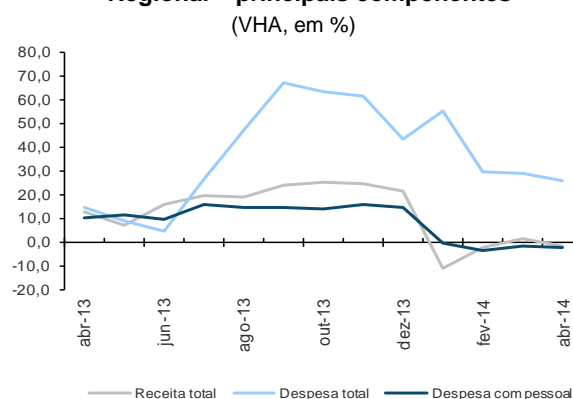
Administração Regional

Até abril, e na ótica da contabilidade pública, o défice orçamental da administração regional situou-se nos 110,4M€, o que compara com um excedente de 70,3M€ no período homólogo. Este comportamento é explicado pelo agravamento do saldo da Região Autónoma da Madeira (RAM) em 96,5M€, e da Região Autónoma dos Açores (RAA) em 2,9M€. Este resultado é fortemente influenciado pelo pagamento de dívidas a fornecedores de anos anteriores. Retirando-se este efeito, o saldo na RAM apresenta um défice de 57,5M€ e a Administração Regional denota um défice de 30,7M€.

A execução orçamental da Administração Regional, face a 2013, caracterizou-se por:

- uma redução da receita total em 1,9%, devido essencialmente à diminuição das receitas de capital, nomeadamente as transferências de capital que registaram um decréscimo de 16,7%, redução que ocorre, em parte, devido à nova Lei das Finanças Regionais, que introduziu alterações ao cálculo das transferências do Estado. Em sentido oposto salienta-se o aumento da receita fiscal, em ambas as regiões, com a RAA e a RAM a registarem um aumento de 14,6% e 7,5%, respetivamente; e,
- um acréscimo da despesa total em 26%, que resulta de comportamento diferenciados nas duas regiões (-3,1% na RAA e +55,7% na RAM). Na RAA, a diminuição da despesa deveu-se principalmente ao comportamento das despesas com pessoal, das transferências correntes e dos subsídios, que mais que compensaram o aumento da despesa de capital. Na RAM o maior contributo para o aumento da despesa foi dado pelos juros, pela aquisição de bens e serviços e pelas transferências correntes.

Figura 2.27. Execução Orçamental da Administração Regional – principais componentes



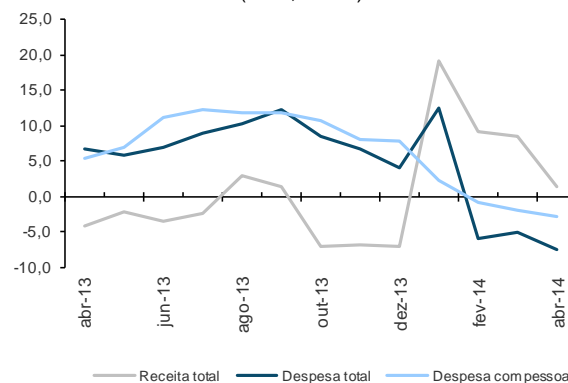
Fonte: DGO.

Administração Local

Em abril, na ótica da contabilidade pública, o saldo acumulado provisório da execução orçamental da administração local apresentou de um excedente de 13,4M€, que compara com um défice de 157,3M€ no período homólogo. Este resultado é justificado pelo diferencial observado entre o crescimento da receita e a diminuição da despesa. A execução orçamental da Administração Local, face ao ano anterior, caracterizou-se por:

- um acréscimo da receita total em 1,3%, em resultado do aumento da receita fiscal (29,3%), devido ao aumento da receita dos impostos diretos, nomeadamente do IMT e IMI, e das transferências correntes de outros subsectores das administrações públicas. Em sentido oposto, é de referir a diminuição das transferências no âmbito da Lei de Finanças Locais e das transferências de capital da União Europeia; e
- uma diminuição da despesa total em 7,6% que traduz, fundamentalmente, a variação negativa da despesa de capital (-26,5%), em particular a aquisição de bens de capital (27,5%), da despesa com o pessoal (-2,8%) e das transferências correntes (-10,8%). Em sentido oposto, salienta-se o aumento da aquisição de bens e serviços (3,5%). No período foram efetuados pagamentos ao abrigo do PAEL no montante de 34,8M€, menos 151,6M€ que no período homólogo. Excluindo este efeito, a despesa demonstra um acréscimo de 0,2%.

Figura 2.28. Execução Orçamental da Administração Local – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.12. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Regional				Administração Local			
	2013		2014		2013		2014	
	jan a abr							
	10 ⁶ euros		Grau de execução (%)		10 ⁶ euros		Grau de execução (%)	
Receita total	713	700	30,3	-1,9	1 786	1 810	25,7	1,3
Impostos	363	401	29,3	10,6	317	410	16,6	29,3
Transferências correntes	15	17	38,8	13,5	773	806	32,2	4,3
Despesa total	643	810	32,1	26,0	1 944	1 796	29,1	-7,6
Pessoal	236	230	29,9	-2,4	699	679	34,2	-2,8
Aquisição de bens e serv	83	149	41,0	79,0	544	562	34,3	3,5
Transferências correntes	187	202	50,7	7,9	141	126	29,2	-10,8
Investimento	40	32	7,1	-19,8	405	294	20,0	-27,5
Saldo global	70	- 110	-	-	- 157	13	-	-

Fonte: DGO.

Dívida Pública

Dívida pública das Administrações Públicas (ótica de Maastricht)

De acordo com os dados publicados pelo Banco de Portugal, em março de 2014, a dívida pública das administrações públicas manteve praticamente inalterada (220,7 mil M€), mais 93M€ que no final de fevereiro. Face ao mês anterior, a evolução deve-se ao aumento do stock da dívida da administração central em 57M€ e da administração regional e local em 7M€. É de referir que os depósitos na administração central diminuíram 299M€ em comparação com o mês anterior.

Quadro 2.13. Dívida Mensal das Administrações Públicas (milhões de euros)

	2013 dez	2014 fev	2014 mar
Administrações Públicas	213 631	220 591	220 684
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	213 973	220 833	220 890
Administração Regional e Local	9 827	9 858	9 865
Segurança Social	2	1	1
Consolidação entre subsectores	10 171	10 102	10 071
<i>por memória:</i>			
Depósitos da Administração Central	17 329	23 671	23 372

Fonte: Banco de Portugal.

Dívida não Financeira das Administrações Públicas

Quadro 2.14. Dívida não Financeira das AP (milhões de euros)

	2013 dez	2014 mar	2014 abr
Administrações Públicas	3 830	3 975	3 919
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	333	429	443
Administração Regional	1 489	1 420	1 388
Administração Local	2 008	2 126	2 088
Segurança Social	0	0	0

Fonte: DGO.

A dívida não financeira das administrações públicas, excluindo EPR, em abril, diminuiu 56M€ face ao mês anterior. Este comportamento deveu-se à diminuição da dívida da administração regional e local (32 e 38M€, respetivamente) que foi compensado parcialmente pelo aumento verificado na administração central (em 14M€).

Quadro 2.15. Pagamentos em Atraso (milhões de euros)

	2013 dez	2014 mar	2014 abr
Administrações Públicas	1 183	1 166	1 156
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central (excl. saúde)	30	37	38
SNS	10	15	16
Empresas Públicas Reclassificadas	1	1	2
Administração Regional	660	660	649
Administração Local	517	493	491
Outras Entidades	714	814	855
Empresas públicas não reclassificadas	103	125	125
Hospitais EPE	611	689	731
Adm. Públicas e outras entidades	1 897	1 980	2 011

Fonte: DGO.

Em abril, os pagamentos em atraso das AP, incluindo as empresas públicas não reclassificadas e os hospitais EPE, aumentaram 30,8M€ face ao mês anterior, refletindo essencialmente o aumento das dívidas dos hospitais EPE (41,1M€), compensado parcialmente pela diminuição da administração regional (-11,9M€).

Dívida Direta do Estado

No final de abril, a dívida direta do Estado atingiu em 215,2 mil M€, aumentando 2846,3M€ face ao mês anterior. Este comportamento resulta das emissões realizadas ao abrigo do Programa de Ajustamento Económico no valor de 2102,7M€ (dos quais 1250,6M€ relativos ao FEEF e os restantes 852,1M€ ao FMI). O saldo de OT aumentou igualmente (711,6M€) em resultado da emissão da OT 5,65%Fev2024 (no valor nominal de 750M€), compensada parcialmente pela recompra parcial da OT 3,35%Out2015 (no valor nominal de 38M€). O stock de CEDIC (641,7M€) e dos CT e CA (em 179,7 e 115,6M€, respetivamente) contribuíram igualmente para a evolução da dívida total. Em sentido oposto, salienta-se a diminuição do saldo de BT (em 811,6M€) e a amortização de um MTN (em 54M€). As variações cambiais contribuíram para o decréscimo do saldo da dívida em 51,5M€.

Quadro 2.16. Movimento da Dívida Direta do Estado (milhões de euros)

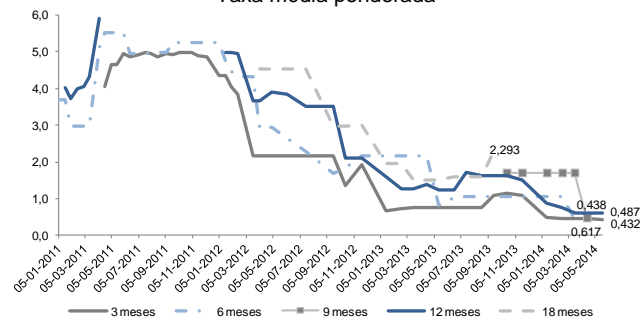
	31-mar-14	abr-14			30-abr-14
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	
Transacionável	118 509	2 238	2 273	- 123	118 352
Bilhetes do Tesouro	19 160	1 362	2 174	0	18 348
Obrigações do Tesouro	96 535	876	40	- 124	97 246
Não Transacionável	18 971	3 127	2 178	0	19 920
Cert. de Aforro e do Tesouro	13 001	355	59	0	13 296
CEDIC e CEDIM	5 427	2 717	2 076	0	6 069
Prog. de Ajustamento Económico	74 844	2 103	0	- 48	76 898
Total	212 323	7 467	4 450	- 171	215 170

Fonte: IGCP.

Emissões e Amortizações de Dívida

A 21 de maio, foram realizados dois leilões de BT, tendo sido colocados na fase competitiva 250€, a 3 meses, e 1000M€, a 1 ano. A taxa média ponderada da emissão a três meses foi de 0,432% (que compara com 0,462% da emissão do mês anterior) e a 1 ano foi de 0,617% (0,597% na emissão do mês passado).

Figura 2.29. Emissões de BT
Taxa média ponderada



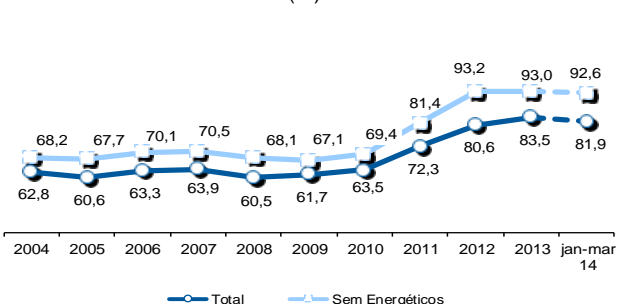
Fonte: IGCP.

3. Comércio Internacional ^[1]

Evolução global ^[2]

De acordo com os resultados preliminares divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, no primeiro trimestre de 2014, em termos homólogos, as exportações de mercadorias cresceram 1,7% e as importações aumentaram 6% ^[3]. Nesse período, o défice da balança comercial (fob/cif) aumentou 31,4%. Excluindo os produtos energéticos, as exportações cresceram 5% e as importações aumentaram 8,1% (Quadro 3.1).

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Importações pelas Exportações de Mercadorias (%)



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)

Intra + Extra-EU (milhões de Euros)	janeiro a março			VH	
	2013	2014	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	11 542	11 734	1,7	1,7	5,1
Importações (cif)	13 520	14 334	6,0	6,0	4,1
Saldo (fob-cif)	-1 978	-2 600	31,4	31,4	-0,1
Cobertura (fob/cif)	85,4	81,9	-	-	-
Sem energéticos:					
Exportações (fob)	10 364	10 878	5,0	5,0	4,0
Importações (cif)	10 869	11 749	8,1	8,1	5,3
Saldo (fob-cif)	-505	-871	72,6	72,6	25,0
Cobertura (fob/cif)	95,4	92,6	-	-	-
Extra-EU (milhões de Euros)					
Exportações (fob)	3 276	3 220	-1,7	-1,7	5,9
Importações (cif)	3 952	3 478	-12,0	-12,0	-3,2
Saldo (fob-cif)	-676	-257	-61,9	-61,9	-51,1
Cobertura (fob/cif)	82,9	92,6	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros três meses de 2014, as exportações representaram 81,9% das importações, o que se traduziu num decréscimo de 3,5 p.p. na taxa de cobertura das importações pelas exportações, face ao período homólogo. Excluindo os produtos energéticos, as exportações passaram a representar 92,6% das importações (-2,8 p.p. que em igual período no ano transato).

Quadro 3.2. Balança Comercial: mês de março

	Valores em milhões de Euros		
janeiro a março	2013	2014	TVH
Intra+Extra UE			
Exportações (fob)	11 542	11 734	1,7
Importações (cif)	13 520	14 334	6,0
Saldo (fob-cif)	-1 978	-2 600	31,4
Cobertura (fob/cif)	85,4	81,9	-
Intra UE			
Exportações (fob)	8 266	8 514	3,0
Importações (cif)	9 568	10 856	13,5
Saldo (fob-cif)	-1 302	-2 342	79,9
Cobertura (fob/cif)	86,4	78,4	-
Extra UE			
Exportações (fob)	3 276	3 220	-1,7
Importações (cif)	3 952	3 478	-12,0
Saldo (fob-cif)	-676	-257	-61,9
Cobertura (fob/cif)	82,9	92,6	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

No primeiro trimestre de 2014, o défice da balança comercial Intra UE acentuou-se 79,9% em termos homólogos, com as exportações de mercadorias a crescerem 3% e as importações a aumentarem 13,5%.

O saldo negativo da balança comercial Extra UE recuperou 61,9% (Quadro 3.2).

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	IMPORTAÇÕES (Cif)			EXPORTAÇÕES (Fob)		
	2013	2014	TVH	2013	2014	TVH
jan	4 463	4 920	10,3	3 863	3 943	2,1
fev	4 422	4 683	5,9	3 677	3 840	4,4
mar	4 635	4 731	2,1	4 002	3 952	-1,3
abr	4 833			4 085		
mai	4 888			4 246		
jun	4 593			3 931		
jul	5 196			4 373		
ago	4 225			3 317		
set	4 857			3 925		
out	5 326			4 236		
nov	4 765			4 163		
dez	4 543			3 561		
1º Trim	13 520	14 334	6,0	11 542	11 734	1,7
2º Trim	14 314			12 262		
3º Trim	14 278			11 615		
4º Trim	14 634			11 960		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em www.gee.min-economia.pt ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, nº5/2014").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o mês de março de 2014 correspondem a uma versão preliminar. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 250 mil euros para as importações da UE e 250 mil para as exportações para a UE, em 2013). Por outro lado, a atual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.

[3] Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Exportações de Mercadorias

No primeiro trimestre de 2014, as exportações de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 1,7%. Excluindo os produtos energéticos, o crescimento foi de 5%.

Entre janeiro e março de 2014, destaca-se o contributo positivo do “Vestuário e Calçado” (+1,2 p.p.), seguido do contributo dos “Químicos” (+1,0 p.p.), dos “Produtos Acabados Diversos” e do “Material de Transporte” (ambos com +0,9 p.p.). As “Máquinas” são o grupo de produtos que maior peso tem nas exportações de mercadorias (14,7%). Seguem-se os “Químicos” (13,1%).

A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das exportações no último ano a terminar em março de 2014.

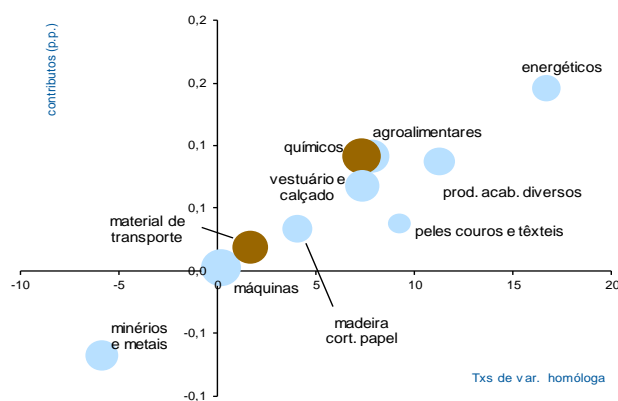
Nesse período, a maioria dos grupos de produtos contribuiu positivamente para o crescimento das exportações de mercadorias (+5,1%). Os produtos relativos aos “Energéticos” foram os que mais contribuíram para o crescimento (+1,5 p.p.). De destacar ainda o contributo positivo dos “Químicos”, dos “Agroalimentares” e dos “Produtos Acabados Diversos” (todos com +0,9 p.p.).

De referir, ainda, o contributo do “Vestuário e Calçado” para o crescimento das exportações totais de mercadorias (+ 0,7 p.p.)

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Exportações por Grupos de Produtos (p.p.)

Últimos 12 meses a terminar em março de 2014

(Total: 5,1%)



Fonte: Quadro 3.4. Exportações de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:

A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das exportações no período em análise.

Quadro 3.4. Exportações * de Mercadorias por Grupos de Produtos

(Fob)

Intra + Extra UE

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos			
	jan-mar		Anual		jan-mar		últimos 12 meses ^[1]		jan-mar	
	2013	2014	2008	2013	2013	2014	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
Total das Exportações	11 542	11 734	100,0	100,0	100,0	100,0	5,1	5,1	1,7	1,7
000 Agro-Alimentares	1264	1347	10,8	11,8	10,9	11,5	7,8	0,9	6,6	0,7
100 Energéticos	1178	857	5,6	10,4	10,2	7,3	16,7	1,5	-27,3	-2,8
200 Químicos	1420	1538	10,7	12,6	12,3	13,1	7,3	0,9	8,3	1,0
300 Madeira, Cortiça e Papel	939	951	7,8	8,1	8,1	8,1	4,1	0,3	1,3	0,1
400 Peles, Couros e Têxteis	472	514	4,4	4,2	4,1	4,4	9,2	0,4	8,9	0,4
500 Vestuário e Calçado	110	1246	10,1	9,2	9,6	10,6	7,4	0,7	12,2	1,2
600 Minérios e Metais	1276	1214	10,6	10,5	11,1	10,3	-5,9	-0,7	-4,9	-0,5
700 Máquinas	1745	1723	19,3	14,8	15,1	14,7	0,2	0,0	-1,3	-0,2
800 Material de Transporte	1253	1355	12,2	10,5	10,9	11,5	1,7	0,2	8,1	0,9
900 Produtos Acabados Diversos	885	990	8,6	8,0	7,7	8,4	11,2	0,9	11,9	0,9
Por memória:										
Total sem energéticos	10 364	10 878	94,4	89,6	89,8	92,7	4,0	3,6	5,0	4,4

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

[1] Últimos 12 meses a terminar em março de 2014.

[2] (abr 13-mar 14)/(abr 12-mar 13) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share : (TVH) x (peso no período do homólogo anterior) ÷ 100.

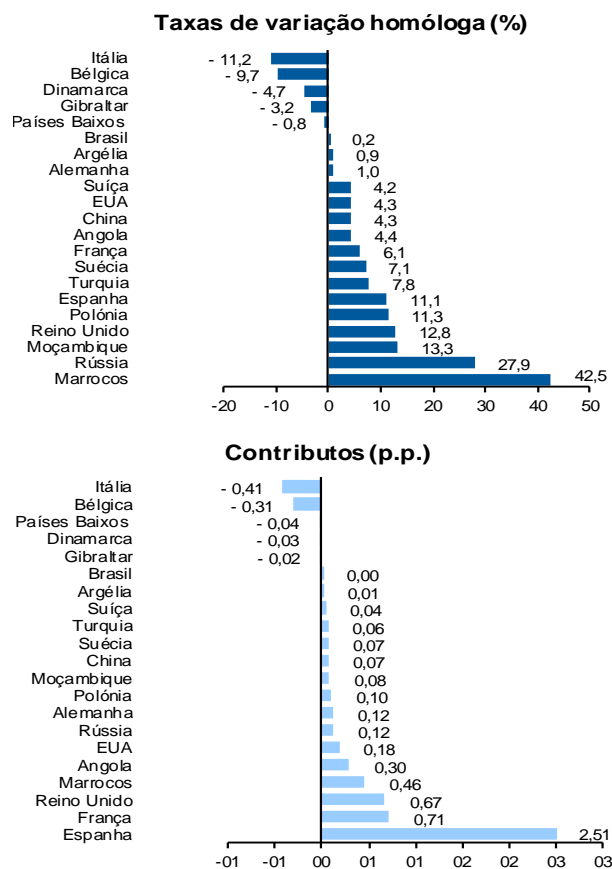
Nos primeiros três meses de 2014, as exportações para a UE cresceram, em termos homólogos, 3,0%. As exportações com destino aos países da UE-15 aumentaram 2,8% enquanto as exportações com destino aos Países do Alargamento cresceram 7,6%. As exportações para países terceiros registaram uma quebra de 1,7% (Quadro 3.5).

As exportações de mercadorias para Espanha (+1,2 p.p.) foram as que registaram o maior contributo Intra UE-15 para o crescimento das exportações, seguidas das exportações para o Reino Unido e França (ambos com +0,8 p.p.).

No último ano a terminar em março de 2014, as exportações para os países Intra UE cresceram, em termos homólogos, 4,7%. As exportações para os países da UE-15 registaram uma taxa de variação homóloga positiva de 4,6%. As exportações para Espanha (+2,5 p.p.), França e Reino Unido (ambos com +0,7 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações. Entre os principais países terceiros, destaca-se a variação homóloga positiva das exportações para Marrocos (+42,5%) e Moçambique (+13,3%). No mesmo período, destaca-se o decréscimo das exportações com destino à Venezuela (-36,3%), ainda que com um impacto pouco expressivo na variação homóloga das exportações totais (Figura 3.3).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Exportações para uma Seleção de Mercados e Contributos

Últimos 12 meses a terminar em março de 2014



Fonte: Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com destino a uma Seleção de Mercados.

Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Destino	Intra + Extra-UE (Fob)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
	jan-mar		anual		jan-mar		12 meses ^[1]		jan-mar	
	2013	2014	2008	2013	2013	2014	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
	Valores em milhões de Euros									
TOTAL	11 542	11 734	100,0	100,0	100,0	100,0	5,1	5,1	1,7	1,7
Intra UE	8 266	8 514	74,5	70,3	71,6	72,6	4,7	3,4	3,0	2,1
dos quais:										
UE-15	7 887	8 107	71,6	67,1	68,3	69,1	4,6	3,1	2,8	1,9
Espanha	2 688	2 832	27,9	23,6	23,3	24,1	11,1	2,5	5,4	1,2
Alemanha	1 411	1 440	12,8	11,7	12,2	12,3	10	0,1	2,1	0,3
França	1 364	1 454	11,8	11,6	11,8	12,4	6,1	0,7	6,6	0,8
R.Unido	609	701	5,5	5,5	5,3	6,0	12,8	0,7	15,0	0,8
P.Baixos	488	482	3,3	4,0	4,2	4,1	-0,8	0,0	-1,2	-0,1
Itália	435	372	3,7	3,3	3,8	3,2	-11,2	-0,4	-14,6	-0,6
Bélgica	384	330	2,5	2,8	3,3	2,8	-9,7	-0,3	-14,1	-0,5
Suécia	104	114	1,2	1,0	0,9	1,0	7,1	0,1	9,0	0,1
Dinamarca	87	77	0,7	0,7	0,8	0,7	-4,7	0,0	-11,0	-0,1
Alargamento	379	407	2,8	3,2	3,3	3,5	7,4	0,2	7,6	0,2
Polónia	108	118	0,8	0,9	0,9	1,0	11,3	0,1	9,5	0,1
Extra UE	3 276	3 220	25,5	29,7	28,4	27,4	5,9	1,7	-1,7	-0,5
dos quais:										
Angola	666	724	5,8	6,6	5,8	6,2	4,4	0,3	8,7	0,5
EUA	523	481	3,4	4,2	4,5	4,1	4,3	0,2	-8,1	-0,4
China	141	210	0,5	1,4	1,2	1,8	4,3	0,1	49,3	0,6
Brasil	180	149	0,8	1,6	1,6	1,3	0,2	0,0	-17,3	-0,3
Marrocos	170	129	0,7	1,5	1,5	1,1	42,5	0,5	-24,6	-0,4
Argélia	173	175	0,5	1,1	1,5	1,5	0,9	0,0	1,1	0,0
Suíça	104	106	0,8	0,9	0,9	0,9	4,2	0,0	1,9	0,0
Turquia	91	96	0,6	0,8	0,8	0,8	7,8	0,1	4,8	0,0
Venezuela	45	40	0,1	0,4	0,4	0,3	-36,3	-0,2	-12,4	0,0
Moçambique	73	67	0,2	0,7	0,6	0,6	13,3	0,1	-8,7	-0,1
Por memória:										
Gibraltar	83	45	0,1	0,7	0,7	0,4	-3,2	0,0	-45,4	-0,3
PALOP	820	870	6,9	7,9	7,1	7,4	4,6	0,4	6,1	0,4
EFTA	137	133	1,1	1,1	1,2	1,1	3,0	0,0	-3,5	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2013.

[1] Últimos 12 meses a terminar em março de 2014.

[2] (abr 13-mar 14)/(abr 12-mar 13) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

Importações de Mercadorias

De janeiro a março de 2014, as importações de mercadorias registaram uma variação homóloga positiva de 6% (Quadro 3.6).

O “Material de Transporte” e as “Máquinas” foram os principais motores de crescimento das importações portuguesas (contributos de +2,7 p.p. e +1,3 p.p., respetivamente).

A UE-28 mantém-se como principal mercado de origem das importações portuguesas (75,7%).

Nos primeiros três meses de 2014, as importações de mercadorias provenientes do mercado comunitário cresceram, em termos homólogos, 13,5%, sendo que as provenientes dos países da UE-15 aumentaram 13%. As importações provenientes dos países do Alargamento cresceram 26,4%.

As importações de mercadorias provenientes de países terceiros decresceram 12%, em termos homólogos. Angola é o principal mercado extracomunitário de origem das importações de mercadorias (3,7% do total). Seguem-se a China (2,6%) e os EU/ (1,8%).

Quadro 3.6. Importações de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
	jan-mar		Anual		jan-mar		12 meses ^[1]		jan-mar	
	2013	2014	2008	2013	2013	2014	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
TOTAL DAS IMPORTAÇÕES	13 520	14 334	100,0	100,0	100,0	100,0	4,1	4,1	6,0	6,0
Grupos de Produtos										
000-Agro-Alimentares	2 185	2 174	12,9	16,1	16,2	15,2	2,3	0,4	-0,5	-0,1
100-Energéticos	2 651	2 585	16,1	19,6	19,6	18,0	-0,5	-0,1	-2,5	-0,5
200-Químicos	2 313	2 422	13,2	16,2	17,1	16,9	1,0	0,2	4,7	0,8
300-Peles, Mad, Cortiça e Papel	605	665	4,3	4,6	4,5	4,6	11,1	0,5	9,8	0,4
400-Têxteis, Vestuário e Calçado	940	1041	6,1	6,8	7,0	7,3	10,7	0,7	10,7	0,7
500-Minérios e Metais	1155	1176	9,9	8,3	8,5	8,2	3,4	0,3	1,8	0,2
600-Máquinas [4]	1925	2 097	19,8	14,6	14,2	14,6	4,0	0,6	9,0	1,3
700-Material de Transporte [5]	1077	1439	12,2	8,7	8,0	10,0	16,7	1,4	33,6	2,7
800-Prod. Acabados Diversos	669	736	5,5	5,2	4,9	5,1	5,8	0,3	10,0	0,5
Total sem energéticos	10 869	11749	83,9	80,4	80,4	82,0	5,3	4,2	8,1	6,5
Mercados de origem										
Intra UE	9 568	10 856	74,8	72,3	70,8	75,7	7,1	5,1	13,5	9,5
dos quais:										
UE-15	9 217	10 413	72,8	69,6	68,2	72,6	7,1	4,9	13,0	8,8
Espanha	4 223	4 634	30,8	32,4	31,2	32,3	7,3	2,3	9,7	3,0
Alemanha	1577	1881	13,4	11,4	11,7	13,1	7,9	0,9	19,3	2,2
França	898	1108	8,1	6,8	6,6	7,7	10,9	0,7	23,5	1,6
Itália	691	741	5,4	5,2	5,1	5,2	2,5	0,1	7,3	0,4
Países Baixos	649	703	4,7	5,0	4,8	4,9	6,6	0,3	8,4	0,4
Reino Unido	380	415	3,3	2,9	2,8	2,9	3,5	0,1	9,1	0,3
Bélgica	336	405	2,9	2,5	2,5	2,8	8,4	0,2	20,5	0,5
Suécia	137	163	1,1	1,0	1,0	1,1	7,4	0,1	19,3	0,2
Irlanda	123	134	0,9	1,0	0,9	0,9	0,9	0,0	9,2	0,1
Alargamento	350	443	2,0	2,7	2,6	3,1	7,0	0,2	26,4	0,7
Extra UE	3 952	3 478	25,2	27,7	29,2	24,3	-3,2	-0,9	-12,0	-3,5
dos quais:										
Angola	807	529	0,6	4,6	6,0	3,7	16,9	0,6	-34,5	-2,1
China	339	378	2,1	2,4	2,5	2,6	2,1	0,1	11,3	0,3
Brasil	187	77	2,1	1,5	1,4	0,5	-36,7	-0,8	-59,0	-0,8
EUA	236	252	1,6	1,5	1,7	1,8	-11,8	-0,2	7,0	0,1
Nigéria	153	80	2,7	1,3	1,1	0,6	-23,9	-0,4	-47,8	-0,5
Arábia Saudita	178	177	1,0	1,2	1,3	1,2	-13,2	-0,2	-0,6	0,0
Argélia	125	117	1,1	0,7	0,9	0,8	-45,6	-0,6	-6,0	-0,1
Cazaquistão	106	197	0,6	1,0	0,8	1,4	-4,5	-0,1	86,5	0,7
Azerbaijão	0	174	0,1	0,8	0,0	1,2	51,8	0,4	5269716	1,3
Guiné Equatorial	0	0	0,4	0,3	0,0	0,0	-47,0	-0,3	194,1	0,0
Rússia	256	124	0,6	1,8	1,9	0,9	49,9	0,5	-51,4	-1,0
Líbia	51	1	1,5	0,2	0,4	0,0	-86,2	-0,6	-97,6	-0,4
Camarões	169	84	0,0	1,4	1,3	0,6	54,6	0,5	-50,4	-0,6
OPEP ^[6]	1412	933	8,5	8,9	10,4	6,5	-14,0	-1,3	-33,9	-3,5
EFTA	100	88	1,7	0,7	0,7	0,6	-13,3	-0,1	-11,7	-0,1
PALOP	829	536	0,7	4,8	6,1	3,7	17,6	0,7	-35,3	-2,2

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Importações: somatório das importações de mercadorias provenientes da UE com as importações de Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2013.

[1] Últimos 12 meses a terminar em março de 2014.

[2] (abr 13-mar 14)/(abr 12-mar 13) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das importações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[4] Não inclui tractores.

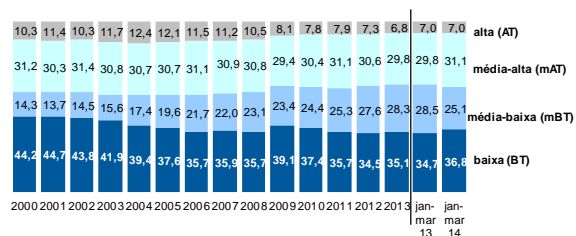
[5] Inclui tractores.

[6] Inclui Angola.

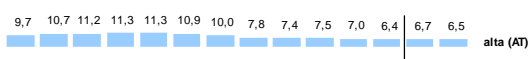
Comércio Internacional Português por grau de Intensidade Tecnológica

Nos primeiros três meses de 2014, as exportações de produtos industriais transformados cresceram, em termos homólogos, 1,3%. As exportações de produtos de média intensidade tecnológica representam mais de metade do total das exportações destes produtos (56,2%) (Figura 3.4 e Quadro 3.7).

Figura 3.4. Exportações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Alta tecnologia excluindo "Aeronaves e aeroespacial":



Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

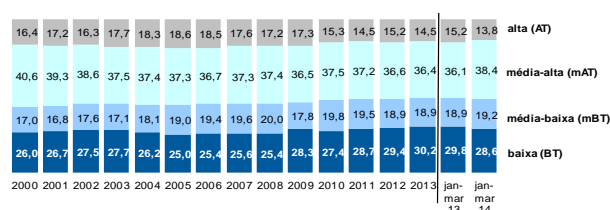
Definição da Intensidade Tecnológica de acordo com a metodologia proposta pela OCDE (STI Scoreboard 2003): Alta Intensidade Tecnológica (ISIC Rev.3 2423, 30, 32, 33, 353); Média-alta (24 excl. 2423, 29, 31, 34, 352+359); Média-baixa (23, 25-28, 351); Baixa (15-22, 36-37).

As exportações de produtos de baixa tecnologia foram as que mais contribuíram, em termos homólogos, para o aumento das exportações de produtos industriais transformados (+2,5 p.p.).

As exportações de produtos de média-alta e alta intensidade tecnológica também contribuíram positivamente (+1,7 p.p. e +0,1 p.p. respetivamente) para o crescimento das exportações de produtos industriais transformados.

As importações de produtos industriais transformados cresceram, em termos homólogos, 11,5%, sendo os produtos de média alta tecnologia os que mais contribuíram para este crescimento (+6,7 p.p.).

Figura 3.5. Importações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

Definição da Intensidade Tecnológica de acordo com a metodologia proposta pela OCDE (STI Scoreboard 2003): Alta Intensidade Tecnológica (ISIC Rev.3 2423, 30, 32, 33, 353); Média-alta (24 excl. 2423, 29, 31, 34, 352+359); Média-baixa (23, 25-28, 351); Baixa (15-22, 36-37).

Quadro 3.7. Exportações e Importações* de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

Intra + Extra-UE

Valores em milhões de Euros

Intensidade Tecnológica	2013	janeiro a março		Taxas variação (%)			%total prod. indust. transf.				Contributos ^[1] (p.p.)			
		2013	2014	média 2008-13	2013-12	jan-mar 2014-13	2012	2013	jan-mar		2013	jan-mar 2014		
									2013	2014				
EXPORTAÇÕES														
Total dos prod. indust. transformados	44 757	10 918	11 055	4,1	4,6	1,3	100,0	100,0	100,0	100,0	4,6	1,3		
Alta tecnologia	3 057	763	770	-4,5	-2,0	0,9	7,3	6,8	7,0	7,0	-0,1	0,1		
- Sem Aeronáutica e aeroespacial ^[2]	2 869	732	744	-4,6	-3,6	-2,4	7,0	6,4	6,7	6,5	-0,3	-0,2		
Média-alta tecnologia	13 332	3 257	3 439	3,4	1,9	5,6	30,6	29,8	29,8	31,1	0,6	1,7		
Média-baixa tecnologia	12 659	3 107	2 778	8,4	7,2	-10,6	27,6	28,3	28,5	25,1	2,0	-3,0		
Baixa tecnologia	15 709	3 791	4 068	3,7	6,4	7,3	34,5	35,1	34,7	36,8	2,2	2,5		
<i>Por memória:</i>														
Total das Exportações	47 379	11 542	11 734	4,1	4,7	1,7	100,0	100,0	100,0	100,0	4,7	1,7		
Residual ^[3]	2 622	624	679	3,7	5,4	8,8	5,5	5,5	5,4	5,8	0,3	0,5		
IMPORTAÇÕES														
Total dos prod. indust. transformados	43 624	10 230	11 405	-3,5	2,1	11,5	100,0	100,0	100,0	100,0	2,1	11,5		
Alta tecnologia	6 334	1 554	1 572	-6,7	-2,5	1,2	15,2	14,5	15,2	13,8	-0,4	0,2		
- Sem Aeronáutica e aeroespacial ^[2]	5 935	1 477	1 500	-6,3	-3,6	1,6	14,5	13,7	14,5	13,2	-0,5	0,2		
Média-alta tecnologia	15 892	3 694	4 375	-4,0	1,7	18,4	36,6	36,4	36,1	38,4	0,6	6,7		
Média-baixa tecnologia	8 239	1 929	2 195	-4,6	2,2	13,8	18,9	18,9	18,9	19,2	0,4	2,6		
Baixa tecnologia	13 160	3 052	3 264	-0,1	4,8	6,9	29,4	30,2	29,8	28,6	1,4	2,1		
<i>Por memória:</i>														
Total das Importações	56 745	13 520	14 334	-2,4	1,0	6,0	100,0	100,0	100,0	100,0	1,0	6,0		
Residual ^[3]	13 121	3 290	2 929	1,7	-2,3	-11,0	23,9	23,1	24,3	20,4	-0,5	-2,7		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respondidas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Definição da Intensidade Tecnológica de acordo com a metodologia proposta pela OCDE (STI Scoreboard 2003): Alta Intensidade Tecnológica (ISIC Rev.3 2423, 30, 32, 33, 353); Média-alta (24 excl. 2423, 29, 31, 34, 352+359); Média-baixa (23, 25-28, 351); Baixa (15-22, 36-37).

[1] Contributos para a taxa de crescimento das Exportações/Importações de produtos industriais transformados, em pontos percentuais – análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[2] Os dados referentes aos produtos de AT não são directamente comparáveis para os anos de 2004 e 2005 uma vez que, a partir de 1 de Janeiro de 2005, as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços. O mesmo sucede para os dados de 2005 e 2006, na medida em que, a partir de 1 de Janeiro de 2006, o mesmo tratamento foi aplicado às aeronaves provenientes dos países terceiros.

[3] Total das Exportações (Importações) – Exportações (Importações) de produtos industriais transformados.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

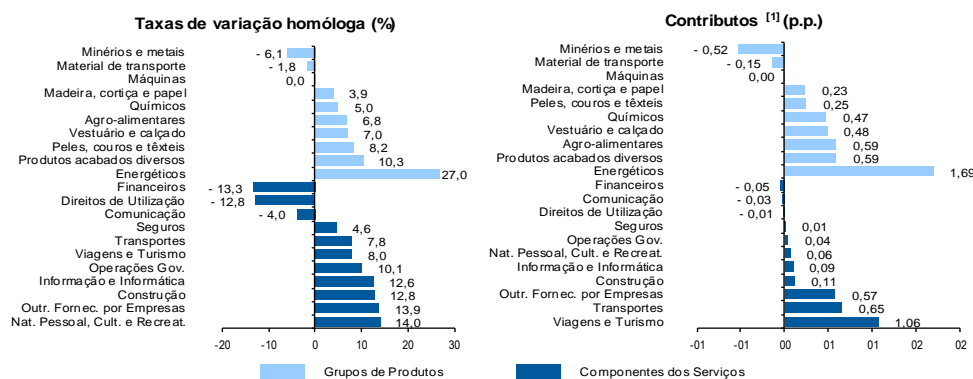
De acordo com os dados divulgados para a Balança de Pagamentos para o mês de fevereiro de 2014, nos primeiros dois meses de 2014, as “Exportações” (crédito) de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 5,3%. A componente dos Bens contribuiu positivamente (2,9 p.p.) para o crescimento das “exportações” totais.

Nos primeiros dois meses de 2014, a componente dos Serviços representou 26,5% do total das “Exportações” e contribuiu positivamente (2,4 p.p.) para o seu crescimento. Do lado das “Importações” (débito) o peso desta componente foi de 16,0% no total e o seu comportamento reforçou o crescimento das “Importações” totais (7,2%) em 1,2 p.p., (Quadro 3.8).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços no último ano a terminar em fevereiro de 2014, com base em dados do INE para as “Exportações” de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as “Exportações” de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das “Exportações” de Bens e Serviços.

No período em análise, destacou-se o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (+1,69 p.p.), dos “Produtos Acabados Diversos” e dos “Agroalimentares” (ambos com +0,59 p.p.). Na componente dos serviços, continuam a destacar-se os contributos das rubricas de Viagens e Turismo (+1,06 p.p.) e Transportes (+0,65 p.p.).

Figura 3.6. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes Último ano a terminar em fevereiro de 2014



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as Exportações de bens e serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens. A distribuição do contributo das Exportações de Bens (dados da Balança de Pagamentos, banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional do INE para as Exportações de Bens (somatório das Exportações de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros).

[1] Contributos - análise shift-share: $TVH \times \text{Peso no período homólogo anterior} \div 100$. O somatório corresponde à TVH das Exportações de Bens e Serviços nos últimos 12 meses, de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (6,7%).

Quadro 3.8. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

	Valores em milhões de Euros										
	jan-fev		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos				
	2013	2014	Anual		jan-fev		média anual	12 meses ^[1]		jan-fev	
		2008	2013	2013	2014	08-13	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[2]	VH	contrib. p.p. ^[2]	
CRÉDITO (Exportações)											
Bens e Serviços	10 177	10 716	100,0	100,0	100,0	100,0	3,6	6,1	6,1	5,3	5,3
Bens	7 574	7 874	68,7	69,9	74,4	73,5	4,0	5,1	3,6	4,0	2,9
Serviços	2 603	2 842	31,3	30,1	25,6	26,5	2,9	8,5	2,5	9,2	2,4
Transportes	826	937	8,3	8,4	8,1	8,7	3,8	7,8	0,7	13,4	1,1
Viagens e Turismo	911	994	13,0	13,6	8,9	9,3	4,5	8,0	1,1	9,1	0,8
Comunicação	76	70	1,0	0,7	0,7	0,7	-2,8	-4,0	0,0	-7,3	-0,1
Construção	79	90	1,1	0,9	0,8	0,8	-0,5	12,8	0,1	13,4	0,1
Seguros	13	20	0,2	0,1	0,1	0,2	-1,5	4,6	0,0	52,6	0,1
Financieiros	37	41	0,4	0,3	0,4	0,4	-2,0	-13,3	0,0	13,4	0,0
Informação e Informática	79	91	0,5	0,8	0,8	0,9	13,9	12,6	0,1	15,7	0,1
Direitos de Utilização	6	4	0,1	0,0	0,1	0,0	-7,6	-12,8	0,0	-32,7	0,0
Outr. Fornec. por Empresas	494	496	6,0	4,5	4,9	4,6	-2,4	13,9	0,6	0,5	0,0
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	44	59	0,4	0,4	0,4	0,5	8,1	14,0	0,1	33,3	0,1
Operações Governamentais	38	39	0,3	0,4	0,4	0,4	10,4	10,1	0,0	4,6	0,0
DÉBITO (Importações Fob)											
Bens e Serviços	10 201	10 933	100,0	100,0	100,0	100,0	-2,3	2,9	2,9	7,2	7,2
Bens	8 574	9 189	84,7	83,7	84,1	84,0	-2,5	2,8	2,4	7,2	6,0
Serviços	1 627	1 744	15,3	16,3	15,9	16,0	-1,1	3,5	0,6	7,2	1,2
Transportes	505	545	4,8	5,2	5,0	5,0	-0,8	5,8	0,3	7,8	0,4
Viagens e Turismo	440	465	4,0	4,8	4,3	4,3	1,2	6,3	0,3	5,6	0,2
Comunicação	68	63	0,7	0,6	0,7	0,6	-3,9	1,8	0,0	-6,4	0,0
Construção	17	25	0,2	0,2	0,2	0,2	-4,8	29,3	0,0	47,8	0,1
Seguros	43	49	0,3	0,4	0,4	0,4	3,4	-0,2	0,0	15,3	0,1
Financieiros	45	55	0,4	0,4	0,4	0,5	2,0	-29,1	-0,2	21,6	0,1
Informação e Informática	70	56	0,5	0,7	0,7	0,5	4,5	7,7	0,0	-20,6	-0,1
Direitos de Utilização	72	83	0,5	0,5	0,7	0,8	-0,3	-5,1	0,0	15,4	0,1
Outr. Fornec. por Empresas	277	324	3,3	2,7	2,7	3,0	-6,1	6,7	0,2	16,8	0,5
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	75	67	0,6	0,7	0,7	0,6	-1,9	-7,6	-0,1	-10,8	-0,1
Operações Governamentais	15	13	0,2	0,1	0,1	0,1	-11,3	-13,0	0,0	-10,8	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal.

Notas:

Valores Fob para a Importação de bens.

[1] 12 meses até fevereiro de 2014.

[2] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share: $(TVH) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$. Medem a proporção de crescimento das Exportações/Importações atribuível a cada categoria especificada.

Destques

Previsões Macroeconómicas da CE, FMI e OCDE - Primavera de 2014

Nos meses de abril e maio de 2014, o FMI, a CE e a OCDE divulgaram as previsões de Primavera, contendo uma atualização das projeções macroeconómicas para 2014 e 2015. Face às previsões de Outono de 2013, o PIB das economias avançadas foi revisto em alta, tendência que se estendeu à generalidade dos países, com destaque para o Reino Unido e Espanha, no caso da União Europeia; já que, de entre os países emergentes e em desenvolvimento, é de realçar a revisão em baixa do PIB da Rússia e, do Brasil por alguns Organismos Internacionais.

Para 2014 e 2015, as atuais projeções apontam para uma melhoria do desempenho da economia mundial, assente sobretudo no reforço do crescimento das economias avançadas onde se evidencia um crescimento relativamente forte dos EUA, mais moderado do Japão e uma recuperação da economia da União Europeia, permanecendo, porém, com evoluções bastantes distintas entre os estados membros (mais forte nos países bálticos, Reino Unido, Suécia e Polónia e, mais fraco nos países do sul da área do euro, alguns deles sujeitos a programas de ajustamento económico). O conjunto dos países emergentes apresenta um crescimento menos forte, apesar de continuar robusto em alguns países asiáticos (China) refletindo políticas económicas menos expansionistas, preços de matérias-primas mais baixos, receios quanto à instabilidade financeira nalguns destes países com impacto no abrandamento da procura interna e, mais recentemente o agravamento das tensões geopolíticas em torno da crise na Ucrânia.

Apesar da incerteza nas perspetivas económicas mundiais se manter elevada nos próximos anos, alguns riscos importantes diminuíram no período mais recente. Assim na área do euro, uma diminuição dos riscos financeiros associados às dívidas soberanas devido, em parte, à persistência de uma política monetária marcadamente acomodaticia do BCE permitiu evitar a escassez de financiamento nas diferentes economias. Por outro lado, é de realçar os progressos alcançados na construção da União Bancária, processo destinado a limitar a fragmentação financeira e a divergência nas condições de financiamento entre os países da área do euro. Estes desenvolvimentos, a par de uma recuperação económica significativa dos países mais periféricos da área do euro e mais vulneráveis à crise da dívida soberana e a preferência de investidores internacionais pela aquisição de títulos de dívida destes países contribuíram para a melhoria das condições de financiamento externo destas economias, tendo levado a uma redução do diferencial de rendibilidade das taxas de juro de longo prazo desses países face à Alemanha, apesar de ainda não se ter transmitido nas taxas de juro dos novos empréstimos às famílias e empresas. Por outro lado, nos EUA, apesar do acordo político alcançado em torno da alteração do teto da dívida pública, a redução gradual dos estímulos monetários por parte da Reserva Federal “*tapering of quantitative easing*” pode aumentar as incertezas dos movimentos dos fluxos financeiros.

Figura 1. PIB a preços constantes

	(variação anual, em %)									Desvios face a Outono de 2013, em p.p.				
			2014			2015			2014			2015		
	2012	2013	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE	OCDE	
Economia Mundial	3,2	2,9	3,5	3,6	3,4	3,8	3,9	3,9	-0,5	0,0	-0,2	-0,5	0,0	
Economias Avançadas	1,3	1,2	2,2	2,2	:	2,5	2,3	:	0,6	0,2	:	0,4	:	
EUA	2,8	1,9	2,8	2,8	2,6	3,2	3,0	3,5	0,2	0,2	-0,3	0,1	0,1	
Japão	1,4	1,5	1,5	1,4	1,2	1,3	1,0	1,2	-0,5	0,2	-0,3	0,0	0,2	
União Europeia	-0,4	0,1	1,6	1,6	:	2,0	1,8	:	0,2	0,3	:	0,1	:	
Reino Unido	0,3	1,7	2,7	2,9	3,2	2,5	2,5	2,7	0,5	1,0	0,8	0,1	0,2	
Área do Euro	-0,7	-0,4	1,2	1,2	1,2	1,7	1,5	1,7	0,1	0,2	0,2	0,0	0,1	
Alemanha	0,7	0,4	1,5	1,7	1,9	1,9	1,6	2,1	-0,2	0,3	0,2	0,0	0,1	
França	0,0	0,2	1,0	1,0	0,9	1,5	1,5	1,5	0,1	0,0	-0,1	-0,2	-0,1	
Itália	-2,4	-1,9	0,6	0,6	0,5	1,2	1,1	1,1	-0,1	-0,1	-0,1	0,0	-0,3	
Espanha	-1,6	-1,2	1,1	0,9	1,0	2,1	1,0	1,5	0,6	0,7	0,5	0,4	0,5	
Portugal	-3,2	-1,4	1,2	1,2	1,1	1,5	1,5	1,4	0,4	0,4	0,7	0,0	0,3	
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	5,0	4,6	4,7	4,9	:	5,1	5,3	:	-0,3	-0,2	:	-0,2	:	
Rússia	3,4	1,3	1,0	1,3	0,5	2,0	2,3	1,8	-2,0	-1,7	-1,8	-1,4	-1,1	
China	7,7	7,7	7,2	7,5	7,4	7,0	7,3	7,3	-0,2	0,2	-0,8	-0,4	-0,2	
Índia	4,8	3,9	4,7	5,4	5,4	5,4	6,4	5,7	0,7	0,3	0,7	0,1	0,0	
Brasil	1,0	2,3	2,6	1,8	1,8	2,9	2,7	2,2	0,1	-0,7	-0,4	-0,2	-0,3	

Fontes: FMI, *World Economic Outlook*, abril 2014; Comissão Europeia, *Economic Forecast*, e OCDE, *Economic Outlook*, maio 2014.

No que se refere à área do euro, prevê-se uma recuperação económica gradual em 2014 e 2015, devendo o PIB aumentar em 1,2% e em cerca de 1,6%, respetivamente, invertendo a recessão registada nos últimos dois anos, associada à melhoria das exportações e à recuperação da procura interna, resultando do prosseguimento de uma política monetária acomodatória num contexto de baixa taxa de inflação durante um período prolongado. De facto, as exportações devem acelerar e a procura interna deve aumentar para cerca de 1,4%, em média anual, nestes dois anos, constituindo o principal motor de crescimento, interrompendo a quebra verificada em 2012 e 2013 (-1,6%, em média anual), influenciada pela recuperação do investimento e do consumo privado. O contributo das exportações líquidas para o crescimento do PIB deve continuar a diminuir em 2014 e 2015, embora permanecer ligeiramente positivo nestes dois anos.

Quanto à taxa de inflação, as projeções indicam um ligeiro aumento na generalidade das economias avançadas (mais pronunciada para o Japão, em parte, devido à subida da taxa do IVA) para se situar em níveis próximos de 1,5%/1,6% 2014 e 2015 (1,4% em 2013); enquanto para o conjunto dos países emergentes e em desenvolvimento deve diminuir para 5,3%, em média, nesses dois anos, com destaque para a continuação de taxas elevadas em alguns países da América Latina (Brasil), da Ásia (Índia) e Rússia. Tanto para a área do euro como para os EUA, a taxa de inflação deve manter-se a um nível baixo durante um longo período, estando previsto, situar-se, em cerca de 1%, em média, para o primeiro caso e não ultrapassar os 2% para o segundo, em 2014 e 2015.

O preço do petróleo deve desacelerar em 2014 e 2015, para se situar, em média, pouco acima dos 100 USD/bbl (75 €/bbl) apesar de se manter em níveis elevados, associado ao prosseguimento da instabilidade geopolítica no Médio Oriente e, mais recentemente no leste da Europa. No caso dos preços das matérias-primas não energéticas, as projeções das instituições internacionais preveem a continuação de uma quebra em 2014 devido à baixa dos preços dos produtos alimentares e à quebra mais acentuada dos preços dos metais (em linha com a menor procura proveniente dos países asiáticos).

Figura 2. Taxa de inflação e preço das matérias-primas

	(variação anual, em %)						Desvios face a Outono de 2013, em p.p.					
	2013	2014			2015			2014			2015	
		CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE	OCDE
Economias Avançadas	1,4	:	1,5	:	:	1,6	:	:	-0,3	:	:	:
EUA	1,5	1,7	1,4	1,5	1,9	1,6	1,7	-0,2	-0,1	-0,3	-0,2	-0,2
Japão	0,4	2,5	2,8	2,6	1,6	1,7	2,0	-0,1	-0,1	0,3	0,4	0,2
União Europeia	1,5	1,0	1,1	:	1,5	1,4	:	-0,6	-0,6	:	-0,1	:
Reino Unido	2,6	1,9	1,9	2,0	2,0	1,9	2,1	-0,4	-0,4	-0,4	-0,1	-0,2
Área do Euro	1,3	0,8	0,9	0,7	1,2	1,2	1,1	-0,7	-0,6	-0,5	-0,2	-0,1
Alemanha	1,6	1,1	1,4	1,1	1,4	1,4	1,8	-0,6	-0,4	-0,7	-0,2	-0,2
França	1,0	1,0	1,0	0,9	1,1	1,2	1,1	-0,4	-0,5	-0,3	-0,2	-0,1
Itália	1,3	0,7	0,7	0,5	1,2	1,0	0,9	-0,9	-0,6	-0,8	-0,3	-0,1
Espanha	1,5	0,1	0,3	0,1	0,8	0,8	0,5	-0,8	-1,2	-0,4	0,2	-0,1
Portugal	0,4	0,4	0,7	-0,3	1,1	1,2	0,4	-0,6	-0,3	-0,9	-0,1	0,0
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	5,8	:	5,5	:	:	5,2	:	:	-0,2	:	:	:
Rússia	6,8	5,9	5,8	6,0	5,0	5,3	4,6	0,9	0,1	0,3	0,0	0,1
China	2,6	:	3,0	2,4	:	3,0	3,0	:	0,0	0,0	:	0,6
Índia	9,5	:	8,0	7,6	:	7,5	7,2	:	-0,9	-2,0	:	-0,5
Brasil	6,2	:	5,9	5,9	:	5,5	5,5	:	0,1	0,9	:	0,4
<i>em memória:</i>												
Preço médio do petróleo Brent (USD/bbl)	108,8	107,6	104,2	110,6	102,9	97,9	115,6	1,8	2,8	0,6	3,7	5,6
Preço das matérias primas excl. prod. energ. (taxa)	-1,7	-2,0	-3,5	:	0,9	-3,9	:	-0,2	0,7	:	-0,2	:

Fontes: FMI, *World Economic Outlook*, abril 2014; Comissão Europeia, *Economic Forecast*, e OCDE, *Economic Outlook*, maio 2014.

Em resultado de uma ainda fraca atividade económica decorrente do processo de ajustamento dos balanços dos setores público e privado, o mercado de trabalho da área do euro não deve apresentar uma melhoria significativa nos próximos dois anos, estando previsto um aumento ténue do emprego a partir de 2014 (em cerca de 0,4%) e uma ligeira diminuição da taxa de desemprego, a qual não deverá descer

abaixo dos 11,4% em 2015, traduzindo também uma grande disparidade de situações entre os diferentes países. Assim, para o ano de 2015, de entre os países da área do euro, está previsto uma descida mais significativa da taxa de desemprego para a Grécia, Espanha e Irlanda.

Figura 3. Taxa de desemprego

	(Em % da População Activa)							Desvios face a Outono de 2013, em p.p.				
	2013	2014			2015			2014			2015	
		CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE	OCDE
Economias Avançadas	7,9	:	7,5	:	:	7,3	:	:	-0,5	:	:	:
EUA	7,4	6,4	6,4	6,9	5,9	6,2	6,5	-0,5	-1,0	0,0	-0,6	0,2
Japão	4,0	3,8	3,9	3,8	3,8	3,9	3,7	-0,1	-0,4	-0,1	0,0	-0,1
Área do Euro	12,0	11,8	11,9	11,7	11,4	11,6	11,4	-0,4	-0,3	-0,4	-0,4	-0,4
Alemanha	5,3	5,1	5,2	5,0	5,1	5,2	4,9	-0,2	-0,3	-0,4	0,0	-0,3
França	10,3	10,4	11,0	9,9	10,2	10,7	9,8	-0,8	-0,1	-0,9	-1,1	-0,9
Itália	12,2	12,8	12,4	12,8	12,5	11,9	12,5	0,4	0,0	0,4	0,4	0,4
Espanha	26,4	25,5	25,5	25,4	24,0	24,9	24,4	-0,9	-1,2	-0,9	-1,3	-1,2
Portugal	16,3	15,4	15,7	15,1	14,8	15,0	14,8	-2,3	-2,0	-1,0	-2,5	-1,0
Bélgica	8,4	8,5	9,1	8,4	8,2	8,9	8,2	-0,2	0,5	-0,7	-0,2	-0,8
Irlanda	13,1	11,4	11,2	11,4	10,2	10,5	10,4	-0,9	-2,1	-1,8	-1,5	-1,9
Grécia	27,3	26,0	26,3	27,1	24,0	24,4	26,7	0,0	0,3	0,0	0,0	0,1
Chipre	15,9	19,2	19,2	:	18,4	18,4	:	0,0	-0,3	:	0,0	:
Malta	6,5	6,5	6,3	:	6,5	6,2	:	0,2	0,0	:	0,2	:
Luxemburgo	5,8	5,7	7,1	7,1	5,5	6,9	7,1	-0,7	0,1	0,0	-1,0	-0,1
Países Baixos	6,7	7,4	7,3	7,6	7,3	7,1	7,6	-0,6	-0,1	-0,2	-0,4	-0,5
Áustria	4,9	4,8	5,0	5,0	4,7	4,9	4,6	-0,2	0,2	0,3	0,0	0,3
Eslovénia	10,1	10,1	10,4	10,2	9,8	10,0	10,2	-1,5	-0,5	-1,0	-1,8	-1,2
Finlândia	8,2	8,5	8,1	8,4	8,4	7,9	8,4	0,2	0,2	0,1	0,3	0,4
Eslováquia	14,2	13,6	13,9	13,9	12,9	13,6	13,2	-0,1	-0,5	-0,3	-0,4	-0,5
Estónia	8,6	8,1	8,5	8,9	7,5	8,4	8,5	-0,9	1,5	0,8	-0,7	0,8
Letónia	11,9	10,7	10,7	:	9,6	10,1	:	0,4	0,0	:	1,1	:
União Europeia	10,8	10,5	:	:	10,1	:	:	-0,5	:	:	-0,6	:
Reino Unido	7,5	6,6	6,9	6,9	6,3	6,6	6,5	-0,9	-0,6	-0,6	-1,0	-0,7
Dinamarca	7,0	6,8	6,8	6,8	6,6	6,7	6,7	-0,4	-0,3	0,1	-0,4	0,2
Suécia	8,0	7,6	8,0	7,9	7,2	7,7	7,4	-0,3	0,3	0,1	-0,2	-0,1
Polónia	10,3	9,9	10,2	9,8	9,5	10,0	9,5	-0,9	-0,8	-0,8	-1,0	-0,8
Rep. Checa	7,0	6,7	6,7	6,9	6,6	6,3	6,8	-0,3	-0,8	0,0	-0,1	0,0

Fontes: FMI, *World Economic Outlook*, abril 2014; Comissão Europeia, *Economic Forecast*, e OCDE, *Economic Outlook*, maio 2014.

Artigos

Em Análise

Comércio Internacional de Têxteis –Janeiro-dezembro 2013 e 1.º Trimestre 2014¹

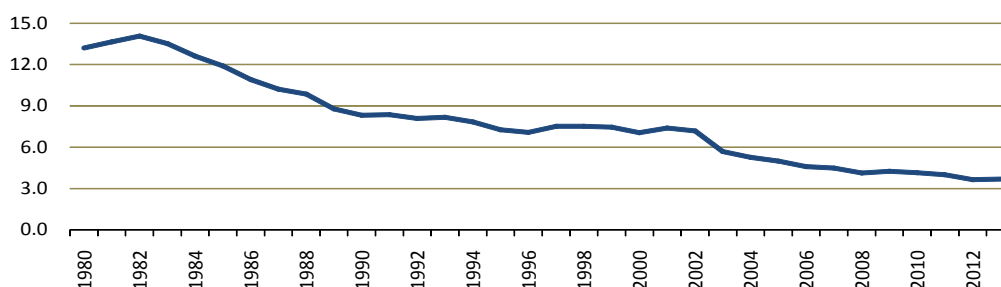
Walter Anatole Marques²

1 – Nota Introdutória

Após ter atingido cerca de 1/3 do valor total das exportações em 1987, o peso do sector dos Têxteis e Vestuário tem vindo a decrescer na respetiva estrutura, representando em 2004 já menos de 15% do total e em 2013 apenas 9,0% (3,7% para os Têxteis e 5,3% para o Vestuário). O peso do subsector dos Têxteis, objeto do presente trabalho, no total das exportações, desceu de 14,1% em 1982, para os 3,7% atrás indicados (*Figura 1*).

Figura 1 - Evolução do peso dos têxteis no total das exportações (%)

(1980 a 2013)



Fonte: A partir de dados de base do INE.

Para este comportamento contribuiu não só o incremento verificado noutros sectores, mas também a forte concorrência movida por outros países exportadores de Têxteis, principalmente asiáticos.

As exportações de Têxteis, que no primeiro trimestre de 2013 haviam crescido +0,4% em termos homólogos, registaram no mesmo período de 2014 um aumento de +7,7%.

Tratando-se os Têxteis e Vestuário de um sector de mão-de-obra intensiva, e como tal muito sensível pelas implicações sociais que envolve, desde a década de 60 que começaram a ser reguladas as exportações de produtos do algodão.

Em 1974, as negociações para restrições e contenções ao comércio internacional passaram a ter lugar no âmbito do GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*), sem contudo estarem sujeitas às suas regras gerais. Apesar de ser considerado pelos países em desenvolvimento uma distorção aos objetivos do GATT, este sistema representava um avanço em relação ao anterior. A partir dessa data, o acordo internacional passou a designar-se por Acordo Multifibras (AMF). Em 1994, após o “*Uruguay Round*”, o AMF foi extinto, sendo criado o chamado Acordo Sobre Têxteis e Vestuário (ATV), que entrou em vigor em 1 de janeiro de 1995, em Marraquexe. Este acordo contemplava um período de dez anos, até à integração total na OMC (Organização Mundial do Comércio), sucessora do GATT, para o desmantelamento sucessivo das restrições quantitativas existentes, em três fases: 1995-1997, 1998-2001 e 2002-2004.

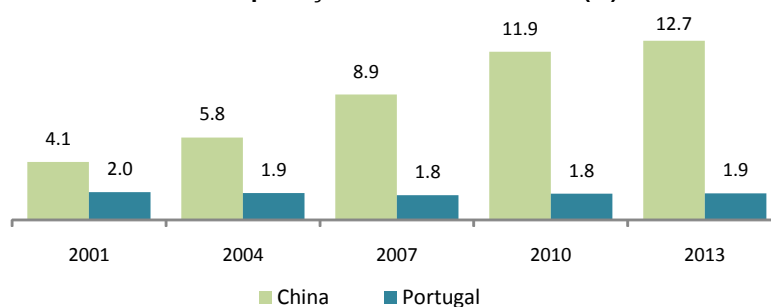
¹ Capítulos 50 a 60 e 63 da Nomenclatura Combinada (NC-2).

² Assessor Principal da Função Pública (AP). As opiniões aqui expressas não coincidem necessariamente com a posição do ME.

Assim, a partir de janeiro de 2005 o sector passou a estar sujeito às regras gerais da Organização Mundial do Comércio (OMC), transformando-se a UE, o principal destino das exportações portuguesas, num mercado de acesso praticamente livre.

A China, o principal exportador mundial do sector, que tinha entrado para a OMC em dezembro de 2001, passou assim a beneficiar do regime contratual em vigor, tendo as suas exportações para a UE aumentado substancialmente a partir dessa data. Na área restrita dos Têxteis é patente o aumento do peso da China nas importações comunitárias (excluindo Portugal), que triplicaram entre 2001 e 2013, mantendo-se as de Portugal praticamente ao mesmo nível, com quotas de mercado em 2013 respetivamente de 12,7% e 1,9%, quotas que em 2001 se situavam em 4,1% e 2,0% (Figura 2).

Figura 2 - Evolução das quotas de mercado da China e de Portugal nas importações de têxteis na UE^[1] (%)



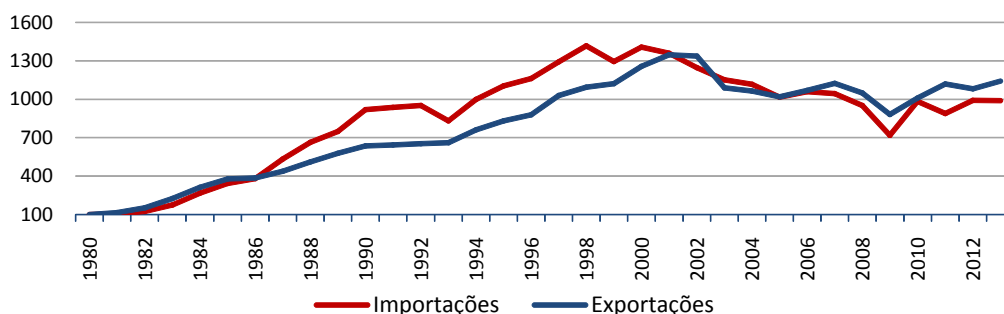
[1] UE excluindo Portugal.

Fonte: A partir de dados de base do Eurostat.

Uma parte significativa das importações de Têxteis, como fibras, fios e tecidos, corresponde a produtos de base para abastecimento da indústria do sector dos Têxteis e Vestuário, onde predomina o Vestuário, que registou um vigoroso crescimento nos anos subsequentes à adesão à CEE.

As importações e as exportações de Têxteis, com um andamento do mesmo tipo ao longo das últimas décadas, registaram taxas de variação tendencialmente crescentes entre 1980 e 2000, decrescendo a partir daí até 2009, ano em que se inverteu a tendência (Figura 3).

Figura 3 – Ritmo de crescimento das importações e das exportações de têxteis 1980 a 2013 (1980=100)



Fonte: A partir de dados de base do INE.

2 - Balança Comercial dos Têxteis

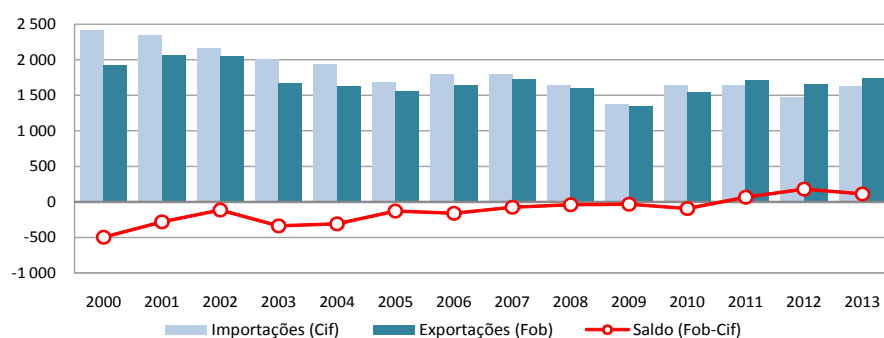
A Balança Comercial portuguesa dos Têxteis foi deficitária entre 2000 e 2010, tornando-se o seu saldo positivo a partir de 2011. O grau de cobertura das importações pelas exportações subiu de 104,0% nesse ano para

112,3% em 2012, seguindo-se uma redução para 106,9% em 2013, de acordo com dados estatísticos preliminares. (Figura 4).

Figura 4 – Balança comercial dos têxteis
(2000 a 2013)

	milhões de Euros													
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Importações (Cif)	2 416	2 339	2 157	2 003	1 936	1 685	1 792	1 792	1 644	1 378	1 636	1 642	1 471	1 630
TVH	-	-3.2	-7.8	-7.1	-3.4	-12.9	6.4	0.0	-8.3	-16.2	18.7	0.4	-10.5	10.9
Exportações (Fob)	1 919	2 058	2 043	1 664	1 626	1 555	1 632	1 716	1 604	1 345	1 542	1 708	1 651	1 744
TVH	-	7.2	-0.7	-18.5	-2.3	-4.4	4.9	5.2	-6.6	-16.1	14.7	10.8	-3.3	5.6
Saldo (Fob-Cif)	-497	-282	-113	-339	-310	-130	-161	-76	-41	-33	-94	66	181	113
TVH	-	-43.4	-59.8	199.3	-8.5	-57.9	23.3	-52.7	-46.6	-18.3	183.1	-170.2	174.1	-37.3
Cobertura (Fob/Cif)	79.4	88.0	94.8	83.1	84.0	92.3	91.0	95.8	97.5	97.6	94.3	104.0	112.3	106.9
Peso no Total (%):														
Importações	5.3	5.0	4.8	4.5	3.9	3.3	3.2	3.0	2.6	2.7	2.8	2.8	2.6	2.9
Exportações	7.1	7.4	7.2	5.7	5.3	5.0	4.6	4.5	4.1	4.2	4.1	4.0	3.6	3.7

Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE (<http://www.ine.pt>).



Face a um ritmo de crescimento das importações superior ao das exportações, o grau de cobertura das primeiras pelas segundas no primeiro trimestre de 2012, 2013 e 2014 tem vindo a decrescer, passando respetivamente de 115,3% para 110,0% e 105,7%, de acordo com os dados preliminares agora divulgados (Figura 5).

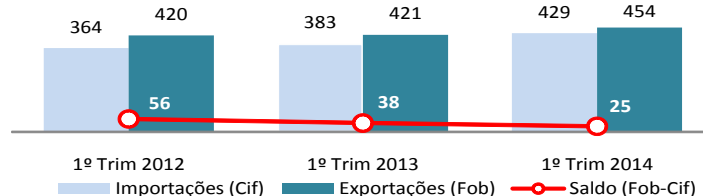
Figura 5 – Balança comercial dos têxteis
(1.º trimestre de 2012, 2013 e 2014)

	milhões de Euros		
	1º Trim 2012	1º Trim 2013	1º Trim 2014
Importações (Cif)	364	383	429
TVH	-	5.2	12.1
Exportações (Fob)	420	421	454
TVH	-	0.4	7.7
Saldo (Fob-Cif)	56	38	25
TVH	-	-31.2	-36.0
Cobertura /Fob/Cif)	115.3	110.0	105.7

Peso no Total (%):

Importações	2.5	2.8	3.0
Exportações	3.6	3.7	3.9

Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE (<http://www.ine.pt>).



3 - Quotas de Mercado das Exportações Portuguesas de Têxteis

Para o cálculo das quotas de mercado das exportações portuguesas nos que foram os vinte principais mercados de destino em 2013, utilizaram-se estatísticas do ITC (*International Trade Centre*), referentes ao ano de 2012, as últimas disponíveis nesta base de dados.

Como frequentemente acontece, a informação estatística fornecida pelos países de destino não é coincidente com a do país exportador, apresentando por vezes divergências grosseiras, fruto de múltiplos e variados motivos³, razão pela qual, no quadro que se segue, a par do cálculo das quotas de mercado baseado em dados ITC se apresentam também quotas assentes em valores constantes das estatísticas das exportações portuguesas, de fonte INE, depois de convertidos a valores Cif.

As maiores divergências, conforme colunas (1) e (4) do quadro seguinte, incidem nos mercados de Espanha (o principal destino), Marrocos, Alemanha, Reino Unido e França (*Figura 6*).

Figura 6 – Quotas de mercado de Portugal nas exportações de têxteis para os 20 principais destinos em 2012

	Importação (cif) - ITC			Exportação - INE		
	Origem Portugal (1)	Origem Mundo (2)	Quota (%) (2)/(1)	(Fob) (3)	(Cif) (4)	Quota (%) (4)/(2)
ES: Espanha	241 797	3 215 285	7.5	323 054	338 880	10.5
FR: França	161 497	5 862 252	2.8	184 982	194 044	3.3
US: Estados Unidos	148 531	20 949 708	0.7	146 518	153 695	0.7
DE: Alemanha	186 645	12 529 757	1.5	143 250	150 268	1.2
GB: Reino Unido	88 710	5 769 349	1.5	116 299	121 997	2.1
IT: Itália	92 129	7 607 360	1.2	94 867	99 514	1.3
NL: Países Baixos	44 794	3 050 898	1.5	52 282	54 843	1.8
AO: Angola	36 288	263 144	13.8	36 230	38 005	14.4
BE: Bélgica	35 536	3 257 495	1.1	40 876	42 878	1.3
TN: Tunísia	n.d.	1 568 964	-	26 719	28 028	1.8
RO: Roménia	34 616	2 722 357	1.3	30 393	31 882	1.2
CN: China	28 115	28 656 893	0.1	28 625	30 027	0.1
MA: Marrocos	66 157	2 030 669	3.3	25 274	26 512	1.3
CA: Canadá	28 954	3 745 335	0.8	26 489	27 787	0.7
SE: Suécia	15 437	1 094 269	1.4	23 261	24 401	2.2
DK: Dinamarca	20 230	913 992	2.2	23 142	24 276	2.7
TR: Turquia	25 701	7 007 837	0.4	20 227	21 218	0.3
CH: Suíça	21 141	1 610 293	1.3	19 907	20 882	1.3
MX: México	23 273	5 239 661	0.4	20 603	21 612	0.4
PL: Polónia	16 432	3 228 393	0.5	16 068	16 856	0.5

Nota: Valores Fob da coluna (3) convertidos a Cif por utilização do factor 1/0,9533.

Fonte: INE e International Trade Centre (ITC) - Itália, cálculos baseados no Eurostat, Angola e Tunísia, *mirror statistics*.

Independentemente das fontes utilizadas, e utilizando as quotas calculadas a partir dos valores de exportação veiculados pelo INE, aqui considerados os mais fiáveis, constata-se que as maiores quotas de mercado se verificaram em Angola (14,4%) e Espanha (10,5%). Seguiram-se as de França (3,3%), Dinamarca (2,7%), Suécia (2,2%), Reino Unido (2,1%) e Países Baixos (1,8%).

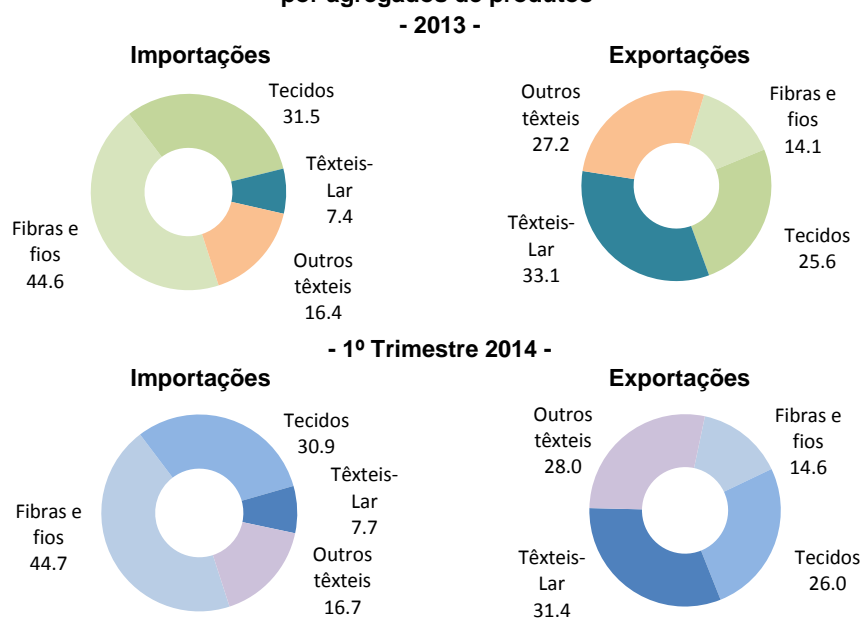
³ No caso dos mercados comunitários frequentemente relacionados com a utilização de entrepostos comerciais donde irradiam as exportações para outros destinos.

4 – Têxteis por Agregados de Produtos

Os produtos Têxteis foram aqui divididos em quatro agregados⁴: Fibras e Fios, Tecidos, Têxteis-lar e Outros têxteis, este englobando produtos muito diversificado, como feltros e falsos tecidos, cordoaria, redes, rendas, fitas, emblemas, etiquetas, bordados e acolchoados em peça, tecidos revestidos ou impregnados, telas para pneumáticos, sacaria, toldos, moldes para vestuário, artefactos de matéria têxtil usados, desperdícios e artefactos têxteis inutilizados, entre outros.

Em 2013 e no 1.º trimestre de 2014, predominaram, nas importações, os agregados **Fibras e Fios** (com respetivamente 44,6% e 44,7% do total) e **Tecidos** (31,5% e 30,9%), a que se seguiram **Outros têxteis**, que não Têxteis-lar, (16,4% e 16,7%) e os **Têxteis-lar** (7,4% e 7,7%) (Figura 7).

Figura 7 – Estrutura das importações e das exportações de têxteis por agregados de produtos



Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE (<http://www.ine.pt>).

Do lado das exportações, nos períodos indicados, surge em primeiro lugar o agregado **Têxteis-lar** (33,1% e 31,4%), seguido dos **Outros têxteis** (27,2% e 28,0%), dos **Tecidos** (25,6% e 26,0%) e das **Fibras e Fios** (14,1% e 14,6%).

4.1 - Balança Comercial por Agregados de Produtos

A Balança Comercial dos Têxteis é favorável a Portugal, sendo deficitárias as componentes **Fibras e Fios**, e **Tecidos** (Figura 8).

⁴ O Conteúdo de cada um dos agregados, definido com base em posições pautais da Nomenclatura Combinada, consta do ANEXO.

Figura 8 - Balança comercial dos têxteis por agregados de produtos

	2011 a 2013					1ºs Trimestres 2012 a 2014				
	1000 Euros			TVH (%)		1000 Euros			TVH (%)	
	2011	2012	2013	12/11	13/12	2012	2013	2014	13/12	14/13
TOTAL DOS TÊXTEIS										
Importação (Cif)	1 642 487	1 470 801	1 630 461	-10.5	10.9	364 085	383 005	429 276	5.2	12.1
Exportação (Fob)	1 708 369	1 651 353	1 743 592	-3.3	5.6	419 823	421 341	453 792	0.4	7.7
Saldo (Fob-Cif)	65 882	180 552	113 131	174.1	-37.3	55 738	38 335	24 516	-31.2	-36.0
Cobertura (Fob/Cif) [%]	104.0	112.3	106.9	-	-	115.3	110.0	105.7	-	-
Fibras e Fios										
Importação (Cif)	738 802	635 395	727 493	-14.0	14.5	157 402	189 111	191 773	20.1	1.4
<i>Peso no Total [%]</i>	45.0	43.2	44.6	-	-	43.2	49.4	44.7	-	-
Exportação (Fob)	288 489	244 536	245 472	-15.2	0.4	66 689	65 429	66 210	-1.9	1.2
<i>Peso no Total [%]</i>	16.9	14.8	14.1	-	-	15.9	15.5	14.6	-	-
Saldo (Fob-Cif)	-450 314	-390 859	-482 021	-13.2	23.3	-90 712	-123 682	-125 563	36.3	1.5
Cobertura (Fob/Cif) [%]	39.0	38.5	33.7	-	-	42.4	34.6	34.5	-	-
Tecidos										
Importação (Cif)	498 165	478 948	514 276	-3.9	7.4	115 601	109 086	132 650	-5.6	21.6
<i>Peso no Total [%]</i>	30.3	32.6	31.5	-	-	31.8	28.5	30.9	-	-
Exportação (Fob)	436 403	413 832	446 339	-5.2	7.9	104 023	101 508	118 127	-2.4	16.4
<i>Peso no Total [%]</i>	25.5	25.1	25.6	-	-	24.8	24.1	26.0	-	-
Saldo (Fob-Cif)	-61 762	-65 116	-67 937	5.4	4.3	-11 578	-7 578	-14 522	-34.5	91.6
Cobertura (Fob/Cif) [%]	87.6	86.4	86.8	-	-	90.0	93.1	89.1	-	-
Têxteis-lar										
Importação (Cif)	144 742	115 379	120 626	-20.3	4.5	31 543	26 384	33 212	-16.4	25.9
<i>Peso no Total [%]</i>	8.8	7.8	7.4	-	-	8.7	6.9	7.7	-	-
Exportação (Fob)	538 002	528 001	576 715	-1.9	9.2	123 491	133 184	142 619	7.8	7.1
<i>Peso no Total [%]</i>	31.5	32.0	33.1	-	-	29.4	31.6	31.4	-	-
Saldo (Fob-Cif)	393 260	412 622	456 089	4.9	10.5	91 948	106 801	109 407	16.2	2.4
Cobertura (Fob/Cif) [%]	371.7	457.6	478.1	-	-	391.5	504.8	429.4	-	-
Outros têxteis										
Importação (Cif)	260 778	241 080	268 067	-7.6	11.2	59 540	58 425	71 642	-1.9	22.6
<i>Peso no Total [%]</i>	15.9	16.4	16.4	-	-	16.4	15.3	16.7	-	-
Exportação (Fob)	445 475	464 985	475 066	4.4	2.2	125 620	121 219	126 836	-3.5	4.6
<i>Peso no Total [%]</i>	26.1	28.2	27.2	-	-	29.9	28.8	28.0	-	-
Saldo (Fob-Cif)	184 697	223 906	207 000	21.2	-7.6	66 080	62 794	55 194	-5.0	-12.1
Cobertura (Fob/Cif) [%]	170.8	192.9	177.2	-	-	211.0	207.5	177.0	-	-

Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE (<http://www.ine.pt>).

As **importações** de Têxteis, que em 2013 haviam aumentado em valor +10,9%, aumentaram +12,1% no 1.º trimestre de 2014.

Em 2013 cresceram acima da média as importações de **Fibras e Fios** (+14,5%) e de **Outros têxteis** (+11,2%).

No 1.º trimestre de 2014 aumentaram acima da média as importações de **Têxteis-lar** (+25,9%), de **Outros têxteis** (+22,6%) e de **Tecidos** (+21,6%), registando-se um ligeiro incremento nas **Fibras e Fios** (+1,4%).

As **exportações** de Têxteis, que em 2013 haviam aumentado +5,6% face ao ano anterior, cresceram no 1.º trimestre de 2014 a um ritmo superior, +7,7%.

Em 2013 cresceram acima da média as exportações de **Têxteis-lar** (+9,2%) e de **Tecidos** (+7,9%). No 1.º trimestre de 2014 aumentaram acima da média apenas as de **Tecidos** (+16,4%). Cresceram também, mas mais moderadamente, as de **Têxteis-lar** (+7,1%), de **Outros têxteis** (+4,6%) e de **Fibras e Fios** (+1,2%).

4.2 – Mercados de Destino das Exportações

O principal mercado de destino das exportações dos Têxteis nacionais foi, em todos os quatro agregados de produtos e nos dois períodos em análise, a Espanha. Em termos globais, entre os 20 principais mercados de

destino, Angola e o México deixaram de constar entre os primeiros 20 no 1.º trimestre de 2014, ascendendo a este conjunto de países a República Checa e a Finlândia (Figura 9).

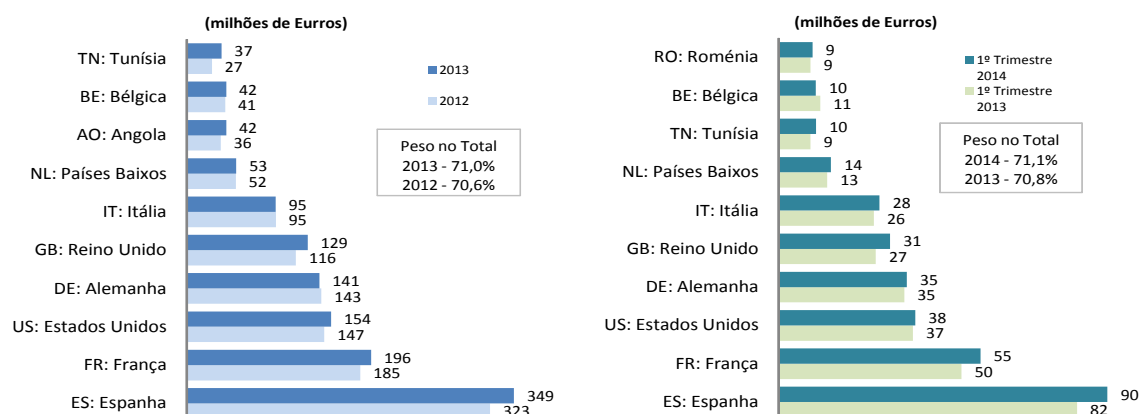
Figura 9 - Os 20 principais mercados de destino das exportações de têxteis

(2012-2013 e 1.º trimestre 2013-2014)

Destino	Jan-Dez					1º Trimestre					
	2012		2013		TVH	2013		2014		TVH	
	10 ³ Euros	%	10 ³ Euros	%		10 ³ Euros	%	10 ³ Euros	%		
TOTAL	1 651 353	100.0	1 743 592	100.0	5.6	TOTAL	421 341	100.0	453 792	100.0	7.7
ES: Espanha	323 054	19.6	348 525	20.0	7.9	ES: Espanha	81 909	19.4	90 265	19.9	10.2
FR: França	184 982	11.2	196 338	11.3	6.1	FR: França	50 189	11.9	55 418	12.2	10.4
US: Estados Unidos	146 518	8.9	153 838	8.8	5.0	US: Estados Unidos	36 872	8.8	37 518	8.3	1.8
DE: Alemanha	143 250	8.7	141 454	8.1	-1.3	DE: Alemanha	34 512	8.2	35 213	7.8	2.0
GB: Reino Unido	116 299	7.0	128 839	7.4	10.8	GB: Reino Unido	26 680	6.3	30 605	6.7	14.7
IT: Itália	94 867	5.7	94 729	5.4	-0.1	IT: Itália	26 126	6.2	27 687	6.1	6.0
NL: Países Baixos	52 282	3.2	52 708	3.0	0.8	NL: Países Baixos	13 321	3.2	14 384	3.2	8.0
AO: Angola	36 230	2.2	42 013	2.4	16.0	TN: Tunísia	8 708	2.1	10 273	2.3	18.0
BE: Bélgica	40 876	2.5	41 980	2.4	2.7	BE: Bélgica	11 434	2.7	10 210	2.2	-10.7
TN: Tunísia	26 719	1.6	37 070	2.1	38.7	RO: Roménia	8 736	2.1	9 327	2.1	6.8
RO: Roménia	30 393	1.8	33 766	1.9	11.1	CZ: República Checa	9 202	2.2	9 271	2.0	0.7
CN: China	28 625	1.7	31 144	1.8	8.8	CA: Canadá	9 107	2.2	9 005	2.0	-1.1
MA: Marrocos	25 274	1.5	29 196	1.7	15.5	CN: China	6 383	1.5	8 171	1.8	28.0
CA: Canadá	26 489	1.6	27 283	1.6	3.0	SE: Suécia	6 067	1.4	7 584	1.7	25.0
SE: Suécia	23 261	1.4	25 992	1.5	11.7	MA: Marrocos	6 926	1.6	6 453	1.4	-6.8
DK: Dinamarca	23 142	1.4	25 054	1.4	8.3	PL: Polónia	4 002	0.9	6 449	1.4	61.2
TR: Turquia	20 227	1.2	23 596	1.4	16.7	CH: Suíça	5 366	1.3	5 856	1.3	9.1
CH: Suíça	19 907	1.2	22 064	1.3	10.8	DK: Dinamarca	4 926	1.2	5 773	1.3	17.2
MX: México	20 603	1.2	18 646	1.1	-9.5	TR: Turquia	5 990	1.4	4 926	1.1	-17.8
PL: Polónia	16 068	1.0	18 426	1.1	14.7	FI: Finlândia	5 199	1.2	4 196	0.9	-19.3
<i>Total dos 20</i>	<i>1 399 067</i>	<i>84.7</i>	<i>1 492 660</i>	<i>85.6</i>	<i>6.7</i>	<i>Total dos 20</i>	<i>361 655</i>	<i>85.8</i>	<i>388 585</i>	<i>85.6</i>	<i>7.4</i>

Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE (<http://www.ine.pt>).

Principais clientes dos Têxteis: Os 10+



Os sete principais mercados, todos eles comunitários, foram, pela mesma ordem nos dois períodos, a Espanha (20,0% e 19,9%, respetivamente em 2013 e 1.º trimestre de 2014), a França (11,3% e 12,2%), os Estados Unidos (8,8% e 8,3%), a Alemanha (8,1% e 7,8%), o Reino Unido (7,4% e 6,7%), a Itália (5,4% e 6,1%) e os Países Baixos (3,0% e 3,2%), países que no seu conjunto representaram 64% do total nos dois períodos.

Nas páginas seguintes apresentam-se quadros idênticos relativamente a cada um dos quatro agregados de produtos.

Figura 10 - Os 20 principais mercados de destino das exportações de Fibras e Fios

Jan-Dez					1º Trimestre						
Destino	2012		2013		TVH	Destino	2013		2014		TVH
	10 ³ Euros	%	10 ³ Euros	%			10 ³ Euros	%	10 ³ Euros	%	
TOTAL	244 536	100.0	245 472	100.0	0.4	TOTAL	65 429	100.0	66 210	100.0	1.2
ES: Espanha	46 738	19.1	47 875	19.5	2.4	ES: Espanha	12 369	18.9	13 344	20.2	7.9
IT: Itália	31 836	13.0	30 327	12.4	-4.7	IT: Itália	7 970	12.2	8 115	12.3	1.8
CN: China	19 055	7.8	20 888	8.5	9.6	CN: China	4 374	6.7	5 678	8.6	29.8
US: Estados Unidos	18 607	7.6	20 797	8.5	11.8	US: Estados Unidos	4 408	6.7	5 113	7.7	16.0
MA: Marrocos	11 152	4.6	12 980	5.3	16.4	FR: França	3 443	5.3	3 693	5.6	7.3
FR: França	10 046	4.1	10 546	4.3	5.0	DE: Alemanha	2 703	4.1	2 993	4.5	10.7
GB: Reino Unido	10 131	4.1	10 086	4.1	-0.4	MA: Marrocos	3 471	5.3	2 834	4.3	-18.4
TR: Turquia	8 581	3.5	8 918	3.6	3.9	GB: Reino Unido	2 306	3.5	2 525	3.8	9.5
DE: Alemanha	9 092	3.7	8 417	3.4	-7.4	BE: Bélgica	2 743	4.2	2 188	3.3	-20.2
BE: Bélgica	6 163	2.5	7 684	3.1	24.7	PK: Paquistão	2 037	3.1	1 992	3.0	-2.2
MX: México	7 769	3.2	6 723	2.7	-13.5	MX: México	1 929	2.9	1 936	2.9	0.4
PK: Paquistão	7 327	3.0	6 350	2.6	-13.3	RO: Roménia	2 319	3.5	1 822	2.8	-21.4
RO: Roménia	6 224	2.5	5 847	2.4	-6.1	TR: Turquia	2 548	3.9	1 585	2.4	-37.8
CA: Canadá	4 681	1.9	4 194	1.7	-10.4	BR: Brasil	876	1.3	1 507	2.3	71.9
BR: Brasil	3 262	1.3	3 701	1.5	13.4	CA: Canadá	1 354	2.1	1 133	1.7	-16.4
TN: Tunísia	2 800	1.1	2 897	1.2	3.5	PL: Polónia	708	1.1	1 115	1.7	57.6
ZA: África do Sul	2 102	0.9	2 780	1.1	32.3	TN: Tunísia	837	1.3	695	1.1	-16.9
PL: Polónia	2 261	0.9	2 638	1.1	16.7	ZA: África do Sul	731	1.1	691	1.0	-5.5
TH: Tailândia	2 457	1.0	2 301	0.9	-6.4	DK: Dinamarca	235	0.4	543	0.8	131.1
KE: Quênia	3 009	1.2	2 097	0.9	-30.3	NL: Países Baixos	546	0.8	499	0.8	-8.7
<i>Total dos 20</i>	<i>213 291</i>	<i>87.2</i>	<i>218 047</i>	<i>88.8</i>	<i>2.2</i>	<i>Total dos 20</i>	<i>57 906</i>	<i>88.5</i>	<i>60 001</i>	<i>90.6</i>	<i>3.6</i>

Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE (<http://www.ine.pt>).

Figura 11 - Os 20 principais mercados de destino das exportações de Tecidos

Jan-Dez					1º Trimestre						
Destino	2012		2013		TVH	Destino	2013		2014		TVH
	10 ³ Euros	%	10 ³ Euros	%			10 ³ Euros	%	10 ³ Euros	%	
TOTAL	413 832	100.0	446 339	100.0	7.9	TOTAL	101 508	100.0	118 127	100.0	16.4
ES: Espanha	114 487	27.7	125 550	28.1	9.7	ES: Espanha	27 167	26.8	32 143	27.2	18.3
DE: Alemanha	46 306	11.2	45 796	10.3	-1.1	DE: Alemanha	10 464	10.3	12 079	10.2	15.4
FR: França	38 206	9.2	37 061	8.3	-3.0	FR: França	10 295	10.1	10 471	8.9	1.7
IT: Itália	31 224	7.5	30 818	6.9	-1.3	IT: Itália	8 243	8.1	8 817	7.5	7.0
TN: Tunísia	13 271	3.2	21 181	4.7	59.6	TN: Tunísia	4 762	4.7	6 626	5.6	39.2
GB: Reino Unido	14 773	3.6	19 686	4.4	33.3	CZ: República Checa	3 799	3.7	5 336	4.5	40.4
CZ: República Checa	17 024	4.1	17 774	4.0	4.4	GB: Reino Unido	3 476	3.4	5 184	4.4	49.1
RO: Roménia	9 098	2.2	15 226	3.4	67.4	US: Estados Unidos	2 906	2.9	4 318	3.7	48.6
BE: Bélgica	11 220	2.7	11 852	2.7	5.6	RO: Roménia	2 890	2.8	3 440	2.9	19.0
MA: Marrocos	9 601	2.3	11 460	2.6	19.4	BE: Bélgica	2 958	2.9	2 741	2.3	-7.3
US: Estados Unidos	9 307	2.2	10 452	2.3	12.3	MA: Marrocos	2 365	2.3	2 535	2.1	7.2
TR: Turquia	8 114	2.0	9 937	2.2	22.5	TR: Turquia	2 555	2.5	2 510	2.1	-1.8
SE: Suécia	6 555	1.6	7 937	1.8	21.1	SV: El Salvador	1 457	1.4	2 243	1.9	53.9
NL: Países Baixos	8 453	2.0	7 889	1.8	-6.7	SE: Suécia	1 372	1.4	2 080	1.8	51.6
HK: Hong-Kong	4 254	1.0	5 486	1.2	28.9	CA: Canadá	1 569	1.5	2 028	1.7	29.2
SV: El Salvador	6 216	1.5	5 076	1.1	-18.4	NL: Países Baixos	1 673	1.6	1 681	1.4	0.4
CN: China	5 992	1.4	4 715	1.1	-21.3	PL: Polónia	694	0.7	1 354	1.1	95.2
LT: Lituânia	2 026	0.5	4 470	1.0	120.7	LT: Lituânia	790	0.8	1 106	0.9	40.1
PL: Polónia	3 382	0.8	4 158	0.9	22.9	CN: China	766	0.8	1 088	0.9	42.0
CA: Canadá	4 265	1.0	3 962	0.9	-7.1	HK: Hong-Kong	1 174	1.2	1 072	0.9	-8.7
<i>Total dos 20</i>	<i>363 772</i>	<i>87.9</i>	<i>400 485</i>	<i>89.7</i>	<i>10.1</i>	<i>Total dos 20</i>	<i>91 373</i>	<i>90.0</i>	<i>108 852</i>	<i>92.1</i>	<i>19.1</i>

Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE (<http://www.ine.pt>).

Figura 12 - Os 20 principais mercados de destino das exportações de Têxteis-lar

Jan-Dez					1º Trimestre						
Destino	2012		2013		TVH	Destino	2013		2014		TVH
	10 ³ Euros	%	10 ³ Euros	%			10 ³ Euros	%	10 ³ Euros	%	
TOTAL	528 001	100.0	576 715	100.0	9.2	TOTAL	133 184	100.0	142 619	100.0	7.1
ES: Espanha	98 052	18.6	106 327	18.4	8.4	ES: Espanha	26 285	19.7	27 441	19.2	4.4
US: Estados Unidos	82 822	15.7	96 772	16.8	16.8	FR: França	22 323	16.8	25 684	18.0	15.1
FR: França	87 642	16.6	93 706	16.2	6.9	GB: Reino Unido	15 016	11.3	17 147	12.0	14.2
GB: Reino Unido	62 245	11.8	70 421	12.2	13.1	US: Estados Unidos	17 957	13.5	15 945	11.2	-11.2
DE: Alemanha	30 618	5.8	28 609	5.0	-6.6	DE: Alemanha	7 534	5.7	8 223	5.8	9.2
AO: Angola	19 329	3.7	23 983	4.2	24.1	IT: Itália	6 579	4.9	7 573	5.3	15.1
IT: Itália	22 321	4.2	23 446	4.1	5.0	AO: Angola	5 755	4.3	5 242	3.7	-8.9
CH: Suíça	16 839	3.2	17 982	3.1	6.8	CH: Suíça	4 379	3.3	4 915	3.4	12.2
NL: Países Baixos	14 190	2.7	14 317	2.5	0.9	DK: Dinamarca	3 067	2.3	3 736	2.6	21.8
BE: Bélgica	11 597	2.2	11 052	1.9	-4.7	NL: Países Baixos	3 927	2.9	3 479	2.4	-11.4
SE: Suécia	9 409	1.8	10 942	1.9	16.3	BE: Bélgica	2 794	2.1	2 676	1.9	-4.2
CA: Canadá	8 393	1.6	8 975	1.6	6.9	FI: Finlândia	2 193	1.6	2 180	1.5	-0.6
FI: Finlândia	8 609	1.6	8 919	1.5	3.6	CA: Canadá	1 593	1.2	1 773	1.2	11.3
MX: México	7 369	1.4	6 926	1.2	-6.0	AU: Austrália	524	0.4	1 180	0.8	125.4
PL: Polónia	3 654	0.7	3 188	0.6	-12.7	MX: México	1 596	1.2	1 090	0.8	-31.7
NO: Noruega	2 809	0.5	3 001	0.5	6.9	PL: Polónia	640	0.5	1 017	0.7	59.0
IE: Irlanda	3 255	0.6	2 636	0.5	-19.0	NO: Noruega	882	0.7	771	0.5	-12.5
MZ: Moçambique	2 988	0.6	1 891	0.3	-36.7	RU: Rússia	442	0.3	710	0.5	60.7
RU: Rússia	1 034	0.2	1 825	0.3	76.5	GR: Grécia	449	0.3	526	0.4	17.0
JP: Japão	2 239	0.4	1 778	0.3	-20.6	MA: Marrocos	220	0.2	522	0.4	137.3
<i>Total dos 20</i>	<i>495 412</i>	<i>93.8</i>	<i>536 697</i>	<i>93.1</i>	<i>8.3</i>	<i>Total dos 20</i>	<i>124 157</i>	<i>93.2</i>	<i>131 833</i>	<i>92.4</i>	<i>6.2</i>

Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE (<http://www.ine.pt>).

Figura 13 - Os 20 principais mercados de destino das exportações de Outros têxteis

Jan-Dez					1º Trimestre						
Destino	2012		2013		TVH	Destino	2013		2014		TVH
	10 ³ Euros	%	10 ³ Euros	%			10 ³ Euros	%	10 ³ Euros	%	
TOTAL	464 985	100.0	475 066	100.0	2.2	TOTAL	121 219	100.0	126 836	100.0	4.6
ES: Espanha	63 777	13.7	68 774	14.5	7.8	ES: Espanha	16 088	13.3	17 337	13.7	7.8
DE: Alemanha	57 235	12.3	58 632	12.3	2.4	FR: França	14 128	11.7	15 569	12.3	10.2
FR: França	49 089	10.6	55 025	11.6	12.1	US: Estados Unidos	11 602	9.6	12 143	9.6	4.7
NL: Países Baixos	26 301	5.7	28 756	6.1	9.3	DE: Alemanha	13 812	11.4	11 918	9.4	-13.7
GB: Reino Unido	29 151	6.3	28 645	6.0	-1.7	NL: Países Baixos	7 174	5.9	8 726	6.9	21.6
US: Estados Unidos	35 782	7.7	25 817	5.4	-27.8	GB: Reino Unido	5 882	4.9	5 749	4.5	-2.3
CZ: República Checa	19 930	4.3	21 924	4.6	10.0	CA: Canadá	4 590	3.8	4 071	3.2	-11.3
AO: Angola	12 253	2.6	13 156	2.8	7.4	RO: Roménia	3 416	2.8	3 928	3.1	15.0
TN: Tunísia	10 362	2.2	12 770	2.7	23.2	CZ: República Checa	5 165	4.3	3 618	2.9	-30.0
BE: Bélgica	11 896	2.6	11 391	2.4	-4.2	IT: Itália	3 334	2.8	3 183	2.5	-4.5
CA: Canadá	9 151	2.0	10 151	2.1	10.9	SK: Eslováquia	2 501	2.1	3 129	2.5	25.1
IT: Itália	9 486	2.0	10 138	2.1	6.9	PL: Polónia	1 960	1.6	2 962	2.3	51.1
SK: Eslováquia	10 937	2.4	10 023	2.1	-8.4	TN: Tunísia	3 053	2.5	2 935	2.3	-3.9
PL: Polónia	6 772	1.5	8 442	1.8	24.7	BE: Bélgica	2 939	2.4	2 605	2.1	-11.4
DK: Dinamarca	6 611	1.4	7 422	1.6	12.3	HU: Hungria	1 523	1.3	2 104	1.7	38.1
NO: Noruega	3 456	0.7	6 753	1.4	95.4	NO: Noruega	834	0.7	1 925	1.5	130.8
SE: Suécia	6 172	1.3	6 087	1.3	-1.4	BR: Brasil	1 066	0.9	1 743	1.4	63.6
HU: Hungria	4 694	1.0	5 535	1.2	17.9	SE: Suécia	1 590	1.3	1 614	1.3	1.5
BR: Brasil	7 780	1.7	4 966	1.0	-36.2	ZA: África do Sul	1 284	1.1	1 531	1.2	19.2
CN: China	2 715	0.6	4 524	1.0	66.6	CL: Chile	798	0.7	1 472	1.2	84.5
<i>Total dos 20</i>	<i>383 550</i>	<i>82.5</i>	<i>398 931</i>	<i>84.0</i>	<i>4.0</i>	<i>Total dos 20</i>	<i>102 739</i>	<i>84.8</i>	<i>108 262</i>	<i>85.4</i>	<i>5.4</i>

Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE (<http://www.ine.pt>).

4.3 – Mercados de Origem das Importações

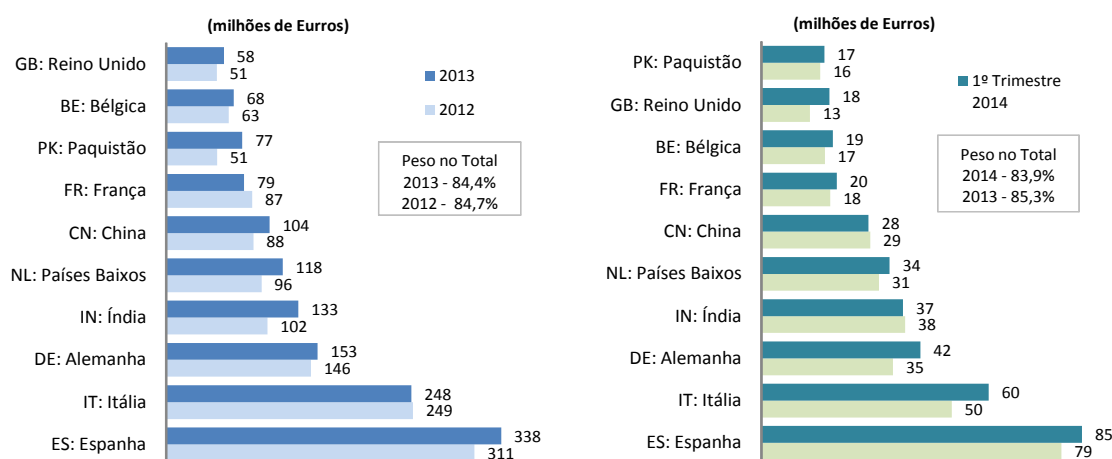
Também do lado das importações a Espanha ocupa a primeira posição entre os fornecedores de Portugal (Figura 14).

Figura 14 - Os 20 principais mercados de origem das importações de têxteis
(2012-2013 e 1.º trimestre 2013-2014)

Origem	Jan-Dez			TVH	Origem	1º Trimestre				TVH	
	2012	2013				2013	2014				
	10 ³ Euros	%	10 ³ Euros	%		10 ³ Euros	%	10 ³ Euros	%		
TOTAL	1 470 801	100.0	1 630 461	100.0	10.9	TOTAL	383 005	100.0	429 276	100.0	12.1
ES: Espanha	311 228	21.2	338 135	20.7	8.6	ES: Espanha	79 365	20.7	84 816	19.8	6.9
IT: Itália	249 037	16.9	247 627	15.2	-0.6	IT: Itália	50 341	13.1	60 126	14.0	19.4
DE: Alemanha	146 122	9.9	152 869	9.4	4.6	DE: Alemanha	34 789	9.1	42 064	9.8	20.9
IN: Índia	102 298	7.0	133 458	8.2	30.5	IN: Índia	37 984	9.9	37 418	8.7	-1.5
NL: Países Baixos	96 219	6.5	117 545	7.2	22.2	NL: Países Baixos	31 123	8.1	33 918	7.9	9.0
CN: China	88 057	6.0	104 380	6.4	18.5	CN: China	28 767	7.5	28 341	6.6	-1.5
FR: França	86 673	5.9	78 548	4.8	-9.4	FR: França	18 198	4.8	19 949	4.6	9.6
PK: Paquistão	51 330	3.5	76 728	4.7	49.5	BE: Bélgica	16 778	4.4	18 872	4.4	12.5
BE: Bélgica	63 152	4.3	68 104	4.2	7.8	GB: Reino Unido	12 824	3.3	17 996	4.2	40.3
GB: Reino Unido	51 071	3.5	58 172	3.6	13.9	PK: Paquistão	15 540	4.1	16 633	3.9	7.0
ID: Indonésia	15 787	1.1	30 005	1.8	90.1	ID: Indonésia	6 310	1.6	10 046	2.3	59.2
AT: Áustria	26 386	1.8	26 647	1.6	1.0	AT: Áustria	7 426	1.9	6 274	1.5	-15.5
EG: Egípto	17 962	1.2	20 023	1.2	11.5	EG: Egípto	5 343	1.4	5 956	1.4	11.5
GR: Grécia	8 409	0.6	8 628	0.5	2.6	CZ: República Checa	1 832	0.5	3 361	0.8	83.5
IE: Irlanda	5 992	0.4	8 585	0.5	43.3	KR: Coreia, República da	2 094	0.5	3 113	0.7	48.6
TR: Turquia	8 370	0.6	8 476	0.5	1.3	TR: Turquia	1 906	0.5	3 108	0.7	63.1
KR: Coreia, República da	11 416	0.8	8 347	0.5	-26.9	GR: Grécia	2 523	0.7	2 144	0.5	-15.0
CZ: República Checa	7 508	0.5	8 044	0.5	7.1	BR: Brasil	2 152	0.6	1 936	0.5	-10.0
UZ: Usbequistão	8 187	0.6	7 328	0.4	-10.5	IE: Irlanda	1 614	0.4	1 793	0.4	11.1
FI: Finlândia	4 380	0.3	6 828	0.4	55.9	SK: Eslováquia	1 402	0.4	1 722	0.4	22.8
<i>Total dos 20</i>	<i>1 359 585</i>	<i>92.4</i>	<i>1 508 477</i>	<i>92.5</i>	<i>11.0</i>	<i>Total dos 20</i>	<i>358 310</i>	<i>93.6</i>	<i>399 588</i>	<i>93.1</i>	<i>11.5</i>

Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE (<http://www.ine.pt>).

Principais fornecedores de Têxteis: Os 10+



Este predomínio ocorre em todos os agregados à exceção do das Fibras e Fios, em que a primeira posição é ocupada pela Índia.

Nas páginas seguintes apresentam-se quadros idênticos relativamente aos quatro agregados de produtos.

Figura 15 - Os 20 principais mercados de origem das importações de Fibras e Fios

Origem	Jan-Dez			TVH	Origem	1º Trimestre			TVH		
	2012	2013				2013	2014				
	10 ³ Euros	%	10 ³ Euros	%		10 ³ Euros	%	10 ³ Euros	%		
TOTAL	635 395	100.0	727 493	100.0	14.5	TOTAL	189 111	100.0	191 773	100.0	1.4
IN: Índia	83 426	13.1	110 709	15.2	32.7	IN: Índia	32 416	17.1	30 563	15.9	-5.7
ES: Espanha	68 476	10.8	81 934	11.3	19.7	NL: Países Baixos	18 924	10.0	18 973	9.9	0.3
IT: Itália	73 093	11.5	75 819	10.4	3.7	ES: Espanha	20 932	11.1	18 515	9.7	-11.5
NL: Países Baixos	43 471	6.8	62 461	8.6	43.7	IT: Itália	15 763	8.3	18 394	9.6	16.7
CN: China	53 690	8.4	56 518	7.8	5.3	DE: Alemanha	15 713	8.3	16 195	8.4	3.1
DE: Alemanha	55 757	8.8	53 970	7.4	-3.2	CN: China	18 782	9.9	12 881	6.7	-31.4
PK: Paquistão	34 937	5.5	43 531	6.0	24.6	PK: Paquistão	9 297	4.9	11 384	5.9	22.4
ID: Indonésia	14 608	2.3	28 224	3.9	93.2	ID: Indonésia	6 138	3.2	9 312	4.9	51.7
BE: Bélgica	23 525	3.7	25 915	3.6	10.2	GB: Reino Unido	5 674	3.0	8 454	4.4	49.0
GB: Reino Unido	23 397	3.7	24 102	3.3	3.0	FR: França	4 917	2.6	6 159	3.2	25.3
FR: França	29 188	4.6	21 548	3.0	-26.2	EG: Egipto	4 972	2.6	5 172	2.7	4.0
EG: Egipto	16 483	2.6	18 370	2.5	11.5	BE: Bélgica	6 906	3.7	4 955	2.6	-28.2
AT: Áustria	16 050	2.5	15 190	2.1	-5.4	AT: Áustria	4 732	2.5	3 221	1.7	-31.9
UZ: Usbequistão	8 107	1.3	6 861	0.9	-15.4	KR: Coreia, República da	1 295	0.7	1 640	0.9	26.6
GR: Grécia	5 742	0.9	5 822	0.8	1.4	GR: Grécia	1 892	1.0	1 618	0.8	-14.5
SK: Eslováquia	5 823	0.9	5 325	0.7	-8.5	BR: Brasil	1 879	1.0	1 609	0.8	-14.4
KR: Coreia, República da	5 770	0.9	4 666	0.6	-19.1	SK: Eslováquia	1 218	0.6	1 552	0.8	27.4
TH: Tailândia	1 656	0.3	4 567	0.6	175.8	BF: Burkina Faso	17	0.0	1 479	0.8	8507.2
ZW: Zimbabwe	3 925	0.6	4 540	0.6	15.7	UZ: Usbequistão	981	0.5	1 471	0.8	50.0
TD: Chade	3 902	0.6	4 481	0.6	14.8	TR: Turquia	128	0.1	1 304	0.7	920.8
<i>Total dos 20</i>	<i>571 028</i>	<i>89.9</i>	<i>654 556</i>	<i>90.0</i>	<i>14.6</i>	<i>Total dos 20</i>	<i>172 577</i>	<i>91.3</i>	<i>174 851</i>	<i>91.2</i>	<i>1.3</i>

Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE (<http://www.ine.pt>).

Figura 16 - Os 20 principais mercados de origem das importações de Tecidos

Origem	Jan-Dez			TVH	Origem	1º Trimestre			TVH		
	2012	2013				2013	2014				
	10 ³ Euros	%	10 ³ Euros	%		10 ³ Euros	%	10 ³ Euros	%		
TOTAL	478 948	100.0	514 276	100.0	7.4	TOTAL	109 086	100.0	132 650	100.0	21.6
ES: Espanha	134 654	28.1	139 234	27.1	3.4	ES: Espanha	33 189	30.4	37 263	28.1	12.3
IT: Itália	138 631	28.9	129 564	25.2	-6.5	IT: Itália	26 189	24.0	31 118	23.5	18.8
DE: Alemanha	45 793	9.6	44 459	8.6	-2.9	BE: Bélgica	6 432	5.9	10 347	7.8	60.9
PK: Paquistão	15 379	3.2	31 562	6.1	105.2	DE: Alemanha	6 873	6.3	10 061	7.6	46.4
BE: Bélgica	25 696	5.4	27 495	5.3	7.0	NL: Países Baixos	5 596	5.1	7 723	5.8	38.0
FR: França	26 208	5.5	27 125	5.3	3.5	FR: França	6 396	5.9	6 430	4.8	0.5
NL: Países Baixos	23 429	4.9	25 920	5.0	10.6	CN: China	4 565	4.2	6 426	4.8	40.8
GB: Reino Unido	18 577	3.9	23 886	4.6	28.6	GB: Reino Unido	5 184	4.8	6 363	4.8	22.7
CN: China	13 197	2.8	23 461	4.6	77.8	PK: Paquistão	5 874	5.4	4 792	3.6	-18.4
AT: Áustria	6 686	1.4	7 115	1.4	6.4	IN: Índia	1 718	1.6	2 389	1.8	39.1
IN: Índia	6 112	1.3	6 934	1.3	13.5	AT: Áustria	1 578	1.4	1 807	1.4	14.5
DK: Dinamarca	2 406	0.5	3 260	0.6	35.5	KR: Coreia, República da	433	0.4	1 142	0.9	164.0
KR: Coreia, República da	2 776	0.6	2 423	0.5	-12.7	JP: Japão	457	0.4	863	0.7	88.8
CZ: República Checa	1 807	0.4	2 006	0.4	11.0	ID: Indonésia	74	0.1	661	0.5	791.6
TW: Taiwan	1 538	0.3	1 949	0.4	26.7	CZ: República Checa	567	0.5	544	0.4	-4.2
GR: Grécia	1 401	0.3	1 769	0.3	26.3	DK: Dinamarca	605	0.6	455	0.3	-24.7
JP: Japão	2 358	0.5	1 766	0.3	-25.1	EG: Egipto	81	0.1	438	0.3	440.4
CH: Suíça	1 445	0.3	1 549	0.3	7.2	GR: Grécia	370	0.3	402	0.3	8.7
ID: Indonésia	667	0.1	1 226	0.2	83.7	CH: Suíça	364	0.3	351	0.3	-3.6
IE: Irlanda	969	0.2	910	0.2	-6.1	TW: Taiwan	293	0.3	312	0.2	6.3
<i>Total dos 20</i>	<i>469 727</i>	<i>98.1</i>	<i>503 612</i>	<i>97.9</i>	<i>7.2</i>	<i>Total dos 20</i>	<i>106 837</i>	<i>97.9</i>	<i>129 888</i>	<i>97.9</i>	<i>21.6</i>

Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE (<http://www.ine.pt>).

Figura 17 - Os 20 principais mercados de origem das importações de Têxteis-lar

Origem	Jan-Dez				TVH	Origem	1º Trimestre				TVH
	2012		2013				2013		2014		
	10 ³ Euros	%	10 ³ Euros	%		10 ³ Euros	%	10 ³ Euros	%		
TOTAL	115 379	100.0	120 626	100.0	4.5	TOTAL	26 384	100.0	33 212	100.0	25.9
ES: Espanha	41 157	35.7	42 445	35.2	3.1	ES: Espanha	9 685	36.7	11 931	35.9	23.2
DE: Alemanha	12 486	10.8	13 742	11.4	10.1	DE: Alemanha	2 965	11.2	3 752	11.3	26.6
IN: Índia	8 524	7.4	11 626	9.6	36.4	CN: China	1 780	6.7	3 404	10.3	91.3
NL: Países Baixos	14 006	12.1	11 275	9.3	-19.5	IN: Índia	3 162	12.0	3 156	9.5	-0.2
CN: China	7 610	6.6	9 770	8.1	28.4	NL: Países Baixos	1 998	7.6	2 498	7.5	25.0
BE: Bélgica	7 843	6.8	8 423	7.0	7.4	BE: Bélgica	2 050	7.8	2 448	7.4	19.4
FR: França	6 844	5.9	7 137	5.9	4.3	FR: França	1 279	4.8	1 678	5.1	31.2
IE: Irlanda	2 246	1.9	3 333	2.8	48.4	GB: Reino Unido	367	1.4	1 189	3.6	223.5
IT: Itália	4 531	3.9	3 286	2.7	-27.5	IE: Irlanda	519	2.0	938	2.8	80.5
GB: Reino Unido	3 344	2.9	2 897	2.4	-13.4	IT: Itália	917	3.5	739	2.2	-19.5
PK: Paquistão	970	0.8	1 538	1.3	58.6	PK: Paquistão	362	1.4	398	1.2	9.8
SE: Suécia	758	0.7	1 145	0.9	51.1	EG: Egipto	289	1.1	252	0.8	-12.8
EG: Egipto	840	0.7	916	0.8	9.0	SE: Suécia	261	1.0	223	0.7	-14.6
DK: Dinamarca	1 766	1.5	552	0.5	-68.8	DK: Dinamarca	264	1.0	147	0.4	-44.4
FI: Finlândia	462	0.4	466	0.4	0.9	FI: Finlândia	117	0.4	143	0.4	23.0
PL: Polónia	149	0.1	313	0.3	109.3	KR: Coreia, República da	45	0.2	42	0.1	-6.4
KR: Coreia, República da	156	0.1	218	0.2	40.1	IL: Israel	18	0.1	34	0.1	89.0
IL: Israel	162	0.1	214	0.2	32.2	BD: Bangladesh	25	0.1	31	0.1	24.2
US: Estados Unidos	256	0.2	159	0.1	-38.1	TR: Turquia	1	0.0	23	0.1	2289.9
GR: Grécia	244	0.2	139	0.1	-42.9	US: Estados Unidos	37	0.1	21	0.1	-43.7
<i>Total dos 20</i>	<i>114 356</i>	<i>99.1</i>	<i>119 593</i>	<i>99.1</i>	<i>4.6</i>	<i>Total dos 20</i>	<i>26 142</i>	<i>99.1</i>	<i>33 046</i>	<i>99.5</i>	<i>26.4</i>

Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE (<http://www.ine.pt>).

Figura 18 - Os 20 principais mercados de origem das importações de Outros têxteis

Origem	Jan-Dez				TVH	Origem	1º Trimestre				TVH
	2012		2013				2013		2014		
	10 ³ Euros	%	10 ³ Euros	%		10 ³ Euros	%	10 ³ Euros	%		
TOTAL	241 080	100.0	268 067	100.0	11.2	TOTAL	58 425	100.0	71 642	100.0	22.6
ES: Espanha	66 942	27.8	74 522	27.8	11.3	ES: Espanha	15 559	26.6	17 107	23.9	10.0
DE: Alemanha	32 085	13.3	40 697	15.2	26.8	DE: Alemanha	9 238	15.8	12 056	16.8	30.5
IT: Itália	32 782	13.6	38 959	14.5	18.8	IT: Itália	7 471	12.8	9 876	13.8	32.2
FR: França	24 433	10.1	22 738	8.5	-6.9	FR: França	5 606	9.6	5 682	7.9	1.4
NL: Países Baixos	15 313	6.4	17 890	6.7	16.8	CN: China	3 640	6.2	5 630	7.9	54.7
CN: China	13 560	5.6	14 630	5.5	7.9	NL: Países Baixos	4 606	7.9	4 725	6.6	2.6
GB: Reino Unido	5 753	2.4	7 287	2.7	26.7	FI: Finlândia	935	1.6	3 327	4.6	255.7
BE: Bélgica	6 087	2.5	6 270	2.3	3.0	GB: Reino Unido	1 598	2.7	1 990	2.8	24.5
TR: Turquia	6 590	2.7	5 949	2.2	-9.7	TR: Turquia	1 739	3.0	1 739	2.4	0.1
FI: Finlândia	3 820	1.6	5 944	2.2	55.6	IN: Índia	688	1.2	1 310	1.8	90.2
AT: Áustria	3 568	1.5	4 263	1.6	19.5	AT: Áustria	1 107	1.9	1 229	1.7	11.0
IN: Índia	4 236	1.8	4 189	1.6	-1.1	BE: Bélgica	1 391	2.4	1 121	1.6	-19.4
SE: Suécia	2 661	1.1	2 292	0.9	-13.9	PL: Polónia	398	0.7	661	0.9	65.9
CZ: República Checa	2 201	0.9	1 779	0.7	-19.2	LT: Lituânia	132	0.2	393	0.5	198.9
US: Estados Unidos	1 162	0.5	1 265	0.5	8.8	US: Estados Unidos	216	0.4	382	0.5	76.5
HN: Honduras	1 524	0.6	1 231	0.5	-19.2	CZ: República Checa	284	0.5	353	0.5	24.5
HU: Hungria	64	0.0	1 154	0.4	1702.4	HN: Honduras	315	0.5	308	0.4	-2.3
HK: Hong-Kong	930	0.4	1 120	0.4	20.4	KR: Coreia, República da	322	0.6	289	0.4	-10.1
DK: Dinamarca	1 579	0.7	1 091	0.4	-30.9	BR: Brasil	198	0.3	280	0.4	41.5
KR: Coreia, República da	2 714	1.1	1 040	0.4	-61.7	DK: Dinamarca	158	0.3	279	0.4	77.2
<i>Total dos 20</i>	<i>228 006</i>	<i>94.6</i>	<i>254 309</i>	<i>94.9</i>	<i>11.5</i>	<i>Total dos 20</i>	<i>55 600</i>	<i>95.2</i>	<i>68 738</i>	<i>95.9</i>	<i>23.6</i>

Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE (<http://www.ine.pt>).

ANEXO

**Conteúdo dos agregados de Têxteis
segundo posições pautais da NC**

Fibras e fios	5001 a 06 5101 a 10 5201 a 07 5301 a 08 5401 a 06 5501 a 11 5605	Têxteis-lar	5701 a 05 5805 5904 6301 a 04 630710
Tecidos	5007 5111 a 13 5208 a 12 5309 a 11 5407 a 08 5512 a 16 5801 a 03 5809 6001 a 06	Outros têxteis	5601 a 04 5606 a 09 5804 5806 a 08 5810 a 11 5901 a 03 5905 a 11 6305 a 06 630720 630790 9308 a 10

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
<p>Reunião Conselho ECOFIN</p> <p>6 de maio de 2014</p>	<p>Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 6 de maio de 2014 destacam-se os seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Imposto sobre Transações Financeiras (ITF): Os Ministros discutiram a introdução do IFT em 11 estados-membros através do procedimento de cooperação reforçada. De destacar a declaração conjunta de 10 Ministros, incluindo a Sra. Ministra de Estado e das Finanças, reforçando a intenção de continuar os trabalhos técnicos com vista à obtenção de um acordo até ao final do ano. Na declaração é expressa preferência por uma implementação progressiva do ITF, sendo que na primeira fase (a partir de janeiro de 2016) a sua aplicação deverá abranger apenas ações e alguns derivados. ▪ Desequilíbrios Macroeconómicos – Análise aprofundada: No âmbito do Procedimento por Desequilíbrios Excessivos, o Conselho Ecofin aprovou conclusões relativas às análises aprofundadas da Comissão Europeia. Nestas conclusões, o Conselho concorda com os resultados apresentados de que todos os catorze estados-membros identificados estão sujeitos a desequilíbrios macroeconómicos de diversa natureza e magnitude, reconhecendo que nos casos da Croácia, Itália e Eslovénia aos desequilíbrios são excessivos. Neste enquadramento, o Conselho tomou em consideração a intenção da Comissão Europeia de avaliar as medidas apresentadas nos programas nacionais de reforma e nos programas de estabilidade destes estados-membros, a fim de determinar se as medidas apresentadas são adequadas para resolver esses desequilíbrios excessivos, bem como a intenção da Comissão de avaliar se será necessário avançar no respetivo Procedimento. Relativamente a Espanha, o Conselho concordou que a implementação de políticas corretivas permitiu que este país deixasse de ser considerado como um estado-membro com desequilíbrios excessivos. <p>Recorde-se que estas análises surgem na sequência dos resultados da aplicação do <i>Scoreboard</i>, instrumento que tem por objetivo identificar a existência, se possível numa fase precoce, de desequilíbrios macroeconómicos nos países da UE e a partir do qual a Comissão Europeia identificou os estados-membros onde existem ou poderiam vir a existir riscos de tais desequilíbrios.</p> <p>O Conselho Ecofin aprovou ainda a decisão relativa à participação da União Europeia no aumento de capital do Fundo Europeu de Investimento (FEI). Este aumento de capital destina-se a dotar esta instituição de maior capacidade de apoiar o financiamento de pequenas e médias empresas. Recorde-se que os acionistas do FEI são o Banco Europeu de Investimento (62,1% do capital), a União Europeia, através da Comissão Europeia (30%), e 24 instituições financeiras dos estados-membros da UE e da Turquia (7,9%).</p> <p>No domínio dos serviços financeiros, destaca-se ainda a confirmação pelo COREPER, no dia 4 de abril, dos compromissos alcançados previamente com o Parlamento Europeu quanto ao Regulamento relativo às informações-chave sobre pacotes de produtos de investimento de retalho (conhecido por Regulamento PRIP), e quanto à Diretiva relativa às contas de pagamentos (conhecida por PAD). Neste domínio, é igualmente de salientar a assinatura pelos representantes de 26 estados-membros, incluindo Portugal, do acordo intergovernamental relativamente à transferência e mutualização das contribuições para o Fundo Único de Resolução.</p>

Iniciativa	Sumário
<p>Regime Jurídico da Urbanização e Edificação</p> <p>Conselho de Ministros de 29 de maio</p>	<p>Aprovou a alteração do regime jurídico da urbanização e edificação.</p> <p>Esta alteração visa obter o equilíbrio entre a diminuição do controlo prévio e o aumento da responsabilidade do particular. É adotado um novo padrão de controlo prévio assente no princípio da confiança nos intervenientes.</p> <p>A câmara municipal passa a ser o único interlocutor e gestor do procedimento, cabendo-lhe igualmente promover as conferências destinadas a concertar as posições das entidades externas envolvidas, sendo estas conferências abertas à participação do interessado no processo.</p> <p>É ainda revisto o conceito de reconstrução, reduzindo os formalismos de controlo prévio e incentivando a reabilitação e a regeneração.</p>
<p>Reprivatização da REN</p> <p>Conselho de Ministros de 29 de maio</p>	<p>Aprovou uma resolução que estabelece um conjunto de condições complementares da 2.ª fase do processo de reprivatização da REN Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.</p>
<p>Estatutos da Autoridade da Concorrência</p> <p>Conselho de Ministros de 29 de maio</p>	<p>Aprovou os estatutos da Autoridade da Concorrência, adaptando-os ao regime estabelecido na lei-quadro das entidades reguladoras.</p> <p>Os estatutos agora aprovados clarificam as atribuições e os poderes da Autoridade da Concorrência, bem como as competências dos respetivos órgãos, enfatizando a sua independência, reforçando simultaneamente as garantias de transparência, cooperação, controlo e responsabilidade da respetiva atuação.</p> <p>No que respeita às matérias relacionadas com a organização e com a gestão económico-financeira e patrimonial da Autoridade da Concorrência é feita a uniformização com as opções de fundo estabelecidas na lei-quadro das entidades reguladoras.</p>
<p>Código Fiscal para o Investimento</p> <p>Conselho de Ministros de 22 de maio</p>	<p>Aprovou uma proposta de lei de autorização legislativa que visa permitir a adequação do Código Fiscal ao Investimento, em matéria de auxílios estatais, ao novo quadro legislativo europeu aplicável a partir do próximo dia 1 de julho, para o período de 2014-2020. Os auxílios estatais ao investimento consistem, nomeadamente, em incentivos ao empreendedorismo e à inovação e em majorações fiscais aos investimentos realizados em regiões com poder de compra "per capita" mais reduzido.</p>
<p>Supervisão das entidades financeiras e seguradoras</p> <p>Conselho de Ministros de 22 de maio</p>	<p>Aprovou a transposição de uma diretiva da União Europeia no que se refere à supervisão complementar das entidades financeiras de um conglomerado financeiro, procedendo também à alteração do regime jurídico do acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora.</p>
<p>“Caminho para o Crescimento”</p> <p>Conselho de Ministros de 17 de maio</p>	<p>Aprovou o “Caminho para o Crescimento”, uma estratégia de reforma de médio prazo para Portugal. Este documento articula, o documento de estratégia orçamental, o guião da reforma do Estado e sistematiza um conjunto disperso de medidas e reformas apresentadas noutros programas, como o de infraestruturas, o de fomento industrial, e a estratégia nacional para o mar.</p>
<p>Energia renovável</p> <p>Conselho de Ministros de 15 de maio</p>	<p>Aprovou a revisão da disciplina aplicável à potência adicional e à energia do sobreequipamento produzida por centros electroprodutores de energia renovável.</p> <p>Com esta revisão, sem pôr em causa as metas de produção de energia por fontes renováveis, pretende-se reduzir os custos que decorrem do regime atual, maximizando as capacidades existentes de produção de energia elétrica de fonte</p>

Iniciativa	Sumário
	eólica e mitigando os impactes ambientais sobre o território resultantes da instalação de novos parques eólicos, nos casos em que não seja possível sobreequipar.
<p>Regime de comercialização de combustíveis rodoviários simples</p> <p>Conselho de Ministros de 8 de maio</p>	<p>Aprovou uma proposta de lei que estabelece os termos da inclusão de combustíveis simples nos postos de abastecimento para consumo público localizados no território continental, em função da respetiva localização geográfica, bem como obrigações específicas de informação aos consumidores acerca da gasolina e gásóleo rodoviários disponibilizados nos postos de abastecimento.</p> <p>Esta medida visa assegurar aos consumidores a possibilidade de livre escolha das gamas de combustíveis líquidos mais económicos, bem como criar obrigações específicas de informação aos consumidores.</p>
<p>Regime extraordinário de licenciamento</p> <p>Conselho de Ministros de 8 de maio</p>	<p>Aprovou uma proposta de lei que autoriza o Governo a introduzir disposições de natureza especial em matéria de regime das contraordenações, visando a regularização excecional de estabelecimentos industriais, explorações pecuárias, explorações de pedreiras e de explorações onde se realizam operações de gestão de resíduos, por desconformidade com os planos de ordenamento do território ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.</p> <p>A apreciação da possibilidade de regularização, alteração ou ampliação destes estabelecimentos será efetuada por ponderação dos interesses ambientais, sociais e económicos e dos interesses subjacentes ao ordenamento do território.</p> <p>Assim, para além da coerência entre as regras de ordenamento do território e a realidade existente, o regime extraordinário agora aprovado visa assegurar a legalidade do funcionamento desses estabelecimentos e corrigir o seu desempenho ambiental.</p>
<p>Preço dos medicamentos</p> <p>Conselho de Ministros de 8 de maio</p>	<p>Alargou o prazo para escoamento dos medicamentos sujeitos a recálculo e remarcação de preços de venda, de forma a permitir a adequada acomodação das implicações geradas pelas alterações feitas ao regime geral das participações do Estado no preço dos medicamentos e ao regime da formação do preço dos medicamentos sujeitos a receita médica e dos medicamentos não sujeitos a receita médica participado.</p>
<p>Conclusão do Programa de Assistência Económica e Financeira</p> <p>Portal do Governo - 4 de maio</p>	<p>O Governo português decidiu, depois de uma Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros, concluir e sair do Programa de Ajustamento de três anos, com o apoio da União Europeia e do Fundo Monetário Internacional, sem pedir qualquer assistência financeira externa adicional. O Programa termina a 17 de maio.</p> <p>A decisão foi tomada na sequência de uma cuidadosa análise da atual situação económica e das perspetivas futuras, da situação nos mercados financeiros, designadamente da emissão bem-sucedida de dívida de longo prazo, e tendo em conta a existência de reservas financeiras que cobrem as necessidades de financiamento dos próximos 12 meses. O Governo também teve em consideração os pontos de vista expressos pelas partes interessadas relevantes e pelos participantes no mercado sobre as opções para a estratégia de saída do programa. Por fim, a decisão ocorreu na sequência da finalização bem-sucedida da 12.^a e última missão de avaliação ao Programa de Ajustamento Económico, pela Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional. O desembolso das últimas tranches deverá ocorrer em junho, correspondendo à conclusão formal do Programa.</p>
<p>Estratégia Orçamental de Médio Prazo</p>	<p>Portugal apresentou o Documento de Estratégia Orçamental para o período de 2014 a 2018 (DEO 2014-2018).</p> <p>O documento expõe a estratégia orçamental de médio prazo, até 2018, de acor-</p>

Iniciativa	Sumário
Portal do Governo - 30 de abril	<p>do com as regras de coordenação e vigilância orçamental da UE e as condições acordadas no Programa de Ajustamento Económico. Inclui ainda medidas detalhadas para 2015. A continuação do esforço de consolidação orçamental permitirá a obtenção de importantes resultados:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ O Objetivo de Médio Prazo (OMP) de um défice estrutural de 0,5% do PIB será atingido em 2017, progredindo assim face às estimativas de 2,1% para este ano e de 1,3% em 2015; ▪ O saldo primário deverá ser positivo já este ano, em 0,4% do PIB, e aumentar para 4,2% em 2018; ▪ O equilíbrio orçamental será atingido em 2018, depois de uma melhoria contínua no défice global; ▪ A dívida pública deverá atingir este ano um máximo de 130,2% do PIB e descer para 116,7% em 2018. O atual rácio da dívida é resultado da acumulação de défices orçamentais passados, de elevados custos de financiamento durante a crise da área do euro e de uma perda acumulada no nível do produto de cerca de 6%, entre 2010 e 2013. Para 2014, o rácio da dívida reflete a acumulação de depósitos para cobrir necessidades de financiamento futuras, representando um valor de cerca de 8% do PIB.

2. Seleção de Medidas Legislativas

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<i>Isenção de IRC</i> Despacho n.º 5786/2014. D.R. n.º 84, Série II de 2014-05-02	Isenção de IRC ao abrigo do artigo 10.º do Código do IRC da APDES - Agência Piaget para o Desenvolvimento.
<i>Comissão de Segurança Alimentar</i> Despacho n.º 5801/2014. D.R. n.º 84, Série II de 2014-05-02	É criada a Comissão de Segurança Alimentar, adiante designada CSA.
<i>Extensão de Encargos</i> Portaria n.º 295/2014. D.R. n.º 85, Série II de 2014-05-05	Extensão de encargos relativos à contratação de eletricidade.
<i>Regeneração de estruturas urbanas</i> Resolução da Assembleia da República n.º 38/2014. D.R. n.º 87, Série I de 2014-05-07	Recomenda ao Governo a promoção da regeneração de estruturas típicas urbanas em condições de precariedade habitacional.
<i>Fundo de Garantia para a Titularização de Créditos - extinção</i> Decreto-Lei n.º 64/2014. D.R. n.º 87, Série I de 2014-05-07	Procede à fixação das formalidades para a extinção, à determinação do destino da aplicação do produto da liquidação e à extinção do Fundo de Garantia para a Titularização de Créditos, criado pelo Decreto-Lei n.º 188/2002, de 21 de agosto.
<i>Programas de apoio à reabilitação e reconstrução urbana</i> Decreto-Lei n.º 66/2014. D.R. n.º 87, Série I de 2014-05-07	Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 39/2001, de 9 de fevereiro, que aprova o programa SOLARH, no sentido de permitir que os reembolsos dos empréstimos possam ser destinados à concessão de financiamento no âmbito de outros programas de apoio à reabilitação e reconstrução urbana.
<i>Código do Trabalho</i> Lei n.º 27/2014. D.R. n.º 88, Série I de 2014-05-08	Procede à sexta alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.
<i>Autorização de assunção de encargos</i> Portaria n.º 300/2014. D.R. n.º 88, Série II de 2014-05-08	Autoriza o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça a assumir os encargos orçamentais decorrentes dos contratos de empreitada com vista à nova implementação da nova reorganização judiciária nas comarcas de Portalegre, Loures, Funchal, Ponta Delgada, Setúbal, Castelo Branco e Vila Real.

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Regime de indisponibilidade de ações no âmbito do processo de privatização da REN</i></p> <p><i>Decreto-Lei n.º 70/2014. D.R. n.º 89, Série I de 2014-05-09</i></p>	<p>Estabelece o regime de indisponibilidade a que ficam sujeitas as ações a adquirir por trabalhadores na oferta pública de venda no âmbito da 2.ª fase do processo de reprivatização de ações representativas do capital social da REN - Redes Energéticas Nacionais, S.G.P.S., S. A..</p>
<p><i>Rede Interministerial de Modernização Administrativa</i></p> <p><i>Decreto-Lei n.º 72/2014. D.R. n.º 91, Série I de 2014-05-13</i></p>	<p>Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 4/97, de 9 de janeiro, que cria a Rede Interministerial de Modernização Administrativa.</p>
<p><i>Medidas de simplificação e modernização administrativa</i></p> <p><i>Decreto-Lei n.º 73/2014. D.R. n.º 91, Série I de 2014-05-13</i></p>	<p>Aprova um conjunto de medidas de simplificação e modernização administrativa, procedendo à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 4/97, de 9 de janeiro e à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril.</p>
<p><i>Regra da prestação digital de serviços públicos</i></p> <p><i>Decreto-Lei n.º 74/2014. D.R. n.º 91, Série I de 2014-05-13</i></p>	<p>Estabelece a regra da prestação digital de serviços públicos, consagra o atendimento digital assistido como seu complemento indispensável e define o modo de concentração de serviços públicos em Lojas do Cidadão.</p>
<p><i>Segurança em túneis da rede rodoviária transeuropeia</i></p> <p><i>Decreto-Lei n.º 75/2014. D.R. n.º 91, Série I de 2014-05-13</i></p>	<p>Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 75/2006, de 27 de março, que estabelece os requisitos mínimos de segurança para os túneis da rede rodoviária transeuropeia e da rede rodoviária nacional e procede à transposição para a ordem jurídica nacional da Diretiva n.º 2004/54/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004.</p>
<p><i>Fundo de Estabilidade Tributária</i></p> <p><i>Portaria n.º 101-B/2014. D.R. n.º 91, 2.º Suplemento, Série I de 2014-05-13</i></p>	<p>Fixa a percentagem do Fundo de Estabilidade Tributária relativamente ao ano de 2013.</p>
<p><i>Sistema de Identificação Eletrónica de Veículos -extinção</i></p> <p><i>Decreto-Lei n.º 76/2014. D.R. n.º 92, Série I de 2014-05-14</i></p>	<p>Define os termos da extinção da SIEV - Sistema de Identificação Eletrónica de Veículos, S.A., criada pelo Decreto-Lei n.º 111/2009, de 18 de maio.</p>
<p><i>Autoridade da Mobilidade e dos Transportes</i></p> <p><i>Decreto-Lei n.º 77/2014. D.R. n.º 92, Série I de 2014-05-14</i></p>	<p>O presente diploma procede à segunda alteração ao Decreto - Lei n.º 236/2012, de 31 de outubro, alterado pelo Decreto -Lei n.º 44/2014, de 20 de março, que aprova a orgânica do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P., procedendo à reestruturação prevista nos artigos 3.º e 4.º da Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, que aprovou a lei – quadro das entidades administrativas independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privado, público e cooperativo.</p>
<p><i>Autoridade da Mobilidade e dos Transportes</i></p> <p><i>Decreto-Lei n.º 78/2014. D.R. n.º 92, Série I de 2014-05-14</i></p>	<p>Aprova os estatutos da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, na sequência da Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, que aprova a lei-quadro das entidades administrativas independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privado, público e cooperativo, e procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 11/2014, de 22 de janeiro, que aprova a Lei Orgânica do Ministério da Economia.</p>
<p><i>Contratos fiscais de investimento</i></p> <p><i>Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2014. D.R. n.º 93, Série I de 2014-05-15</i></p>	<p>Aprova as minutas dos contratos fiscais de investimento e respetivos anexos, a celebrar entre o Estado Português e as sociedades: Borgwarner Emissions Systems Portugal, Unipessoal, Lda.; Europa&C Embalagem, S.A.; Polipropigal — Fabricação de Polipropileno Unipessoal, Lda.; Borgstena Textile Portugal, Unipessoal, Lda.; Sodecia — Sociedade Industrial de Metalurgia da Guarda, S.A.; Font Salem Portugal, S.A.; Wuhan Industries, Lda.; Visteon Portuguesa, LTD; CelCacia — Celulose de Cacia, S.A..</p>
<p><i>Fundo Imobiliário Especial de Apoio às Empresas</i></p> <p><i>Despacho n.º 6449/2014. D.R. n.º 94, Série II de 2014-05-16</i></p>	<p>Prorrogação do prazo do FIEAE - Fundo Imobiliário Especial de Apoio às Empresas pelo período adicional de um ano.</p>
<p><i>Contratos fiscais de investimento</i></p> <p><i>Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2014. D.R. n.º 94, Série I de 2014-05-16</i></p>	<p>Aprova as minutas dos contratos fiscais de investimento e respetivos anexos, a celebrar entre o Estado Português e as sociedades: 360 Steel Materials, Lda., INDASA — Indústria de Abrasivos; S.A. E a Polivouga Indústria de Plásticos, S.A.</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Criação de Grupo de Trabalho</i></p> <p><i>Despacho n.º 6399/2014. D.R. n.º 94, Série II de 2014-05-16</i></p>	<p>Cria um grupo de trabalho para proceder ao desenvolvimento e implantação de centralização das remunerações de todo o pessoal docente e não docente dos estabelecimentos públicos dos ensinos básico e secundário, na dependência do Ministério da Educação e Ciência.</p>
<p><i>Regime de acesso e de exercício de diversas atividades de comércio e restauração</i></p> <p><i>Lei n.º 29/2014. D.R. n.º 95, Série I de 2014-05-19</i></p>	<p>Autoriza o Governo a simplificar o regime de acesso e de exercício de diversas atividades de comércio, serviços e restauração, a regular as profissões dos responsáveis técnicos para a atividade funerária e do pessoal dos centros de bronzeamento artificial, a estabelecer um novo regime contraordenacional e a prever o acesso à base de dados do registo comercial e do registo nacional de pessoas coletivas, bem como a consulta à base de dados da Autoridade Tributária e Aduaneira, para efeitos de cadastro comercial.</p>
<p><i>Descontos a efetuar para ADSE</i></p> <p><i>Lei n.º 30/2014. D.R. n.º 95, Série I de 2014-05-19</i></p>	<p>Procede à décima primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 118/83, de 25 de fevereiro, e à terceira alteração aos Decretos-Leis n.ºs 158/2005, de 20 de setembro, e 167/2005, de 23 de setembro, modificando o valor dos descontos a efetuar para os subsistemas de proteção social no âmbito dos cuidados de saúde, concretamente da Direção-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas, dos serviços de assistência na doença da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública e da assistência na doença aos militares das Forças Armadas.</p>
<p><i>Criação de Grupo de Trabalho</i></p> <p><i>Despacho n.º 6557/2014. D.R. n.º 96, Série II de 2014-05-20</i></p>	<p>Cria, na dependência do Secretário de Estado da Cultura, um grupo de trabalho que exerce as atribuições dos centros de informação nacionais estabelecidos no Regulamento (UE) n.º 1295/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de dezembro de 2013, que cria o Programa Europa Criativa.</p>
<p><i>Disponibilização de prédios e parcelas de prédios na Bolsa Nacional de Terras</i></p> <p><i>Despacho n.º 6559/2014. D.R. n.º 96, Série II de 2014-05-20</i></p>	<p>Disponibiliza na bolsa nacional de terras os prédios e parcelas de prédios do domínio privado do Estado identificados como aptos para utilização agrícola, florestal ou silvopastoril.</p>
<p><i>Aprovação de relatório de gestão</i></p> <p><i>Despacho n.º 6560/2014. D.R. n.º 96, Série II de 2014-05-20</i></p>	<p>Aprova o Relatório de Gestão e as Contas de 2010 e 2011 da Parque Escolar, E.P.E.</p>
<p><i>Afetação de produto de alienação</i></p> <p><i>Despacho n.º 6611/2014. D.R. n.º 97, Série II de 2014-05-21</i></p>	<p>Afetação do produto da alienação, designadamente para efeitos de abate e de desmantelamento, de veículos pertencentes ao PVE, à Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P. (ESPAP, I. P.).</p>
<p><i>Atualização anual de pensões</i></p> <p><i>Portaria n.º 108/2014. D.R. n.º 98, Série I de 2014-05-22</i></p>	<p>Procede à atualização anual das pensões por incapacidade permanente para o trabalho e das pensões por morte resultantes de doença profissional.</p>
<p><i>Criação de comissão operacional</i></p> <p><i>Despacho n.º 6697/2014. D.R. n.º 98, Série II de 2014-05-22</i></p>	<p>Cria a comissão operacional de instalação do PDR 2020 (COI PDR 2020).</p>
<p><i>Autorização de assunção de encargos</i></p> <p><i>Portaria n.º 390/2014. D.R. n.º 100, Série II de 2014-05-26</i></p>	<p>Autorização para o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras assumir os encargos orçamentais decorrentes da aquisição dos serviços de produção e emissão de cartões de residência de cidadão da União Europeia e dos seus familiares.</p>
<p><i>Autorização de repartição de encargos</i></p> <p><i>Portaria n.º 393/2014. D.R. n.º 102, Série II de 2014-05-28</i></p>	<p>Autoriza a Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. (APA, I. P.) a proceder à repartição de encargos relativos à execução do contrato de manutenção e reabilitação das estações automáticas das redes de monitorização hidrometeorológicas.</p>
<p><i>Autorização de repartição plurianual de encargos</i></p> <p><i>Portaria n.º 394/2014. D.R. n.º 102, Série II de 2014-05-28</i></p>	<p>Autoriza a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares a proceder à repartição plurianual dos encargos decorrentes do Acordo de Colaboração n.º 145/2011, sobre a requalificação da Escola Básica Manuel Figueiredo.</p>
<p><i>Licenciamento de postos de abastecimento de combustíveis</i></p> <p><i>Decreto-Lei n.º 87/2014. D.R. n.º 103, Série I de 2014-05-29</i></p>	<p>Estabelece o regime jurídico aplicável à exploração de áreas de serviço e ao licenciamento para implantação de postos de abastecimento de combustíveis.</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Manutenção de Garantia</i> <i>Despacho n.º 7010/2014. D.R. n.º 103, Série II de 2014-05-29</i></p>	<p>Manutenção da garantia pessoal do Estado ao empréstimo bancário BANIF/RAM.</p>
<p><i>Manutenção de Garantia</i> <i>Despacho n.º 7011/2014. D.R. n.º 103, Série II de 2014-05-29</i></p>	<p>Manutenção da garantia pessoal do Estado ao cumprimento de obrigações de capital e juros contraídos pela RAM.</p>
<p><i>Conta Provisória</i> <i>Declaração n.º 93/2014. D.R. n.º 103, Série II de 2014-05-29</i></p>	<p>Conta provisória de janeiro a março de 2014.</p>
<p><i>Autorização de assunção de encargos</i> <i>Portaria n.º 399/2014. D.R. n.º 103, Série II de 2014-05-29</i></p>	<p>Autoriza o Instituto de Informática, I.P. a assumir os encargos orçamentais decorrentes do contrato de aquisição de serviços de "Administração de sistemas de storage e backups".</p>

Abreviaturas Utilizadas

Abreviaturas

Siglas	Descrição	Siglas	Descrição
ACAP	Associação do Comércio Automóvel de Portugal	IUC	Imposto Único de Circulação
ADSE	Direção-geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública	IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
AL	Administração Local	MC	<i>Ministry of Commerce of China</i>
AR	Administração Regional	Michigan	Universidade de Michigan
BCE	Banco Central Europeu	NBSC	<i>National Bureau of Statistics of China</i>
BEA	<i>Bureau of Economic Analysis</i>	OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
BGFRS	<i>Board of Governors of the Federal Reserve System</i>	OE	Orçamento do Estado
BLS	<i>Bureau of Labour Statistic</i>	ONS	Instituto Nacional de Estatística do Reino Unido
BP	Banco de Portugal	OT	Obrigações do Tesouro
BT	Bilhetes do Tesouro	PIB	Produto Interno Bruto
BVLP	Bolsa de Valores de Lisboa e Porto	SDDS	<i>Special Data Dissemination Standard</i>
CE	Comissão Europeia	SFA	Serviços e Fundos Autónomos
CEDIC	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo	SNS	Serviço Nacional de Saúde
CGA	Caixa Geral de Aposentações	SS	Segurança Social
CMMM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários	UE	União Europeia
COGJ	<i>Cabinet Office Government of Japan</i>	VAB	Valor Acrescentado Bruto
DGEG	Direção-geral de Energia e Geologia	Yahoo	<i>Finance Yahoo</i>
DGO	Direção-geral do Orçamento		
DGT	Direção-geral do Tesouro		
EPA	<i>Economic Planning Agency</i>		
Eurostat	Instituto de Estatística da UE		
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo		
FMI	Fundo Monetário Internacional		
FSO	Instituto Nacional de Estatística da Alemanha		
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e do Emprego		
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças e da Administração Pública		
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional		
IGCP	Instituto de Gestão do Crédito Público		
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social		
IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		
INE	Instituto Nacional de Estatística		
INSEE	Instituto Nacional de Estatística da França		
IPC	Índice de Preços no Consumidor		
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas		
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares		
IS	Imposto do Selo		
ISM	<i>Institute for Supply Management</i>		
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos		
ISTAT	Instituto Nacional de Estatística da Itália		
ISV	Imposto sobre Veículos		

Siglas	Unidades
%	Porcentagem
p.p.	Pontos percentuais
p.b.	Pontos base
EUR/USD	Dólar americano por euros
EUR/GBP	Libra esterlina por euros
MM3	Médias móveis de três termos
SRE	Saldo de respostas extremas
VA	Valores acumulados
VC	Variação em cadeia
VCS	Valor corrigido de sazonalidade
VE	Valor efetivo
VH	Variação homóloga
VHA	Variação homóloga acumulada
VITA	Variação intertabelas anualizada. Refere-se a Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho publicados desde o início do ano até ao mês em referência e com início de eficácia no respetivo ano
VM01	Variação homóloga dos últimos 01 meses

Notas Gerais

Unidade – unidade/medida em que a série se encontra expressa.
 : representa valor não disponível.
 - não se aplica.